

2020 RELATÓRIO & CONTAS



*Valorizamos e Acrescentamos
Valor aos Nossos Recursos*



TIMOR GAP

www.timorgap.com







DESCRIÇÃO DO RELATÓRIO

Âmbito de Reporte:

As atividades anuais e contas da TIMOR GAP, E.P. e subsidiárias.

Período de Reporte:

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

Dados Utilizados no Relatório:

Toda a informação ou dados financeiros publicados em relação à TIMOR GAP, E.P. correspondem aos dados contabilísticos finais auditados por uma terceira parte independente.

Língua:

O presente relatório é publicado em português e inglês.

Disponível em:

O presente relatório está disponível em formato impresso e digital. A versão digital pode ser descarregada no *website* corporativo da TIMOR GAP em www.timorgap.com.

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração & Direção Executiva - 10

Sumário Executivo - 12

1 – Sobre a TIMOR GAP, E.P. - 16

- 1.1. Unidades de Negócio
- 1.2. Subsidiárias
- 1.3. Perspetiva Financeira

2 – Upstream - 24

- 2.1. Perspetiva Geral
- 2.2. Campos do Greater Sunrise
- 2.3. Projeto Bayu-Undan - Estudo Técnico Pós-CPP 2022
- 2.4. Investimentos em Blocos no *Onshore* e *Offshore*
- 2.5. CPP TL-OT-17-08 & TL-OT-17-09
- 2.6. CPP TL-SO-15-01
- 2.7. CPP TL-SO-T 19-11
- 2.8. CPP TL-SO-19-16
- 2.9. Prestação de Serviços para o *Upstream*

3 – Downstream - 44

- 3.1. Perspetiva Geral
- 3.2. Novos Projetos & Negócios a *Downstream*
- 3.3. Negócios de Retalho
- 3.4. Estudo de Revisão por Pares da Refinaria e Complexo Petroquímico
- 3.5. Fábrica de GNL e Gasoduto
- 3.6. Subsidiárias do *Downstream*

4 – Projeto Tasi Mane - 54

- 4.1. Perspetiva Geral
- 4.2. Agrupamento do Suai
- 4.3. Agrupamento de Betano
- 4.4. Agrupamento de Beço
- 4.5. Autoestrada

5 – Desenvolvimento Institucional e do Capital Humano - 72

- 5.1. Perspetiva Geral
- 5.2. Gestão de Recursos Humanos
- 5.3. Responsabilidade Social Corporativa
- 5.4. Tecnologias de Informação e Comunicação
- 5.5. Departamento Jurídico
- 5.6. Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente

6 – Governação - 94

- 6.1. Enquadramento Jurídico
- 6.2. Conselho de Administração
- 6.3. Direção Executiva
- 6.4. Quadro de Governação

7 – Comentários aos Resultados Financeiros - 102

8 – Demonstrações Financeiras - 108

ANEXO 1 – ACRÓNIMOS

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2-1:	Mapa da localização dos projetos a <i>upstream</i>	25
Figura 2-2:	Mapa dos campos do Greater Sunrise	27
Figura 2-3:	Conceito de desenvolvimento de TLNG	28
Figura 2-4:	Simulação do reservatório do Greater Sunrise abrangendo todos os poços – Modelo da TIMOR GAP	29
Figura 2-5:	Modelo do Bayu-Undan elaborado pela TIMOR GAP	29
Figura 2-6:	Mapa com a indicação dos blocos da TIMOR GAP e potenciais novos blocos	30
Figura 2-7 :	Mapa topográfico com a indicação da localização dos blocos B e D reservados à TIMOR GAP e do novo bloco F	31
Figura 2-8:	Coordenação da Unidade de Negócios <i>Upstream</i> - Equipa <i>Onshore</i> com os Líderes Locais de Soibada, Manatuto, previamente à realização do trabalho de campo de reconhecimento geológico	31
Figura 2-9:	Coordenação da Unidade de Negócios <i>Upstream</i> - Equipa <i>Onshore</i> com as Autoridades Locais de Watulari, previamente à realização do trabalho de campo de reconhecimento geológico	32
Figura 2-10:	Entrega de computadores pela Unidade de Negócios <i>Upstream</i> - Equipa <i>Onshore</i> ao Administrador Adjunto do Subdistrito de Watulari (A); Breve reunião entre a equipa da Unidade de Negócios <i>Upstream</i> e os Chefes dos Sucos de Watulari sobre o estudo de campo de reconhecimento geológico e o plano da próxima pesquisa a desenvolver em Watulari e nas áreas circundantes (B & C)	33
Figura 2-11:	Visita de S.Exa. o Ministro do Petróleo e Minerais às instalações do acampamento da TIMOR RESOURCES em Betano	34
Figure 2-12:	Acampamento da TIMOR RESOURCES em Betano, utilizado como base para o Levantamento Sísmico <i>Vibroseis</i> 2D concluído em 2019	34
Figura 2-13:	Mapa dos poços de pesquisa propostos	35
Figura 2-14:	Ancoragem do LCT Maritindo Perkasa 2 no cais do porto do Suai (esquerda); operação de descarga do mastro da sonda de perfuração (direita)	35
Figura 2-15:	Prospetos do Reservatório do Jurássico (Formação <i>Plover</i>)	36
Figura 2-16:	Mapa da Localização do CPP TL-SO-T 19-11 (CPP 19-11)	37
Figura 2-17:	Mapa Regional do <i>Offshore</i> de Timor-Leste e Mapa Base de Modelagem dos Sistemas Petrolíferos (Fonte: Relatório do Estudo Regional realizado pela Parceria Conjunta)	38
Figura 2-18:	Mapa da Localização da Área de Contrato do CPP TL-SO-19-16	39
Figura 2-19:	Atividade da TGSS relativa à discussão de potenciais levantamentos sísmicos em Timor-Leste	41
Figure 2-20:	Celebração do Memorando de Entendimento entre a TGDS e PVD (esquerda); Identificação e captação de novas oportunidades de negócios para prestação de serviços no <i>upstream</i> executada pela TGDS (direita)	42
Figura 3-1:	Posto de Abastecimento de Combustível da TIMOR GAP no Suai	45
Figura 3-2:	Avaliação da integridade do local conduzida às instalações de descarga de Betano	47
Figura 3-3:	Visita de S. Exa. o Ministro do Petróleo e Minerais às instalações de descarga de combustível da SACOM em Betano	48
Figura 3-4:	Mapa da localização das Centrais Elétricas da EDTL, E.P.	49
Figura 3-5:	Posto de Abastecimento de Combustível da TIMOR GAP no Suai	50
Figura 3-6:	Volume de vendas mensais em 2020	50
Figura 3-7:	Instalações de armazenamento de combustível de aviação Jet A-1 da TIMOR GAP no Aeroporto do Suai	51
Figura 4-1:	Localização do Projeto Tasi Mane	55
Figura 4-2:	Mapa da área da Base Logística do Suai	57
Figura 4-3:	Exemplos de serviços a prestar pela SSB: movimentação de carga (em cima); serviços de fabrico (em baixo, à esquerda) e serviços de reboque de embarcações (em baixo, à direita)	58
Figura 4-4:	Mapa da compensação de títulos de terras e propriedades da SSB	59
Figura 4-5:	Mapa de representação dos dados fotogramétricos para a SSB	59
Figura 4-6:	Assinatura dos contratos de compensação de terras com a comunidade afetada	60
Figura 4-7:	Mapa da localização proposta para o desenvolvimento da ponte-cais temporária e da pedreira no Suai, Município de Covalima	61
Figura 4-8:	Visita de S.Exa. o Ministro do Petróleo e Minerais ao Aeroporto do Suai, em novembro de 2020	62
Figura 4-9:	Mapa do <i>Master Plan</i> para a nova área residencial de Holbelis	63
Figura 4-10:	Cemitério permanente do Aeroporto do Suai (Fase I)	64

Figura 4-11:	<i>Master Plan</i> do projeto da Refinaria de Betano	65
Figura 4-12:	Mapa da reclassificação de terras para a área do projeto da Refinaria e Complexo Petroquímico	66
Figura 4-13 :	Mapa do Complexo de GNL de Timor-Leste em Beço	67
Figura 4-14:	Reunião entre a TIMOR GAP, MPM e os jovens formandos da comunidade de Beço relativamente ao programa de formação no local de trabalho	70
Figura 4-15:	Autoestrada de ligação do Suai a Fatukahu/Mola	71
Figura 5-1:	Valores Centrais dos Recursos Humanos da TIMOR GAP	73
Figura 5-2:	Perspetiva geral dos colaboradores da TIMOR GAP	76
Figura 5-3:	Distribuição dos colaboradores da TIMOR GAP por género (esquerda); Colaboradores nacionais & colaboradores e consultores internacionais (direita)	76
Figura 5-4:	Habilitações literárias dos colaboradores da TIMOR GAP com base no género	77
Figura 5-5:	Grupos 1, 2 e 3 do Curso de Introdução ao PETREL	78
Figura 5-6:	Grupos 1 e 2 da Formação em Engenharia de Reservatórios do Petrel	79
Figura 5-7:	Grupos 1 e 2 do Curso de Introdução ao <i>Software Techlog</i>	79
Figura 5-8:	Formação em <i>TNavigator</i>	79
Figura 5-9:	Simpósio da TIMOR GAP com a duração de um dia sobre “Perservação dos valores e princípios de autodeterminação através da gestão eficiente dos recursos petrolíferos”	80
Figura 5-10:	Apresentação da TIMOR GAP sobre “Gestão Estratégica das Atividades Petrolíferas” para a F-FDTL	81
Figura 5-11:	Seminário com os estudantes da Faculdade de Engenharia, Ciências e Tecnologia	81
Figura 5-12:	Seminário com a Universidade Oriental Timor Lorosaê (UNITAL)	82
Figura 5-13:	Reunião com a presença de todos os colaboradores da TIMOR GAP	83
Figura 5-14:	Programa “ <i>SUKU HADOMI INAN NO OAN</i> ” da Fundação ALOLA no Suco Lahae, Aileu	84
Figura 5-15:	Programa da HIAM “ <i>Toòs Eskola ba Nutrisaun</i> ” em Maliana (em cima); programa da HIAM “ <i>Toòs ba Nutrisaun</i> ” em Aileu (embaixo)	85
Figura 5-16 :	Conferência da RYLA-TL em 2020	86
Figura 5-17:	Programa de Proteção da Vida Selvagem da RYLA-TL em Jaco (à esquerda); Equipa da TIMOR GAP (à direita)	86
Figura 5-18:	Logótipo do Sistema Integrado de Gestão da TIMOR GAP	89
Figura 5-19:	<i>Briefing</i> de segurança efetuado durante a visita de S. Exa. o Ministro do Petróleo e Minerais à TIMOR GAP	91
Figura 6-1:	Organograma da TIMOR GAP, E.P.	95
Figura 6-2:	Nova estrutura e membros da Direção Executiva	96
Figura 6-3:	Disseminação de informação sobre o Fundo Petrolífero, organizada pelo Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero em Lospalos (à esquerda) e em Covalima (à direita), com a participação da TIMOR GAP	100

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1-1:	Principais atividades das Unidades de Negócio e Gabinetes da TIMOR GAP	18
Tabela 1-2:	Subsidiárias da TIMOR GAP	19
Tabela 1-3:	Síntese das despesas por Gabinetes e Unidades de Negócio	22
Tabela 5-1:	Principais <i>softwares</i> utilizados na TIMOR GAP, a nível técnico (coluna esquerda) e corporativo (coluna direita)	87
Tabela 5-2:	Atividades de rotina de QHSE na TIMOR GAP	90
Tabela 5-3:	Objetivos e aplicação em 2020 das componentes HIRAC, Incidente/Acidente e Primeiros Socorros	92

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração & Direção Executiva



António de Sousa
Presidente & CEO

A TIMOR GAP encontra-se, este ano, numa fase de transição ao nível da estrutura da Administração e, na qualidade de recém-nomeado Presidente & CEO, liderar esta empresa tem sido uma prestigante, embora humilde, oportunidade. Desde o seu estabelecimento, a TIMOR GAP, enquanto Companhia Nacional de Petróleo, foi incumbida, através do Decreto-Lei n.º 31/2011, de identificar, desenvolver e otimizar o valor estratégico e comercial dos recursos de petróleo e gás do país, para benefício do Estado e em prol do povo. A economia do país, primariamente impulsionada pelo setor do petróleo e gás, demonstra claramente a importância que a Companhia Nacional de Petróleo desempenha no futuro desenvolvimento e crescimento da nação, e a responsabilidade conferida à empresa é um desafio acolhido por todos os que trabalham com e na TIMOR GAP.

À medida que prosseguimos com a reestruturação, permanecemos fiéis às nossas responsabilidades. Contudo, este ano tem sido um desafio contínuo devido à pandemia mundial. A propagação global da Covid-19 veio vivamente recordar a importância do bem-estar

dos nossos colaboradores e suas famílias, a relevância de garantir uma cadeia de abastecimento em situações de emergência e uma base financeira estável. Apesar de o impacto nas operações ser visível, esta tem sido uma valiosa oportunidade para identificar soluções mais sustentáveis que apoiem a TIMOR GAP a superar os desafios atuais e futuros e, assim, transformar as nossas operações de modo a estarmos preparados para o futuro.

Soluções são apresentadas com uma atenção renovada nas principais atividades de negócio da TIMOR GAP, nomeadamente, a pesquisa e produção no *upstream*, e desenvolvimento e investimento nas infraestruturas associadas ao *downstream*.

No *upstream*, impulsionada pelas conquistas alcançadas com o Tratado das Fronteiras Marítimas Permanentes, ratificado entre a Austrália e Timor-Leste em 2019, a TIMOR GAP, como detentora maioritária dos interesses participativos dos campos do Greater Sunrise, assume a liderança, instigando os parceiros da *Joint Venture* do Sunrise a completar o Contrato de Partilha de Produção (CPP). Adicionalmente, em 2020, a localização dos poços de perfuração foi concluída para os blocos no *onshore* A & C, e com isto, o programa de perfuração está pronto para começar numa área com um elevado potencial prospetivo devido à existência de vários afloramentos ou *seeps* de petróleo e gás, uma atividade que a TIMOR GAP está ansiosa por iniciar com a parceira TIMOR RESOURCES. Entretanto, estudos adicionais foram realizados para o CPP TL-SO-T 19-11, considerando os resultados obtidos com a campanha de perfuração de Kanase.

A TIMOR GAP está a avaliar novas oportunidades de pesquisa e produção, dentro e fora do território nacional, reforçando assim o portefólio de ativos da empresa e garantindo fluxos de receitas a longo prazo. Com este objetivo em vista, vários estudos de campo de reconhecimento geológico foram efetuados ao novo bloco *onshore* (F) e aos blocos *onshore* reservados à TIMOR GAP (B & D).

No *downstream*, a TIMOR GAP está a infundir uma maior rentabilidade a este setor, concebendo e implementando projetos de fornecimento de combustível, como é o caso do fornecimento de combustível à Central Elétrica da ECTL em Betano, um projeto aprovado este ano através de Decreto-Lei e com início previsto para o segundo semestre de 2021; o estabelecimento de um parque de reservatórios de combustível para garantir a segurança energética nacional; e a construção de

um Terminal de Importação de Gás Natural Liquefeito (GNL), um projeto-chave que prevê apresentar uma alternativa mais sustentável e ecológica para o abastecimento de energia elétrica no território nacional. Relativamente ao Terminal, antecipa-se a realização de um estudo de viabilidade no final de 2021. Adicionalmente, continuámos a operar o nosso Posto de Abastecimento de Combustível no Suai, e a trabalhar com o objetivo de estabelecer novos postos de abastecimento de combustível em Timor-Leste, com particular destaque em Díli, onde estamos confiantes que uma maior procura de combustível, irá expor significativamente a nossa marca e aumentar as nossas margens de lucro.

E à medida que progredimos nos setores *downstream* e *upstream*, continuamos a preparar o caminho para a implementação do Projeto Tasi Mane. Todos os projetos e atividades acima referidos são apoiados por um inves-

timento incessante nos recursos humanos da TIMOR GAP, através de cursos e formações, e apesar dos desafios apresentados pela pandemia em curso e associadas restrições, mantemo-nos fiéis ao nosso compromisso ao proporcionar cursos e formações *online* aos nossos colaboradores.

Remodelar a TIMOR GAP sob uma nova liderança e gestão, com vista a atingir metas e objetivos sustentáveis a médio e longo prazo, é um desafio no qual estamos proactivamente empenhados. A TIMOR GAP está totalmente empenhada no desenvolvimento sustentável do país, na medida que continuamos a desenvolver as nossas forças estratégicas e a explorar novas oportunidades que nos permitam prepararmo-nos melhor e nos tornarmos um exemplo, como empresa comercial e instituição governamental, tal como definido no nosso Decreto-Lei.

“ ...a TIMOR GAP, enquanto Companhia Nacional de Petróleo, foi incumbida, através do Decreto-Lei n.º 31/2011, de identificar, desenvolver e otimizar o valor estratégico e comercial dos recursos de petróleo e gás do país, para benefício do Estado e em prol do povo.”

Sumário Executivo

A TIMOR GAP, E.P. apresenta o seu nono Relatório & Contas, o qual contém as atividades e programas da empresa realizados no período de janeiro a dezembro de 2020. Este relatório abrange todos os projetos desenvolvidos no âmbito do portefólio da TIMOR GAP, as atividades e programas realizados pela anterior Administração; e as atividades e programas efetuados, em curso ou planeados pela nova Administração, nomeada em julho de 2020. As atividades e contas da TIMOR GAP foram submetidas a uma abrangente e completa auditoria externa efetuada por auditores independentes, que deu origem à análise detalhada dos resultados e demonstrações financeiras apresentadas nas Secções 7 e 8 do presente Relatório.

A pandemia da Covid-19 causou um impacto significativo na economia nacional. Inúmeras restrições foram decretadas pelo Governo durante o ano de modo a evitar um surto, incluindo restrições ao nível de entradas e saídas do país. Com isto, e à medida que o panorama energético se transforma significativamente e a procura diminui, a TIMOR GAP sentiu as repercussões na execução das atividades e programas da empresa, resultando num

atraso ou adiamento de determinados projetos. No entanto, a TIMOR GAP aproveitou esta oportunidade para direcionar o seu foco para a própria empresa, reestruturando, replaneando e, em geral, adaptando-se ao traçar e estabelecer um novo plano estratégico de negócios com uma verdadeira aposta na sua principal atividade de negócio e em projetos a curto prazo no *downstream*, concebidos para estimular o crescimento através do desempenho financeiro da empresa. Este é um processo liderado por uma nova Administração e estrutura organizacional, impulsionando a TIMOR GAP para uma nova era do seu ciclo corporativo.

Apesar dos desafios colocados pela pandemia mundial, a Administração continua a estimular a empresa ao investir e expandir o seu portefólio de negócios, o qual abrange a prossecução de atividades petrolíferas no *upstream* e *downstream*, a prestação de serviços para a indústria e a gestão do Projeto Tasi Mane em nome do Governo. As principais atividades e objetivos atingidos nos setores e projetos anteriormente referidos durante o ano de 2020, são sucintamente apresentados *infra*.

Upstream

Impulsionada pelos progressos alcançados com a ratificação do Tratado das Fronteiras Marítimas Permanentes, a principal atividade de negócio da TIMOR GAP, o *upstream*, continuou a progredir de modo a cumprir com as obrigações estipuladas nos Contratos de Partilha de Produção (CPP) em vigor e a avaliação de novos blocos de pesquisa.

A TIMOR GAP adquiriu uma participação maioritária nos campos do Greater Sunrise, detendo um interesse participativo de 56,56% e, neste sentido, a empresa tem vindo a focar-se na finalização do CPP, envolvendo os parceiros da *joint venture* e revendo a minuta do contrato proposto, assim como, a minuta do Código de Exploração Mineira do Petróleo, o

regime fiscal, entre outros aspetos jurídicos associados ao projeto. Os campos do Greater Sunrise encontram-se ao abrigo do Regime Especial, estabelecido pelo Tratado das Fronteiras Marítimas.

Nos nossos CPP *offshore*, os parceiros da *joint venture* do CPP TL-SO-T 19-11, continuaram, em 2020, a cumprir as obrigações mínimas de pesquisa, tendo em consideração o resultado da campanha de perfuração de Kanase, tendo sido efetuados estudos adicionais destinados a avaliar com rigor o potencial de hidrocarbonetos da área de contrato. O projeto-piloto conduzido no prospecto de Baleia no CPP TL-SO-15-01 foi concluído este ano com excelentes resultados, e a Autoridade Nacional do Petróleo e Min-

erais (ANPM) prorrogou o prazo do Segundo Período do CPP. Vários estudos preliminares Geológicos e Geofísicos (G&G) e um estudo comercial foram concluídos para o CPP TL-SO-19-16, o qual engloba a descoberta de gás de Chuditch. Prevê-se que o projeto de reprocessamento de dados sísmicos para este contrato seja realizado em 2021.

Os nossos CPP no *onshore*, TL-OT-17-08 e TL-OT-17-09, em parceria com a TIMOR RESOURCES, progrediram e encontram-se na fase de perfuração de pesquisa, com a localização dos poços a perfurar concluída em 2020. A perfuração do prospecto de Karau-1, o primeiro poço da campanha, foi adiada para 2021, devido às restrições em vigor no contexto da atual pandemia.

Downstream

A nova Administração da TIMOR GAP está a reformular o seu portefólio a *downstream* ao introduzir uma nova abordagem ao mercado e um plano de negócios de investimento em ativos, ambos no segmento de negócios a retalho e a grosso, a fim de captar a participação no mercado e maximizar o crescimento dos negócios.

Em conformidade com o exposto *supra*, a TIMOR GAP, sob a nova Administração, assegurou o fornecimento de combustível à Central Elétrica da ECTL, E.P. em Betano, endossado através do Decreto-Lei n.º 61/2020, de 25 de novembro. Prevê-se que isto incremente as receitas da empresa e maximize a exposição da marca da TIMOR GAP no mercado nacional.

Com o intuito de expandir o seu portefólio de negócios a *downstream*, a empresa prevê estabelecer um Terminal de Importação de Petróleo e um Terminal de Importação de GNL. No decurso deste ano, foram realizadas avaliações ao local de ambos os projetos, e para o Terminal de Importação de GNL, foi preparado, no último trimestre de 2020, um Convite à Apresentação de Propostas (ou IFB, na sigla em inglês) destinado à realização do estudo de viabilidade.

Entretanto, a TIMOR GAP continuou a operar o seu posto de abastecimento de combustível no Suai a fim de garantir o fornecimento de combustível aos seus negócios e clientes, enquanto continua a promover fidelidade à

Além dos CPP no *onshore*, a TIMOR GAP continua a trabalhar de modo a expandir o seu portefólio a *upstream* e, para este efeito, vários estudos de campo de reconhecimento geológico foram realizados no decurso deste ano ao novo Bloco *Onshore* F, e foram conduzidos estudos de campo iniciais aos blocos *onshore* reservados à TIMOR GAP (B e D).

Serviços para o setor *upstream* são prestados através das subsidiárias TIMOR GAP Drilling Services, Lda. e TIMOR GAP Seismic Services, Lda. e, em 2020, continuámos a explorar novas parcerias e oportunidades de negócio neste setor.

Este ano, prorrogámos o contrato de fornecimento de combustível com a Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL, E.P.), e a Administração do Município de Covalima, continuando a fornecer combustível aos veículos da Administração do Município. Além do posto de abastecimento de combustível no Suai, a empresa prevê igualmente a criação de novos postos de abastecimento de combustível em território nacional, com particular foco em Díli. Esta é considerada uma excelente oportunidade para captar o mercado predominante no país. Para este efeito, no decorrer deste ano, foram realizadas avaliações aos locais propostos, e os processos de aprovação da localização e da concessão de uso da propriedade encontram-se em curso.

A TIMOR GAP continuou a efetuar estudos no âmbito da Refinaria & Complexo Petroquímico e da Fábrica de GNL e Gasoduto, ambos integrados no projeto plurianual da costa sul, o Tasi Mane. Para a Refinaria & Complexo Petroquímico de Betano, um estudo de Revisão por Pares ou *Peer Review* foi iniciado este ano, com o objetivo de avaliar e analisar os estudos realizados anteriormente e apoiar a nova Administração no processo de tomada de decisão. Adicionalmente, os estudos iniciados pela anterior Administração para a Fábrica de GNL e o ponto de chegada do Gasoduto na nova localização em Natarbora, foram cancelados pela nova Administração da empresa, uma vez que o projeto se encontra suspenso, sujeito a acordo de todas as partes relevantes.

Projeto Tasi Mane

A TIMOR GAP gere e administra, em nome do Ministério do Petróleo e Minerais/ Governo de Timor-Leste, as atividades diárias associadas à implementação e desenvolvimento do projeto situado ao longo de um percurso de

155km da costa sul de Timor-Leste, o qual compreende três agrupamentos industriais e infraestruturas de apoio adicionais previstas para cada agrupamento.

A nova Administração da TIMOR GAP está a redefinir a sua abordagem à implementação do Projeto Tasi Mane de modo a sincronizar o Projeto com o progresso alcançado no setor *upstream* e, assim, justificar o valor e os benefícios intrínsecos aos projetos do Tasi Mane. As próximas etapas dos referidos projetos estarão interligadas aos progressos atingidos no setor *upstream*.

Os principais progressos registados este ano incluem: a) Agrupamento do Suai: iniciada a Revisão do Projeto da Instalação Marítima da Base Logística do Suai; 8 contratos adicionais de terras e propriedades foram assinados com os beneficiários que optaram por vender as suas terras (Opção “\$3”) em detrimento da “opção 10%”; a empresa karya Timor foi selecionada como empreitei-

ra para executar as obras de construção civil para a nova área residencial de Holbelis; a construção do cemitério permanente atingiu um progresso de 50.63%; b) Agrupamento de Betano: preparação do desenho dos marcos de referência ou *benchmarks* a serem instalados/construídos em 2021 na área disponibilizada para este projeto; c) Agrupamento de Beço: o projeto de Gás Natural Liquefeito (GNL) de Beço está atualmente suspenso devido a questões relativas ao *upstream* que necessitam de ser acordadas com os Parceiros da *Joint Venture* do Greater Sunrise antes da continuação do projeto, nomeadamente, o Código de Exploração Mineira do Petróleo, o Contrato de Partilha de Produção (CPP), Regime Fiscal, e seleção do conceito de desenvolvimento a *upstream*.



Desenvolvimento Institucional e do Capital Humano

A fim de responder e adaptar-se com eficácia às significativas mudanças provocadas pela pandemia mundial da Covid-19, a TIMOR GAP é apoiada por um forte desenvolvimento institucional e do capital humano, um investimento contínuo e gratificante na gestão e desenvolvimento dos nossos recursos humanos, no nosso sistema de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente, e nos nossos ativos e infraestruturas de Tecnologias de Informação e Comunicação. Estes desempenharam um papel crucial ao orientar a empresa durante este evento sem precedentes, na medida que a TIMOR GAP prioriza o bem-estar e a saúde dos seus colaboradores, enquanto procura dar continuidade às suas operações.

Neste contexto e em conformidade com as diretrizes promulgadas pelo Governo e pela Organização Mundial de Saúde, várias medidas de prevenção foram estabelecidas com o objetivo de evitar um surto e proteger os colaboradores, tais como a implementação de um sistema de teletrabalho e um sistema de trabalho rotativo, apoiado por uma plataforma e sistema digital eficiente e produtivo, disponibilização no escritório de máscaras faciais e gel desinfetante de mãos, e implementação de uma distância de segurança. Não obstante, e apesar dos desafios, continuámos a manter o nosso compromisso e valores nucleares no que respeita à formação e desenvolvimento dos nossos recursos humanos e, este ano, vários cursos virtuais foram facultados à Unidade de Negócios *Upstream*.



TOGETHER
WE CAN

1. Sobre a TIMOR GAP, E.P.



QUEM SOMOS

A companhia nacional de petróleo de Timor-Leste foi criada pelo Governo em 2011, tendo-lhe sido confiada a prossecução de atividades empresariais de pesquisa e produção no *upstream*, incluindo a prestação de serviços, a exercer *onshore* e *offshore*, dentro e fora do território nacional.

A TIMOR GÁS & PETRÓLEO, E.P. (doravante designada de “TIMOR GAP”) é igualmente responsável pelo desenvolvimento de atividades empresariais no *downstream*, incluindo o armazenamento, refinação, processamento, distribuição e venda de petróleo e seus derivados, incluindo a indústria petroquímica.





A NOSSA VISÃO

Sermos um líder regional em petróleo & gás para um desenvolvimento nacional sustentável.

OS NOSSOS VALORES

INTEGRIDADE - Adotamos os mais elevados padrões de integridade, agindo sempre com profissionalismo e ética.

COMPETÊNCIA – Somos competentes, confiantes e empenhados, oferecendo produtos e serviços de elevada qualidade, fiáveis e inovadores.

FOCO COMERCIAL – Estamos voltados para os negócios, procurando sempre novas oportunidades e acrescentando valor aos recursos e parceiros.

SEGURANÇA – Preocupamo-nos com a saúde e segurança dos nossos colaboradores, comunidade e meio ambiente, respeitando as melhores práticas internacionais.

TRABALHO DE EQUIPA – Trabalhamos em equipa com um espírito aberto e respeito pela diversidade, e unidos por um espírito de família.

A NOSSA MISSÃO

- Contribuir para o **desenvolvimento nacional** através da captação e acréscimo de valor aos recursos energéticos .
- Criar **oportunidades de negócios e postos de trabalho**, melhorando a transferência de tecnologias e competências.
- Apoiar o **desenvolvimento socio-económico** por meio da maximização das capacidades e participação do conteúdo local.
- Operar em conformidade com as melhores normas de **qualidade, saúde, segurança e ambiente**.
- Garantir a **satisfação** dos nossos clientes e parceiros através dos nossos produtos, serviços e projetos.
- Promover a **inovação e criatividade** através de pesquisa e desenvolvimento.

1.1. Unidades de Negócio

Em 2020, e na sequência da nomeação do novo Presidente & CEO em 8 de julho e, subsequentemente, da substituição dos Membros do Conselho de Administração, a TIMOR GAP empreendeu uma significativa reestruturação organizacional assente na consolidação e fusão das suas unidades de negócio e recursos, com o objetivo de garantir que a empresa presta as suas principais atividades de negócio ao otimizar as suas capacidades estratégicas, atingindo uma maior eficiência e eficácia e, deste modo, melhorando o desempenho financeiro da empresa.

A nova estrutura organizacional foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de julho de 2020, e antecipa-se que as mudanças implementadas ajudem a estabelecer a TIMOR GAP como uma empresa mais ágil, com um maior foco nas suas atividades e capacidades,

posicionada para o futuro e para melhor servir o seu objetivo empresarial.

Em conformidade com o acima exposto, a TIMOR GAP reagrupou-se em quatro principais unidades de negócio: Unidade de Finanças Corporativas, Unidade de Negócios *Upstream*, Unidade de Negócios *Downstream* e Unidade do Projeto Tasi Mane. Além das referidas unidades de negócio, serviços de apoio corporativos; Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente; subunidade jurídica; subunidade de Tecnologias de Informação; entre outras subunidades de apoio estão integradas sob o Gabinete do Presidente & CEO e o Gabinete do Vice-Presidente. A descrição detalhada das principais atividades das unidades de negócio e gabinetes é apresentada *infra*.

Gabinetes & Unidades de Negócio	Principais Atividades
Gabinete do Presidente & CEO	Incorpora as seguintes subunidades: Finanças; Comercial & Economia; Qualidade, Saúde, Segurança & Ambiente (ou QHSE, na sigla em inglês); Média & Relações Públicas; e outros serviços de apoio às atividades e responsabilidades diárias desempenhadas pelo Presidente & CEO.
Gabinete do Vice-Presidente	Integra as seguintes subunidades: Jurídica; Informação & Tecnologia e Gestão de Dados; Aprovisionamento; Recursos Humanos; Administração Geral; e Serviços de Apoio Corporativos. Adicionalmente, o Gabinete presta apoio às atividades e responsabilidades diárias desempenhadas pelo Vice-Presidente e supervisiona igualmente as outras Unidades de Negócio.
Unidade de Finanças Corporativas	Presta total apoio aos programas e projetos operacionais da empresa em termos de operações financeiras correntes e documentação de registo, sendo igualmente responsável pela procura de fundos destinados ao financiamento de projetos. De momento, esta unidade encontra-se, a título provisório, sob a tutela do Gabinete do Presidente & CEO, visto que o processo de recrutamento para o novo Diretor da Unidade de Finanças Corporativas está previsto decorrer em 2021.
Unidade de Negócios <i>Upstream</i>	Atua na gestão e coordenação das atividades a <i>upstream</i> , analisando e fornecendo avaliações técnicas para potenciais oportunidades no <i>onshore</i> e <i>offshore</i> , fornecendo igualmente os dados associados; avalia e coordena as atividades relacionadas com projetos/opportunidades de novos empreendimentos, assim como, presta serviços para as atividades a <i>upstream</i> através das suas subsidiárias. O departamento avalia e capta todas as oportunidades de novos empreendimentos, proporcionando conhecimento especializado Geológico & Geofísico, recomendações comerciais & jurídicas relativas a potenciais empreendimentos nas áreas de pesquisa, produção e outros projetos de prestação de serviços para o setor do petróleo e gás.
Unidade de Negócios <i>Downstream</i>	As principais responsabilidades da Unidade incluem a elaboração do plano de negócios da empresa; a gestão e coordenação de atividades e projetos de negócio no <i>downstream</i> . A Unidade avalia e capta oportunidades de negócio associadas à venda de produtos refinados de petróleo, transporte e outros serviços a serem realizados no <i>downstream</i> .
Unidade do Projeto Tasi Mane	Presta apoio, supervisão, monitorização e avaliação aos projetos de infraestruturas desenvolvidos no âmbito do Projeto Tasi Mane, e estabelece ligação com o Governo sobre questões relativas ao mesmo. A Unidade é igualmente responsável pela captação de novos projetos relacionados com as energias renováveis, trabalhando em colaboração com os parceiros na realização de estudos preliminares destinados à implementação destes projetos e de modo a garantir o fornecimento de energia de forma sustentável.

Tabela 1-1: Principais atividades das Unidades de Negócio e Gabinetes da TIMOR GAP

1.2. Subsidiárias

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 31/2011, de 27 de julho, na prossecução de qualquer das atividades do seu objeto, a TIMOR GAP, E.P., está autorizada a constituir subsidiárias, as quais podem associar-se a outras empresas, nacionais ou estrangeiras, assim como adquirir, onerar e alienar participações em quaisquer sociedades. As Demonstrações Financeiras Consolidadas da TIMOR GAP e suas subsidiárias e associadas encontram-se detalhadas nas Secções 7 e 8.

As subsidiárias maioritariamente detidas pela TIMOR GAP, enquanto Companhia Nacional de Petróleo, estão vinculadas às diretrizes e ao planeamento estratégico, bem como às normas corporativas comuns fixadas mediante orientações de cariz técnico, administrativo, contabilístico, financeiro e jurídico, que sejam aprovadas pelo Conselho de Administração. Os membros da gestão estão autorizados a exercer cargos de administração nestas subsidiárias e coligadas, mediante designação do Conselho de Administração.

Na prossecução do objeto da empresa, a TIMOR GAP constituiu, desde o seu estabelecimento, várias subsidiárias a fim de conduzir atividades empresariais específicas no setor petrolífero e serviços associados. Subsidiárias sob a Unidade de Negócios *Upstream* são criadas com o propósito de prestar serviços para o setor *upstream* e participar em atividades de pesquisa e produção, no *offshore* e *onshore*, em conformidade com os

termos previstos na Lei n. 13/2005, sobre as Atividades Petrolíferas, a qual estipula a necessidade de criar uma sociedade veículo (*Special Purpose Vehicle* ou SPV) com o propósito de celebrar um Contrato de Partilha de Produção (CPP). As atividades das subsidiárias no *upstream* realizadas em 2020 encontram-se descritas no Capítulo “2. *Upstream*”, do presente Relatório.

Subsidiárias sob a Unidade de Negócios *Downstream* prestam serviços marítimos e logísticos para a indústria do petróleo e gás. As atividades das subsidiárias no *downstream* realizadas em 2020 encontram-se descritas no Capítulo “3. *Downstream*”, do presente Relatório.

A Unidade do Projeto Tasi Mane é responsável pela supervisão das atividades da South Horizon Offshore Services, Lda, uma empresa *joint venture* estabelecida em 2015, em parceria entre a TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics e a Siglar *Offshore Services* Timor, com o propósito de prestar serviços de apoio a embarcações e instalações *offshore* a operar no Mar de Timor, deter e operar embarcações de apoio *offshore*, e prestar quaisquer outros serviços para a indústria marítima e do petróleo & gás. Nesta parceria, a TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics detém uma quota correspondente a 51% e a Siglar *Offshore Services* Timor detém os restantes 49%, contudo, em 2020, a quota da Siglar foi alienada e a TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics é agora a única detentora da subsidiária.

Em 31 dezembro de 2020, a TIMOR GAP detém as seguintes subsidiárias:

	Nome	Objeto
SUBSIDIÁRIAS DO UPSTREAM	TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Lda.	Subsidiária integralmente detida pela empresa estabelecida em 2012, como uma SPV, com o objeto exclusivo de adquirir e exercer os respetivos direitos inerentes à detenção de um interesse participativo no CPP TL-SO-T 19-11, designado de CPP ACDP 11-106 anteriormente à ratificação do Tratado das Fronteiras Marítimas. O objeto da subsidiária inclui a pesquisa e produção de petróleo bruto e gás natural e respetiva comercialização.
	TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda.	Detida pela TIMOR GAP (60%) e pela BGP Geopexplorer PTE, LTD (40%), a subsidiária foi estabelecida em 2015, com o objetivo de prestar serviços na área do levantamento de dados sísmicos no território de Timor-Leste.
	TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	Subsidiária integralmente detida pela TIMOR GAP, estabelecida em 2015, como uma SPV para o bloco <i>offshore</i> TL-SO-15-01.
	TIMOR GAP CHUDITCH, Unipessoal, Lda.	Subsidiária integralmente detida pela TIMOR GAP estabelecida em 2016, como uma SPV para participar em atividades de pesquisa e produção no CPP TL-SO-19-16, o qual abrange a descoberta do campo de gás de Chuditch.

	Nome	Objeto
SUBSIDIÁRIAS DO UPSTREAM	TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda.	Subsidiária integralmente detida pela empresa estabelecida em 2017, como uma SPV com o objetivo de celebrar o CPP TL-OT-17-08, assinado com a TIMOR RESOURCES para a pesquisa e exploração do Bloco <i>onshore</i> A.
	TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda.	Subsidiária integralmente detida pela empresa estabelecida em 2017, com o intuito de tomar parte em atividades de pesquisa e exploração no bloco <i>onshore</i> B.
	TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda.	Subsidiária integralmente detida pela empresa estabelecida em 2017, como uma SPV com o objeto exclusivo de celebrar o CPP TL-OT-17-09, assinado com a TIMOR RESOURCES para a pesquisa e exploração do Bloco <i>onshore</i> C.
	TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda.	Subsidiária integralmente detida pela empresa estabelecida em 2017, com o propósito de criar, captar e otimizar o valor da economia comercial através de oportunidades de negócios relativas ao fornecimento de serviços às atividades de perfuração, particularmente nas fases de pesquisa, desenvolvimento, produção e abandono, entre outros.
	TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.	A TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda. é uma subsidiária integralmente detida pela TIMOR GAP criada em 2018, com o objeto de deter um interesse participativo sobre o <i>Retention Lease</i> NT/RL2 dos campos do Greater Sunrise, ou quaisquer outros contratos que o substitua no futuro, para conduzir quaisquer operações petrolíferas que aí se possam desenvolver.
	TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda. é uma subsidiária integralmente detida pela TIMOR GAP estabelecida em 2018, com o objeto de deter um interesse participativo no <i>Retention Lease</i> NT/RL dos campos do Greater Sunrise, ou quaisquer outros contratos que o substitua no futuro, para conduzir quaisquer operações petrolíferas que aí se possam desenvolver.
	TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.	A TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda. é uma subsidiária integralmente detida pela TIMOR GAP estabelecida em 2018, com o propósito de deter um interesse participativo no Contrato de Partilha de Produção ACDP 03-19 dos campos do Greater Sunrise.
	TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	A TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda. é uma subsidiária integralmente detida pela TIMOR GAP estabelecida em 2018, com o propósito de deter um interesse participativo no Contrato de Partilha de Produção ACDP 03-20 dos campos do Greater Sunrise.
SUBSIDIÁRIAS DO DOWNSTREAM	TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics, Unipessoal, Lda.	Subsidiária integralmente detida pela TIMOR GAP criada em 2014 com o objetivo de prestar serviços gerais à indústria marítima e serviços logísticos e de apoio à indústria petrolífera a operar no Mar de Timor, em Timor-Leste, e em outras localizações da região.
SUBSIDIÁRIAS SOB O PROJETO TASI MANE	South Horizon Offshore Services, Unipessoal, Lda.	Uma subsidiária da TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics, Lda., estabelecida com o propósito de prestar serviços de apoio a embarcações e instalações <i>offshore</i> a operar no Mar de Timor.

Tabela 1-2: Subsidiárias da TIMOR GAP



1.3. Perspetiva Financeira

As Demonstrações Financeiras auditadas encontram-se explanadas na Secção 8 deste Relatório, ao qual se anexou uma análise detalhada dos resultados para 2020, que dizem respeito a um período de 12 meses, com o exercício financeiro a findar a 31 de dezembro. A TIMOR GAP adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ou IFRS) de modo a garantir que o mecanismo de relato se baseia num padrão de renome. Os valores apresentados

neste Relatório são indicados em dólares americanos.

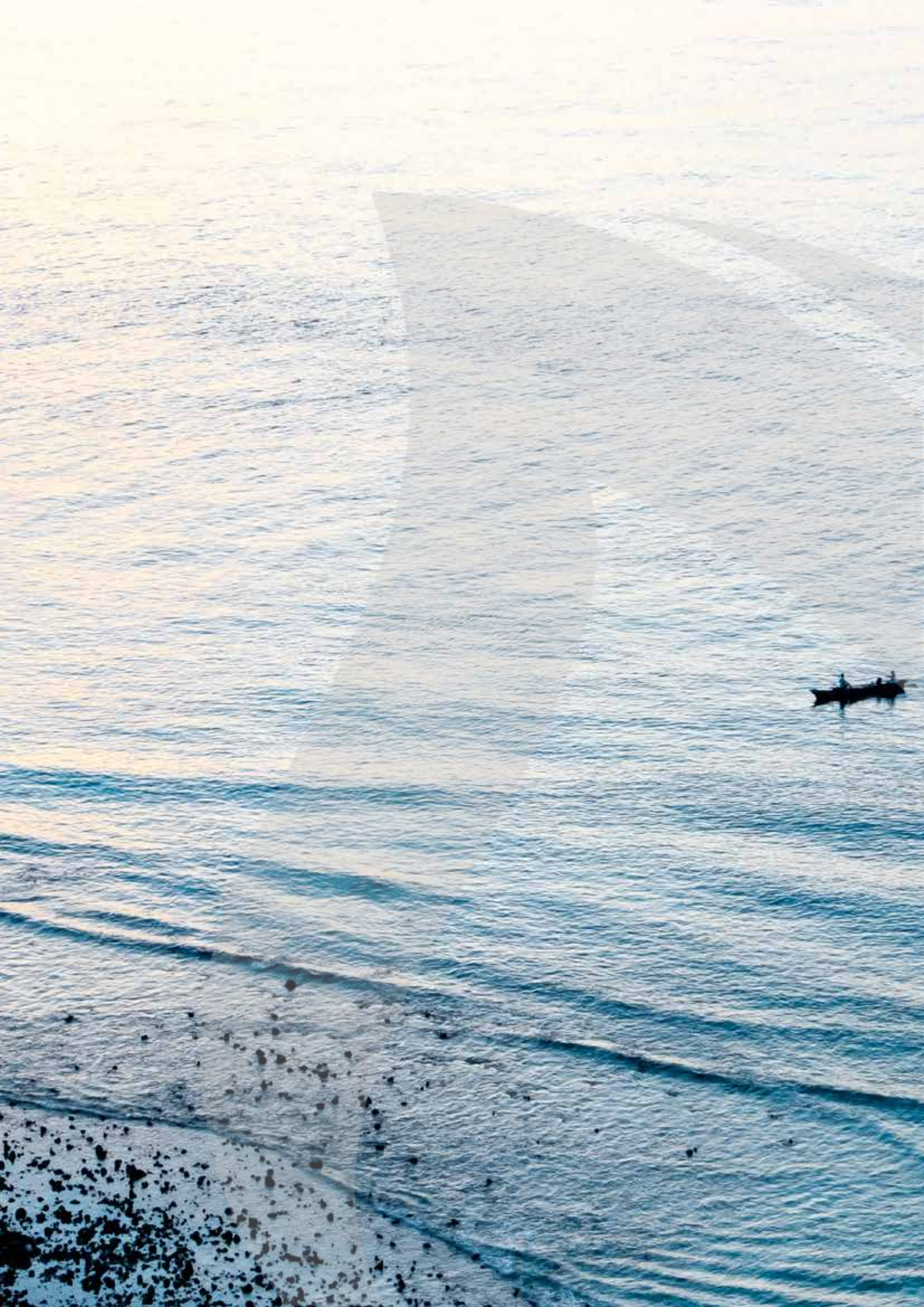
A TIMOR GAP recebeu um subsídio do Governo no valor de \$15,227,966 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (\$16,900,000 em 2019). A outra principal fonte de rendimento é proveniente do lucro do negócio de comercialização de combustível, com um volume de vendas no valor de \$147,914 (\$226,983 em 2019).

As **despesas** das Unidades de Negócio, Gabinete do Presidente & CEO e Gabinete do Vice-Presidente são discriminadas *infra*.

Gabinetes & Unidades	Notas às principais despesas incorridas durante o período
Gabinete do Presidente & CEO	Despesas com serviços de consultoria técnica e jurídica para as negociações do Greater Sunrise, despesas associadas às subunidades de QHSE e Finanças, viagens de negócios, salários & vencimentos, e outras despesas associadas ao Gabinete.
Gabinete do Vice-Presidente	Despesas associadas com a compra de <i>hardware</i> e <i>software</i> para a empresa e associadas aplicações técnicas e tecnologia, atividades de aprovisionamento e logística, despesas relacionadas com os recursos humanos, administração geral, e despesas associadas a reuniões do Conselho de Administração e da Direção Executiva. Despesas do Gabinete para salários & vencimentos, viagens de campo e outras despesas associadas ao Gabinete.
Unidade de Finanças Corporativas	As despesas associadas a esta Unidade encontram-se inseridas no Gabinete do Presidente & CEO.
Unidade de Negócios Upstream	Despesas de investimentos de projetos, tais como: re-desenvolvimento do Bayu-Undan; Contrato de Partilha de Produção (CPP) do Greater Sunrise; novo bloco <i>onshore</i> (F) e blocos <i>onshore</i> (B & D) reservados à TIMOR GAP; CPP de Chuditch; investimentos em pesquisa <i>offshore</i> e <i>onshore</i> ; realização do estudo regional do <i>offshore</i> de Timor-Leste como parte das obrigações de trabalho estipuladas no CPP TL-SO-T 19-11. A Unidade inclui igualmente investimentos em subsidiárias da TIMOR GAP e projetos associados à prestação de serviços no setor <i>upstream</i> . Despesas da Unidade para aquisição de <i>software</i> , viagens de campo, formação <i>online</i> para colaboradores, salários & vencimentos, capital, e outras despesas gerais.
Unidade de Negócios Downstream	Despesas de projetos, tais como: atividades de investigação no local designado a projetos, inspeção da instalação de descarga para assegurar o fornecimento de combustível à Central Elétrica da EDTL, E.P.; preparação dos estudos de viabilidade destinados ao Terminal de Importação de Petróleo e ao Terminal de Importação de GNL; operações do posto de abastecimento de combustível no Suai; conclusão do projeto de combustível de aviação Jet-A1 no Aeroporto do Suai e instalação da linha de energia elétrica; protótipo para o novo posto de abastecimento de combustível da TIMOR GAP; execução do estudo de Revisão por Pares para a Refinaria & Complexo Petroquímico e atividades associadas a estudos técnicos para a Fábrica de GNL e Gasoduto. Despesas da Unidade associadas com viagens de campo, salários & vencimentos, capital, e outras despesas gerais.
Unidade do Projeto Tasi Mane	Despesas de projetos do Tasi Mane, tais como: viagens de coordenação, atividades associadas ao realojamento da comunidade afetada pelo projeto da Base de Logística do Suai e do Aeroporto do Suai, Refinaria & Complexo Petroquímico de Betano e TLNG em Beço. As despesas remanescentes dizem respeito a salários & vencimentos e despesas gerais.

Tabela 1-3: Síntese das despesas por Gabinetes e Unidades de Negócio

A maior parcela do orçamento do Ano Fiscal de 2020 respeita ao desenvolvimento e gestão de vários projetos, conforme detalhado nas Secções 2 até à 5.



2. Upstream



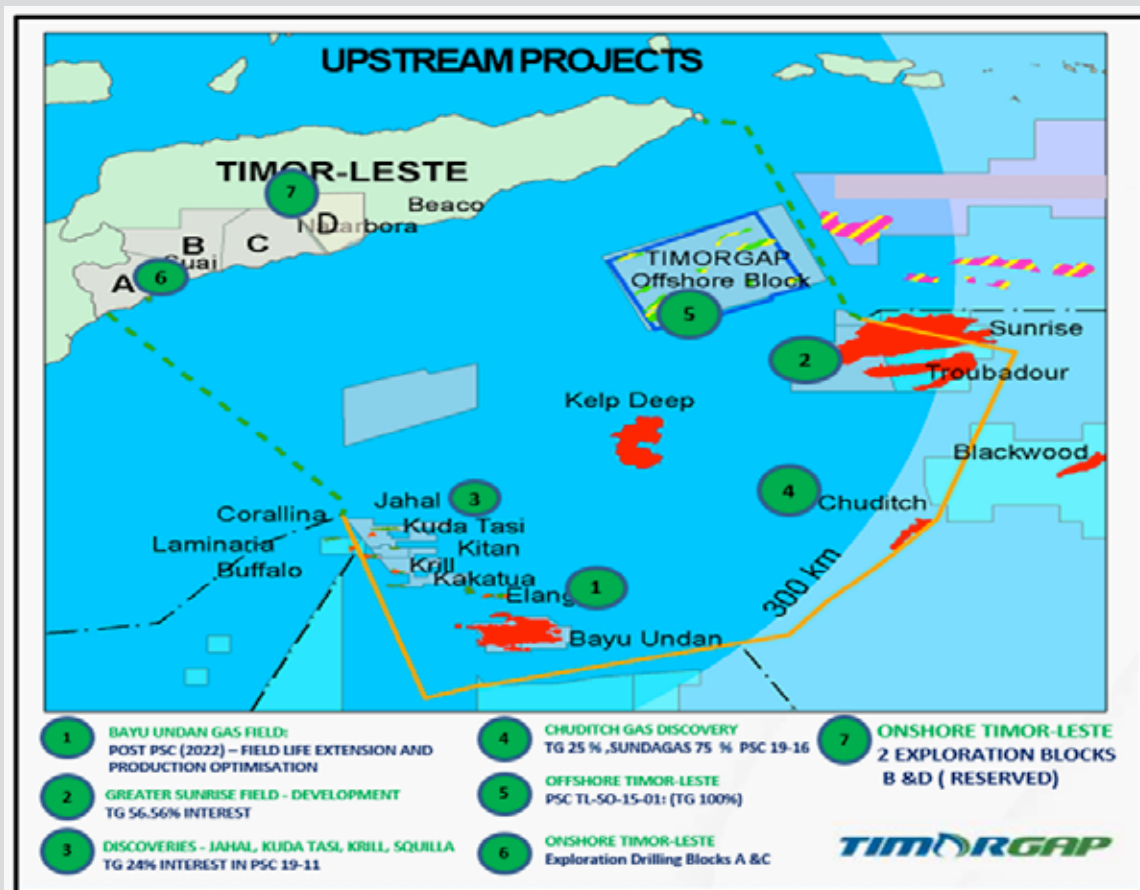


Figura 2-1: Mapa da localização dos projetos a upstream

DESTAQUES DE 2020

Considerando os privilégios que detemos enquanto Companhia Nacional de Petróleo, possuímos uma vantagem competitiva na área comercial e na procura de potenciais parcerias estratégicas de forma a impulsionar os nossos projetos no upstream, a nossa principal atividade de negócio.

- Na sequência da ratificação do Tratado das Fronteiras Marítimas, os campos do Greater Sunrise, nos quais a TIMOR GAP detém a participação maioritária, encontram-se, de momento, em fase de conclusão do CPP. Sob a supervisão da nova Administração, foram iniciadas as primeiras tentativas entre a TIMOR GAP e os outros parceiros da JV, nomeadamente, a OSAKA GAS e WOODSIDE, de modo que os parceiros chegassem a um consenso relativamente ao Regime Fiscal a nível da *Joint Venture*;
- Investimento nos blocos *onshore* e *offshore*: a) blocos *offshore*: iniciada a avaliação técnica para as áreas *offshore* a serem disponibilizadas no âmbito da próxima ronda de licenciamento anunciada pela ANPM; b) blocos *onshore*: realizados estudos de campo de reconhecimento geológico ao novo bloco *onshore* (F) e estudos de campo iniciais aos blocos *onshore* (B & D) reservados à TIMOR GAP; c) Assinado o Acordo de Confidencialidade com a ANPM, através da ZEBRA DATA SCIENCES, com o objetivo de aceder aos dados *onshore* e *offshore* relativos aos blocos da segunda ronda de licenciamento da ANPM;
- CPP TL-OT-17-08 (Bloco A) & CPP TL-OT-17-09 (Bloco C): a) mobilizada para Timor-Leste a sonda de perfuração destinada à campanha de perfuração no bloco *onshore* A; b) concluído o processamento e interpretação do Levantamento Sísmico Fafulu 2D efetuado em 2019 para o bloco *onshore* C;
- Concluídos, em 2020, os estudos de Inversão de Onda Completa e Migração Reversa no Tempo para o prospecto de Baleia, localizado na área de contrato do CPP TL-SO-15-01. A ANPM concedeu uma prorrogação de dois anos para a perfuração prevista no Segundo Período deste CPP;
- Concluído, em 2020, o Estudo Regional do *Offshore* de Timor-Leste pelos parceiros do CPP TL-SO-T 19-11. Estudos adicionais estão a ser realizados de modo a avaliar na íntegra o potencial de hidrocarbonetos deste CPP;
- Concluídos vários estudos preliminares Geológicos e Geofísicos (G&G) e o estudo comercial para o CPP TL-SO-19-16. O projeto de reprocessamento sísmico para o CPP TL-SO-19-16 está em fase de discussão e finalização e prevê-se que seja executado em 2021;
- TIMOR GAP Drilling Services, Unipessoal, Lda. celebrou um Memorando de Entendimento com a empresa Petro-Vietnam Drilling (PVD), a fim de fortalecer a cooperação entre ambas as empresas no que diz respeito à prestação de serviços para o setor *upstream*.

2.1. Perspetiva Geral

As atividades e projetos a *upstream* são identificados como a principal atividade de negócio da TIMOR GAP, encontrando-se sob a responsabilidade da Unidade de Negócios *Upstream* e suas subsidiárias. A nova Administração continua empenhada em cumprir os compromissos assumidos no Programa de Trabalho dos Contratos de Partilha de Produção (CPP) existentes, enquanto procura expandir a pesquisa *onshore* e *offshore*, e captar igualmente novas oportunidades de negócio na área de prestação de serviços para o setor *upstream*.

Os CPP da TIMOR GAP, no *offshore* e *onshore*, encontram-se em diversas fases do Programa de Trabalho de Pesquisa: *a)* na sequência da ratificação do Tratado das Fronteiras Marítimas, os campos do Greater Sunrise, nos quais a TIMOR GAP detém a participação maioritária, encontram-se, de momento, em fase de conclusão do CPP; *b)* os CPP no *onshore*, em parceria com a TIMOR RESOURCES, atingiram a fase da perfuração de pesquisa e os locais de perfuração foram concluídos em 2020; *c)* as atividades *offshore* da TIMOR GAP no CPP TL-SO-15-01 centram-se na conclusão do portefólio dos prospectos identificados através dos dados recolhidos no Levantamento Sísmico de Banda Larga *Crocodile 3D*, o qual obteve excelentes resultados; *d)* estudos adicionais estão a ser realizados para avaliar na íntegra o potencial de hidrocarbonetos do CPP TL-SO-T 19-11, face aos resultados da campanha de perfuração de Kanase; e *e)* o projeto de reprocessamento sísmico para o CPP TL-SO-19-16 está em fase de discussão e finalização, prevenindo-se a sua execução em 2021.

À medida que a TIMOR GAP expande a sua área de pesquisa, o mapeamento de campo e a avaliação técnica foram concluídos, como parte do processo de preparação para a apresentação da candidatura necessária aos dois blocos reservados à TIMOR GAP na área *onshore* de Timor-Leste. Os blocos, ao abrigo do processo de disponibilização de áreas efetuada pela Autoridade Nacional de Petróleo e Minerais (ANPM) para o período de 2019-2021, estão, de momento, em fase de avaliação e a TIMOR GAP irá continuar a atuar na prossecução destas

oportunidades no próximo ano.

Em conformidade com a nova estrutura organizacional da empresa, a Unidade de Negócios *Upstream*, através dos Serviços de Novos Empreendimentos e Desenvolvimento de Negócios, foca igualmente as suas atividades na captação de novas oportunidades de negócio, envolvimento de parceiros em atividades de pesquisa em blocos *onshore* e *offshore*, assim como na procura de novas parcerias para as subsidiárias. Em 2020, o departamento de Serviços de Novos Empreendimentos e Desenvolvimento de Negócios abordou várias empresas qualificadas com o intuito de encetar discussões sobre o desenvolvimento de blocos *onshore* e *offshore*. Algumas destas comunicações decorreram com determinadas empresas, tais como, a SANTOS, PTT Tailândia, Petro-Vietnam (PVN), Sapura Energy, entre outras. As subsidiárias TIMOR GAP Drilling & Services e TIMOR GAP Seismic Services, cujo objeto consiste na prestação de serviços para o setor *upstream*, encontram-se sob a supervisão do referido departamento.

A Unidade de Negócios *Upstream* é essencialmente constituída por geocientistas e engenheiros. Colaboradores de áreas técnicas foram destacados para diferentes projetos conforme a estrutura da equipa, sendo necessário deterem a competência técnica requerida ao uso do *software* relevante às atividades diárias da Unidade. Neste contexto, no decurso de 2020, foram facultados cursos de formação *online*, com foco no reforço de capacidades técnicas, recorrendo a fluxos de trabalho padrão e ao uso adequado do *software* adquirido por esta Unidade. Informação detalhada sobre este tópico está disponível na secção “5.2. Gestão de Recursos Humanos” do presente Relatório.

As atividades e projetos realizados pela Unidade de Negócios *Upstream* durante o período de reporte abrangido pelo presente Relatório, são de seguida apresentados de acordo com a sequência estipulada no Programa de Trabalho e Orçamento para 2020.

2.2. Campos do Greater Sunrise

2.2.1. Regime Especial do Greater Sunrise

Os Campos do Greater Sunrise constituem parte da formação rochosa conhecida como Formação Plover (Superior e Inferior) que subjazem a Área do Regime Especial e contém os depósitos petrolíferos do Sunrise e Troubadour, descobertos em 1974, e localizados no Mar de Timor, a 140 km do sudeste de Timor-Leste e 450 km do noroeste da Austrália.

Os campos do Greater Sunrise encontram-se ao abrigo do Regime Especial do Greater Sunrise estabelecido pelo Tratado das Fronteiras Marítimas celebrado entre Timor-Leste e a Austrália (doravante designado de “Tratado”), assinado em 6 de março de 2018 e entrou em vigor a 30 de agosto de 2019. O Regime Especial do Greater Sunrise visa estabelecer um caminho para o desenvolvimento dos recursos do Greater Sunrise e estipula que Timor-Leste irá receber 70 ou 80 por cento das receitas

do *upstream* resultantes da exploração direta a *upstream* do petróleo produzido nos campos do Greater Sunrise, dependendo da opção de desenvolvimento selecionada, isto é, seja através de um gasoduto até à fábrica de processamento de gás natural liquefeito (GNL) em Timor-Leste ou na Austrália.

Além de definir a partilha de receitas derivadas do *upstream*, o Regime Especial contém disposições relativas à tributação, estrutura de governação e regulatória aplicável aos campos. A estrutura regulatória inclui a Autoridade Designada, a Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANPM) de Timor-Leste, administrada por um Conselho de Supervisão composto por dois representantes nomeados por Timor-Leste e um representante nomeado pela Austrália.



Figura 2-2: Mapa dos campos do Greater Sunrise

2.2.2. Contrato de Partilha de Produção do Greater Sunrise

Prevê-se que os campos do Greater Sunrise sejam desenvolvidos através de um agrupamento de GNL no *onshore* de Timor-Leste, recorrendo-se para esta finalidade, a um sistema de gasodutos submarinos disposto ao longo da *Timor Trough*, a partir dos campos do Greater Sunrise até

terra, e a uma Fábrica de GNL em Beço, na costa sul. Este conceito de desenvolvimento é conhecido como Gás Natural Liquefeito de Timor ou TLNG e é parte integrante do Projeto Tasi Mane, que se destina a proporcionar o máximo de benefícios socioeconómicos ao país, enquan-

to oferece um valor significativo a todos os participantes do projeto.

O desenvolvimento do Greater Sunrise será executado em dois projetos distintos: *a*) projeto *Upstream*, que inclui o desenvolvimento de poços submarinos e associado sistema de produção, instalações *offshore* de produção/processamento, e instalações onshore para processamen-

to, armazenamento e descarga de condensado, líquidos e monoetilenoglicol (MEG); e *b*) projeto *Downstream*, que inclui o gasoduto de exportação para a costa (ao longo da *Timor Trough*), instalações da Fábrica de GNL e Instalações Marítimas para a exportação de GNL. O conceito de desenvolvimento do GNL em Timor (*Timor LNG* ou TLNG, na sigla em inglês) é esquematicamente apresentado na Figura 2-3.

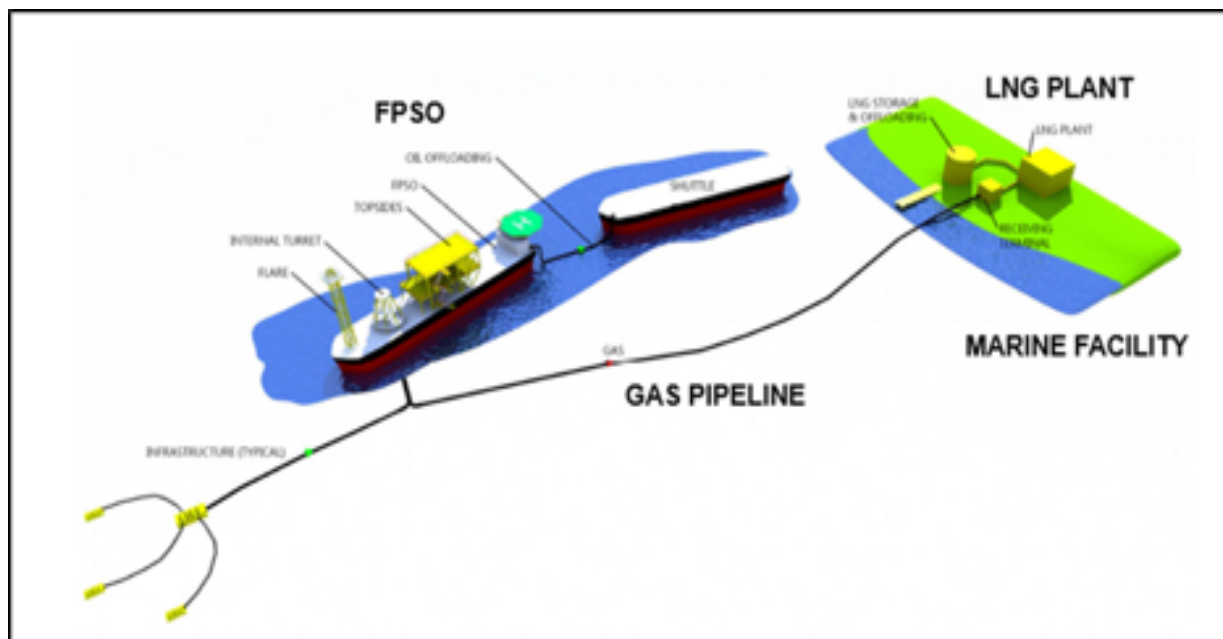


Figura 2-3: Conceito de desenvolvimento de TLNG

O Tratado permitiu a criação de uma plataforma de intensa negociação e discussão com os Parceiros da *Joint Venture* no *Upstream* e, com isto, desenvolvimentos comerciais foram alcançados, resultando na aquisição dos interesses participativos e direitos da Shell e ConocoPhillips no PSC JPDA 03-19, PSC JPDA 03-20, *Retention Lease NT/RL* e *Retention Lease NT/RL2* dos campos do Greater Sunrise, concretizada através de Contratos de Compra e Venda entre as referidas empresas e suas afiliadas e as subsidiárias da TIMOR GAP, 100% detidas pela empresa e exclusivamente criadas e constituídas para o efeito: TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.; TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.; TIMOR GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.; e TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda., em conformidade com os termos dispostos pelo Governo na Resolução n.º 20/2018, de 24 de outubro, e Resolução n.º 5/2019, de 30 de janeiro.

Neste contexto, a TIMOR GAP, através das suas subsidiárias, detém um interesse participativo maioritário de 56.56%, enquanto os outros Parceiros da *Joint Venture* a *Upstream* detém a remanescente participação, nomeada-

mente, a Osaka (10%) e Woodside (33.44%), assumindo igualmente a função de Operadora. Em 2020, a TIMOR GAP, como detentora da participação maioritária, empenhou-se na conclusão do CPP, envolvendo, para o efeito, os Parceiros da *Joint Venture* e revendo a minuta proposta para o CPP. No decurso deste ano, a *Joint Venture* do Sunrise registou progressos, avançando em direção à conclusão dos termos fiscais e realizando discussões sobre as alterações ao Código de Exploração Mineira do Petróleo e ao conteúdo da minuta do modelo do CPP. Em paralelo, a equipa técnica da TIMOR GAP está a atualizar os modelos de subsuperfície com o propósito de avaliar a definição da subsuperfície do Greater Sunrise e selecionar o conceito de desenvolvimento *upstream*.

As atividades realizadas durante 2020 consistem na Minuta do Código de Exploração Mineira do Petróleo, Regime Fiscal e outros instrumentos jurídicos associados, analisados em conjunto com a *Joint Venture* do Sunrise, e realização de discussões iniciais técnicas e comerciais. O Programa de Trabalho e Orçamento para o ano de 2021 foi acordado entre os parceiros da *Joint Venture* do Sunrise, após as devidas reuniões e revisões.

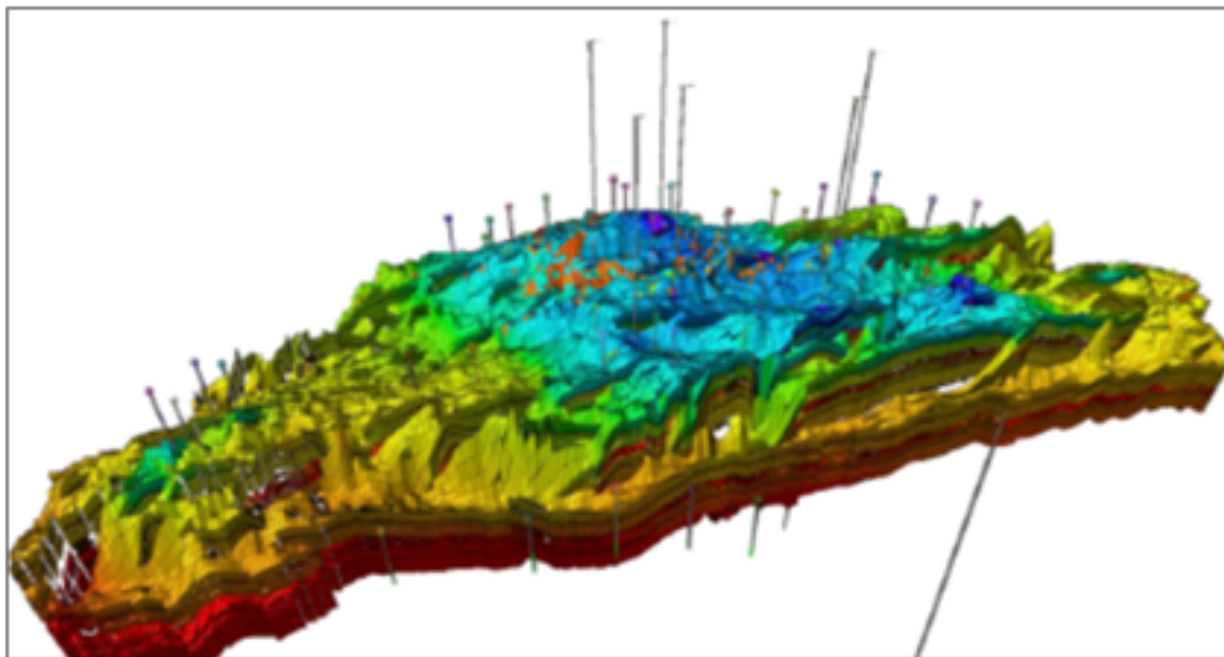


Figura 2-4: Simulação do reservatório do Greater Sunrise abrangendo todos os poços – Modelo da TIMOR GAP

2.3. Projeto Bayu-Undan - Estudo Técnico Pós-CPP 2022

O Bayu-Undan é um campo de gás condensado situado no Mar de Timor, a 250 km do sul de Timor-Leste e 500 km do norte da Austrália, localizado na jurisdição exclusiva de Timor-Leste, após a ratificação do Tratado das Fronteiras Marítimas Permanentes em 2019. O Governo de

Timor-Leste confiou à TIMOR GAP, através da Comissão Conjunta e do Ministério do Petróleo e Minerais, a realização da revisão completa do campo de Bayu-Undan, com o objetivo de gerir e otimizar os recursos.

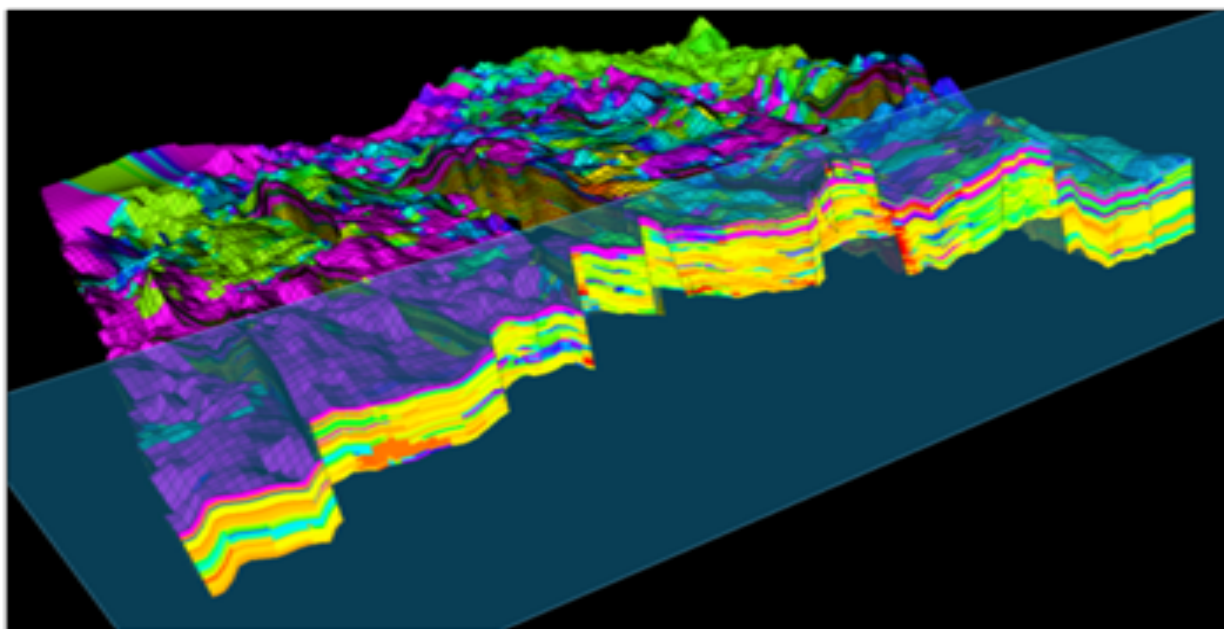


Figura 2-5: Modelo do Bayu-Undan elaborado pela TIMOR GAP

Estudos técnicos efetuados pela equipa da TIMOR GAP em 2020 no âmbito do projeto do Bayu-Undan incluem a avaliação independente das reservas remanescentes e da previsão da produção; revisão da modelagem estática e dinâmica do reservatório da Operadora/*Joint Venture*; e ajuste do histórico.

No decurso de 2020, a TIMOR GAP participou igualmente em Reuniões Trilaterais com a ANPM e a Santos. O principal objetivo das referidas reuniões consiste na avaliação das opções de produção Pós-CPP e na sua possível prorrogação. A TIMOR GAP, na qualidade de contratante detida pelo Estado, demonstrou interesse em integrar a *joint venture* no período Pós-CPP e discussões neste âmbito estão a decorrer.

2.4. Investimentos em Blocos no *Onshore* e *Offshore*

2.4.1. Avaliação de Áreas no *Offshore*

A TIMOR GAP tem vindo a realizar e avaliar estudos técnicos em virtude da disponibilização de áreas no *offshore* como parte da próxima ronda de licenciamento anunciada pela ANPM. A avaliação técnica teve início em 2020, incluindo a análise de dados sísmicos e de poços

disponibilizados na base de dados virtual da ANPM. A avaliação técnica centrar-se-á em determinados blocos disponíveis que, atualmente, se encontram localizados em área aberta.

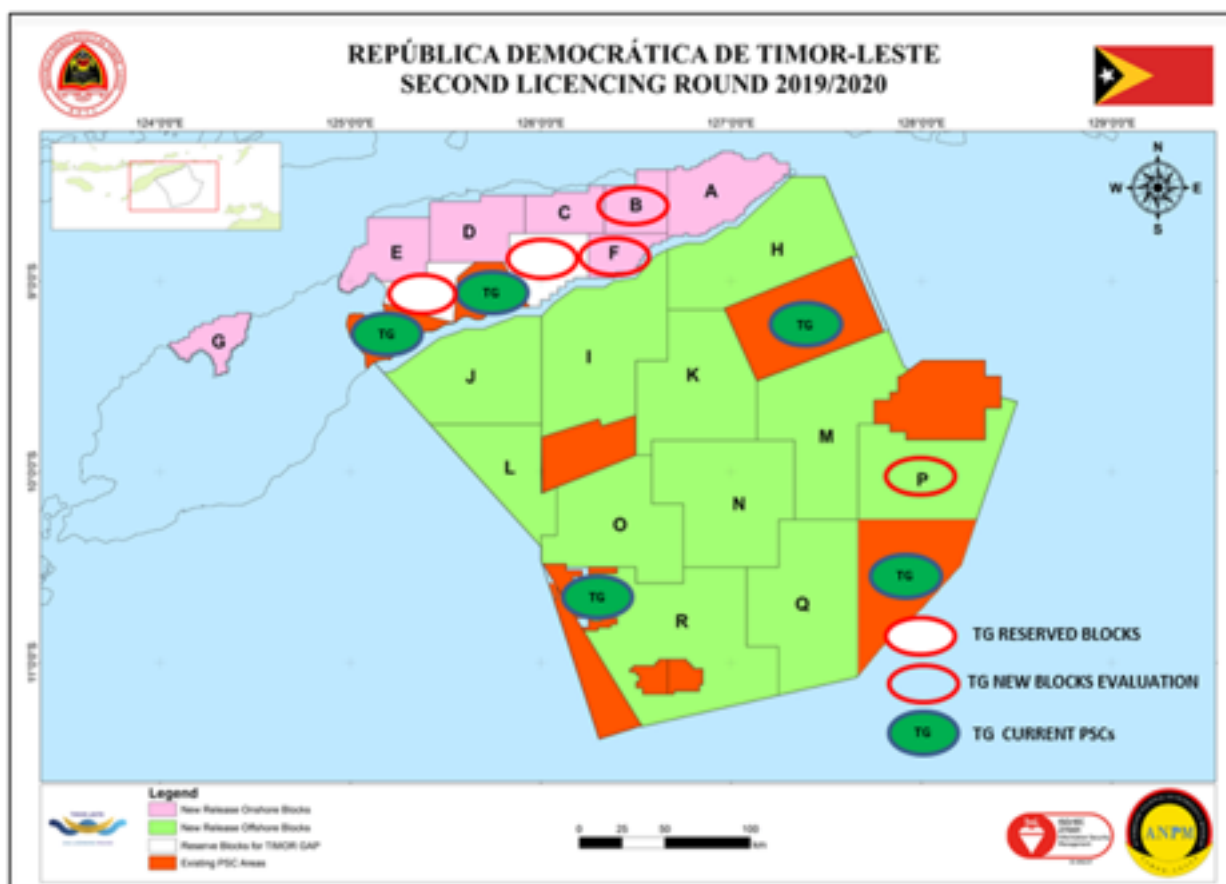


Figura 2-6: Mapa com a indicação dos blocos da TIMOR GAP e potenciais novos blocos

2.4.2. Avaliação de Blocos no *Onshore*

No decurso de 2020, a TIMOR GAP executou um estudo técnico com o intuito de avaliar a prospetividade do Bloco *Onshore* disponibilizado pela ANPM no decorrer da ronda de licenciamento para o período de 2019/2020. Esta atividade consiste em avaliar todos os dados disponíveis na base de dados da TIMOR GAP; inventário de dados proveniente das primeiras pesquisas petrolíferas em Timor-Leste; levantamento geológico e estudos no *onshore* de Timor-Leste; e incorporação de dados do recente levantamento *Aero Mag* & Gravidade da base de dados da ANPM.

Integrados na recolha de dados *onshore* para avaliação dos

Blocos *Onshore* reservados à TIMOR GAP (B e D) e do Novo Bloco (F), dois estudos de campo de reconhecimento geológico foram realizados este ano, nomeadamente, um estudo de campo de reconhecimento geológico ao Bloco F, que abrange o Município de Viqueque; e estudos de campo iniciais aos Blocos reservados à TIMOR GAP (B e D), que abrangem o Município de Covalima, Manufahi, e o distrito de Manatuto, respetivamente. Adicionalmente, a Unidade de Negócios *Upstream* da TIMOR GAP celebrou igualmente um Acordo de Confidencialidade com a ANPM, através da ZEBRA Data Sciences, de modo a aceder aos dados *onshore* e *offshore* relevantes à segunda ronda de licenciamento dos blocos da ANPM.

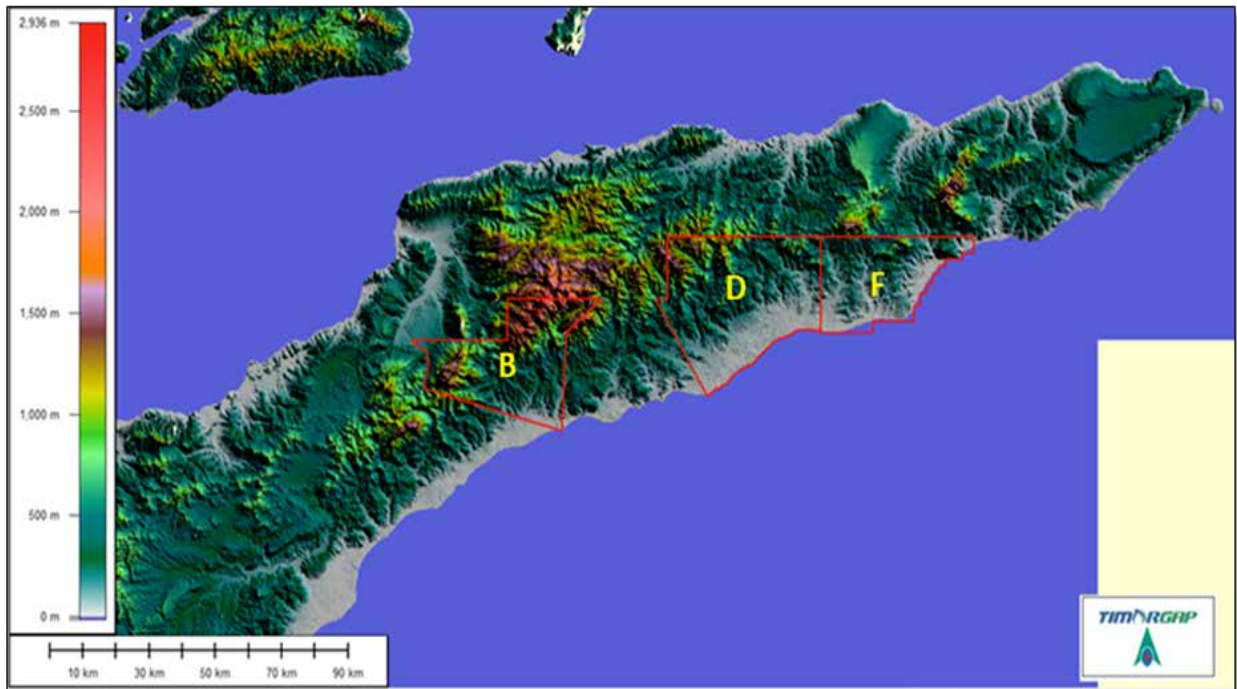


Figura 2-7: Mapa topográfico com a indicação da localização dos blocos B e D reservados à TIMOR GAP e do novo bloco F

A viagem de campo aos blocos reservados à TIMOR GAP foi realizada entre os dias 12 a 20 de dezembro de 2020, com o objetivo de analisar no local a topografia da área

e efetuar uma avaliação da logística necessária à preparação do projeto de levantamento sísmico inicial.



Figura 2-8: Coordenação da Unidade de Negócios Upstream- Equipe Onshore com os Líderes Locais de Soibada, Manatuto, previamente à realização do trabalho de campo de reconhecimento geológico

A viagem de campo ao Bloco F foi realizada no período de 23 a 31 de outubro de 2020, com o propósito de observar no local os afloramentos de petróleo e gás de modo a

avaliar o Sistema Petrolífero e a topografia da área, assim como, a logística inerente a futuras atividades de pesquisa.



Figura 2-9: Coordenação da Unidade de Negócios Upstream- Equipa Onshore com as Autoridades Locais de Watulari, previamente à realização do trabalho de campo de reconhecimento geológico

A Unidade de Negócios *Upstream*, em conjunto com a Equipa *Onshore*, visitou a 22 de dezembro de 2020, o Subdistrito de Watulari, onde distribuíram *newsletters* da Viagem de Campo conduzida ao Novo Bloco F e doaram computadores em segunda mão aos Sucos, recebidos pelo Administrador Adjunto do Subdistrito de Watulari. Os Chefes de Sucos do Subdistrito de Watulari visitaram o

escritório do TIMOR GAP, onde decorreu uma breve reunião com a equipa da Unidade de Negócios *Upstream* e a Equipa *Onshore* alusiva ao trabalho de reconhecimento geológico realizado em campo e sobre o plano da próxima pesquisa a desenvolver em Viqueque, particularmente no Subdistrito de Watulari.





Figura 2-10: Entrega de computadores pela Unidade de Negócios Upstream- Equipa Onshore ao Administrador Adjunto do Subdistrito de Watulari (A); Breve reunião entre a equipa da Unidade de Negócios Upstream e os Chefes dos Sucos de Watulari sobre o estudo de campo de reconhecimento geológico e o plano da próxima pesquisa a desenvolver em Watulari e nas áreas circundantes (B & C)

2.5. CPP TL-OT-17-08 & TL-OT-17-09

O primeiro CPP da TIMOR GAP no *onshore*, assinado em 2017 através das subsidiárias integralmente detidas pela empresa, a TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda., e a TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda., em parceria com a TIMOR RESOURCES Pty Ltd, uma sociedade constituída na Austrália e afiliada do Grupo de Empresas NEPEAN Engineering, iniciou as atividades de pesquisa de petróleo e gás no Bloco A (CPP TL-OT-17-08) e no Bloco C (CPP TL-OT-17-09). Os direitos exclusivos de pesquisa de hidrocarbonetos no Bloco *Onshore* foram concedidos à TIMOR GAP através da Resolução do Governo n.º 44/2015.

Os dois contratos abrangem uma área que compreende quatro Municípios na zona sudoeste do país. O Bloco A abrange sobretudo a área do Município de Covalima e Bobonaro, enquanto o Bloco C abrange sobretudo a área do Município de Manufahi e Ainaro. Ambas as áreas são consideradas altamente prospetivas devido à presença de dezenas de afloramentos de petróleo e gás identificados na referida área, indicando a existência de um sistema petrolífero ativo. De facto, mais de 70 afloramentos ou indícios de hidrocarbonetos perfurados ou naturais foram documentados em todo o território de Timor-Leste, com mais de 30 registados no Bloco A e no mínimo 6 no Bloco C.

Os CPP estabelecem uma parceria de 50:50 entre a TIMOR GAP ONSHORE BLOCK & TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C e a sua parceira TIMOR RESOURCES, com a última a assumir a função de Operadora. Ambas as partes se comprometeram com um Programa de Trabalho de Pesquisa de 7 anos com Obrigações Mínimas de Trabalho de Pesquisa a englobarem estudos técnicos, estudos Geológicos e Geofísicos, Estudo do Impacto Ambiental (EIA), Plano de Gestão Ambiental, planeamento e execução do Levantamento Sísmico 2D, e compromisso para perfuração de um poço até à profundidade mínima cumulativa de 2000 metros e estudos de avaliação da amostra do poço durante o Período Inicial.

De acordo com as Obrigações Mínimas de Trabalho de

Pesquisa definidas para o Período Inicial, o Levantamento Sísmico Vibratório (*Vibroseis*) Fafulu 2D no onshore foi realizado e concluído em 2018 no Bloco A, com a aquisição de 186 km de dados sísmicos; e o Levantamento Sísmico Vibratório 2D para o Bloco C foi concluído em 2019, abrangendo a aquisição de uma linha total de 145.400 km de dados sísmicos. Para este Bloco, a interpretação geológica integrada do Levantamento Sísmico Fafulu 2D de 2019 foi realizada em 2020, de modo a identificar *leads* e prospectos para perfuração na área do bloco. O processamento e interpretação do Levantamento Sísmico Fafulu 2D efetuado em 2019 foi concluído e estão a decorrer discussões no âmbito das recentes interpretações sísmicas e estruturais destinadas à identificação de prospectos para perfuração.



Figura 2-11: Visita de S.Exa. o Ministro do Petróleo e Minerais às instalações do acampamento da TIMOR RESOURCES em Betano



Figura 2-12: Acampamento da TIMOR RESOURCES em Betano, utilizado como base para o Levantamento Sísmico Vibroseis 2D concluído em 2019

Com base nos resultados sísmicos obtidos no Bloco A, a TIMOR GAP ONSHORE BLOCK e a sua parceira TIMOR RESOURCES conceberam uma campanha de perfuração de cinco poços de pesquisa na área do bloco, elaborada a fim de testar vários tipos de *plays* com múltiplos alvos em cada poço. Os poços de pesquisa propostos correspondem aos prospectos de Karau, Kumbili (com um duplo alvo de pesquisa ou *dual target*), Laisapi, Lafaek e Raiketan, localizados na zona costeira entre o Suai, no Oeste, e Zumali, no Leste, e até 7km no interior a partir do litoral, no Município de Covalima. Os poços irão situar-se em três Postos Administrativos, nomeadamente, Suai, Maucatar e Zumalai, no Município de Covalima. Karau-1, o primeiro poço da campanha, será perfurado a uma profundidade de 1,080 metros, visando atingir um intervalo de reservatório de cerca de 430 metros de espessura bruta, na Formação de Viqueque. No decurso

de 2020, como parte da preparação da campanha de perfuração, concluiu-se a construção do local dos poços de Karau e Kumbili.

Para o propósito acima mencionado, a Eastern Drilling Services foi adjudicada com o contrato para a provisão de uma sonda de perfuração e associados serviços respeitantes ao poço de pesquisa Karau-1. Em 2020, a sonda de perfuração e 900 toneladas de revestimento chegaram a Timor-Leste, e foram transportados para o local do poço de Karau e para o Campo de Haemanu. O início da campanha de perfuração estava previsto para 2020, no entanto, devido às restrições das entradas no país decretadas pelo Governo em resposta à pandemia global da Covid-19, impedindo a deslocação dos engenheiros e técnicos contratados a Timor-Leste, o projeto encontra-se suspenso desde o final de março de 2020.

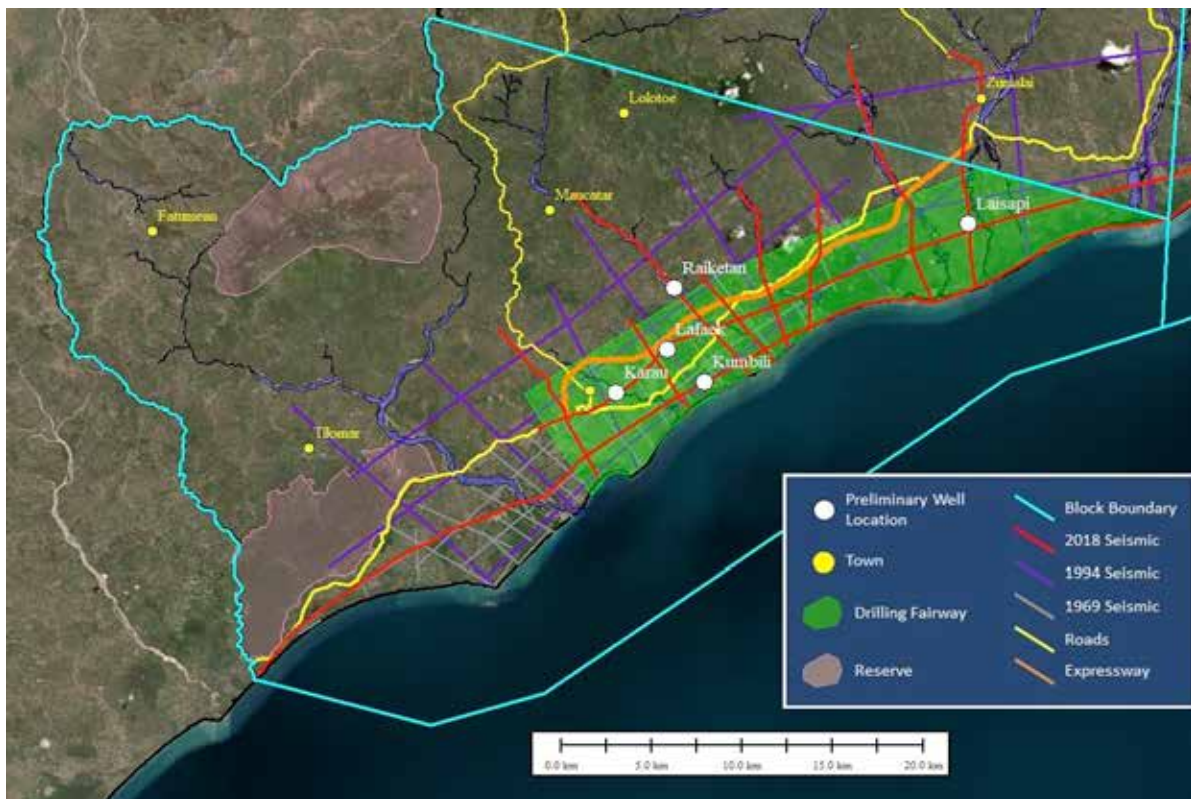


Figura 2-13: Mapa dos poços de pesquisa propostos



Figura 2-14: Ancoragem do LCT Maritindo Perkasa 2 no cais do porto do Suai (esquerda); operação de descarga do mastro da sonda de perfuração (direita)

Todavia, a TIMOR GAP e a sua parceira continuam empenhadas em desbloquear o potencial dos recursos de petróleo e gás existentes no *onshore*, que embora seja desde há muito reconhecido, tem permanecido amplamente inexplorado e subaproveitado. A campanha de perfuração

dos cinco poços referidos *supra* assinala a primeira campanha de perfuração realizada no *onshore* de Timor-Leste desde 1972, um marco considerável ao qual ansiamos dar início com o potencial de gerar um valor substancial para os *stakeholders* do projeto.

2.6. CPP TL-SO-15-01

A subsidiária integralmente detida pela TIMOR GAP, TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda., foi adjudicada com o CPP TL-SO-15-01 em 2015, através do Despacho Ministerial n.o 3/GMPRM/XII/2015, datado a 18 de dezembro, detendo um interesse participativo de 100% neste CPP *offshore*. Os direitos exclusivos de pesquisa de hidrocarbonetos foram concedidos à TIMOR GAP através da Resolução do Governo n.o 44/2015, datada a 22 de dezembro, incluindo a autorização para realizar um levantamento de dados sísmicos 3D multi-clientes (*multi-client seismic*) no referido bloco *offshore*.

O bloco do CPP localiza-se na área de jurisdição marítima exclusiva de Timor-Leste, a cerca de 60 km do sudeste extremo oriental da ilha de Timor, entre Timor e o campo de gás condensado Greater Sunrise, a um nível intermédio de profundidade. Um levantamento sísmico *Crocodile* 3D foi efetuado numa área de 2780 quilómetros quadrados durante 2016 e a avaliação completa da prospeção foi executada pela CGG GeoConsulting, incluindo a interpretação dos dados sísmicos 3D, análise AVO, análise da *play*, economia e classificação de prospectos.

Os resultados sísmicos obtidos revelam uma “prospetividade de classe mundial” no bloco com os dados sísmicos a permitirem a representação gráfica de 31 estruturas sísmicas individuais fechadas a vários níveis geológicos (Jurássico, Triássico e Pérmico), frequentemente sobrepostas em sentido vertical, em 17 regiões geograficamente distintas (11 prospectos na Formação Plover, 11 prospectos Triássicos e 9 prospectos Pérmicos), com a maioria das localizações a apresentar múltiplos alvos. Os resultados finais do projeto apresentados pelos peritos da CGG indicam que dos 31 prospectos identificados inicialmente, cerca de seis detêm mais de mil milhões de *Petroleum-Initially-In-Place* (PIIP). É provável que todos os três Sistemas Petrolíferos identificados – Jurássico, Triássico e Pérmico – apresentem probabilidades de conterem acumulações de hidrocarbonetos preservados, com maior ênfase no Sistema Petrolífero Jurássico, particularmente na Formação Plover. O prospecto Baleia merece particular atenção na Área de Estudo de Interesse do *Crocodile* 3D, com o prospecto Tubarão a constituir-se no segundo mais atrativo.

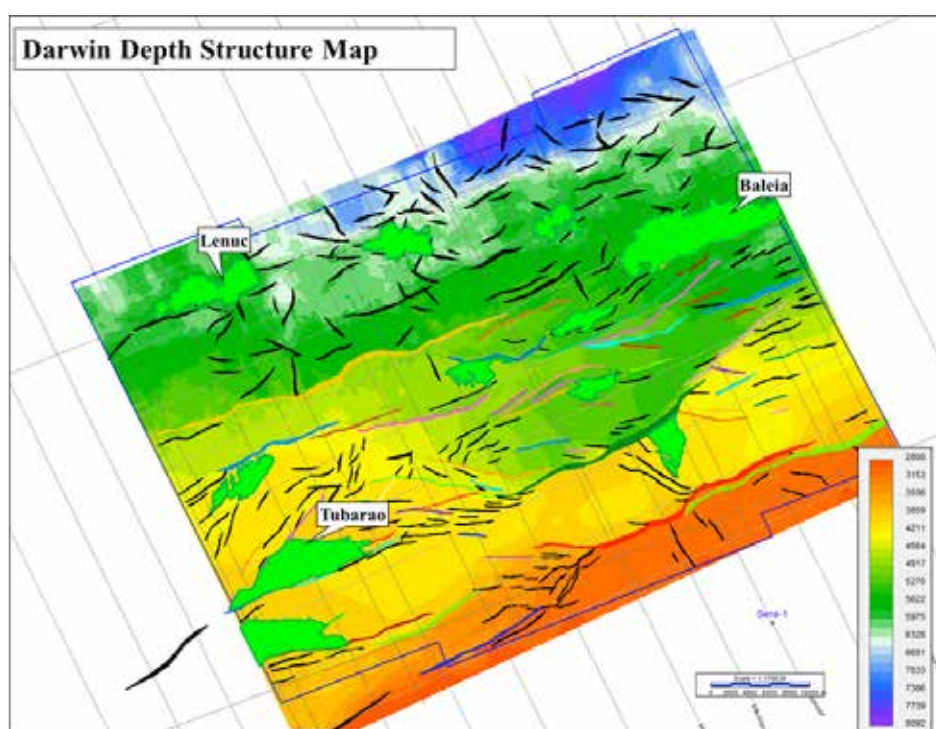


Figura 2-15: Prospectos do Reservatório do Jurássico (Formação Plover)

A parceria para o *supra* CPP é constituída pela TIMOR GAP, que detém um interesse participativo de 24%, a ENI, na qualidade de Operadora deste Contrato com um interesse participativo de 40.53%, e a INPEX, que detém os restantes 35.47%. A área de contrato a pesquisar pela parceria situa-se a aproximadamente 240Km a sul de Díli e 500 km a noroeste de Darwin, abrangendo uma área de 662 km², adjacente ao campo de petróleo de Kitan, e encontra-se a uma profundidade média de 350 m.

De acordo com o Programa de Trabalho de Pesquisa e as Obrigações Mínimas estipuladas no CPP, a parceria continuou a desempenhar as suas Obrigações em 2020 e, face ao resultado obtido com a campanha de perfuração de Kanase, a parceria, com a aprovação da Autoridade, apresentou as principais componentes do Programa de Trabalho de Pesquisa para 2020, o qual abrange uma avaliação exaustiva dos resultados e estudos obtidos após a perfuração do poço em Kanase. Adicionalmente, e com base nos resultados da perfuração, particular atenção foi colocada na revisão da interpretação e no modelo geológico da *play* clástica do Jurássico Primitivo na área de contrato do CPP. Estes estudos foram planeados de modo a avaliar detalhadamente o potencial dos hidrocarbonetos presentes na área do CPP.

Além do exposto anteriormente, e apesar do surto da Covid-19 registado no início de 2020, outra importante atividade realizada pela parceria conjunta (Eni, INPEX e TIMOR GAP) diz respeito ao Estudo Regional do *Offshore* de Timor-Leste. Este estudo foi desenvolvido de modo a satisfazer as obrigações mínimas acordadas pela ANPM e a parceria conjunta. Considera-se que este estudo irá acrescentar valor a futuras pesquisas que se possam vir a desenvolver na área exclusiva de Timor-Leste.

O estudo é conjuntamente realizado pela ANPM e pela parceria, focando-se na área de interesse localizada na área exclusiva de Timor-Leste. O objetivo deste projeto consiste em obter uma interpretação sísmica regional integrada, mapeamento geológico e estudo do sistema petrolífero da Área de Interesse *Offshore* de Timor-Leste. O estudo visa avaliar a prospectividade regional de hidrocarbonetos da área *offshore* de Timor-Leste, utilizando, para o efeito, a interpretação e mapeamento sísmico regional 2D, mapeamento do Ambiente de Deposição Bruto (*Gross Depositional Environment* ou GDE), mapeamento do Segmento Comum de Risco (*Common Risk Segment* ou CRS) e Modelagem de Sistemas Petrolíferos (*Petroleum Systems Modelling* ou PSM). O estudo regional compreende a área de interesse indicada a verde na Figura 2-17.

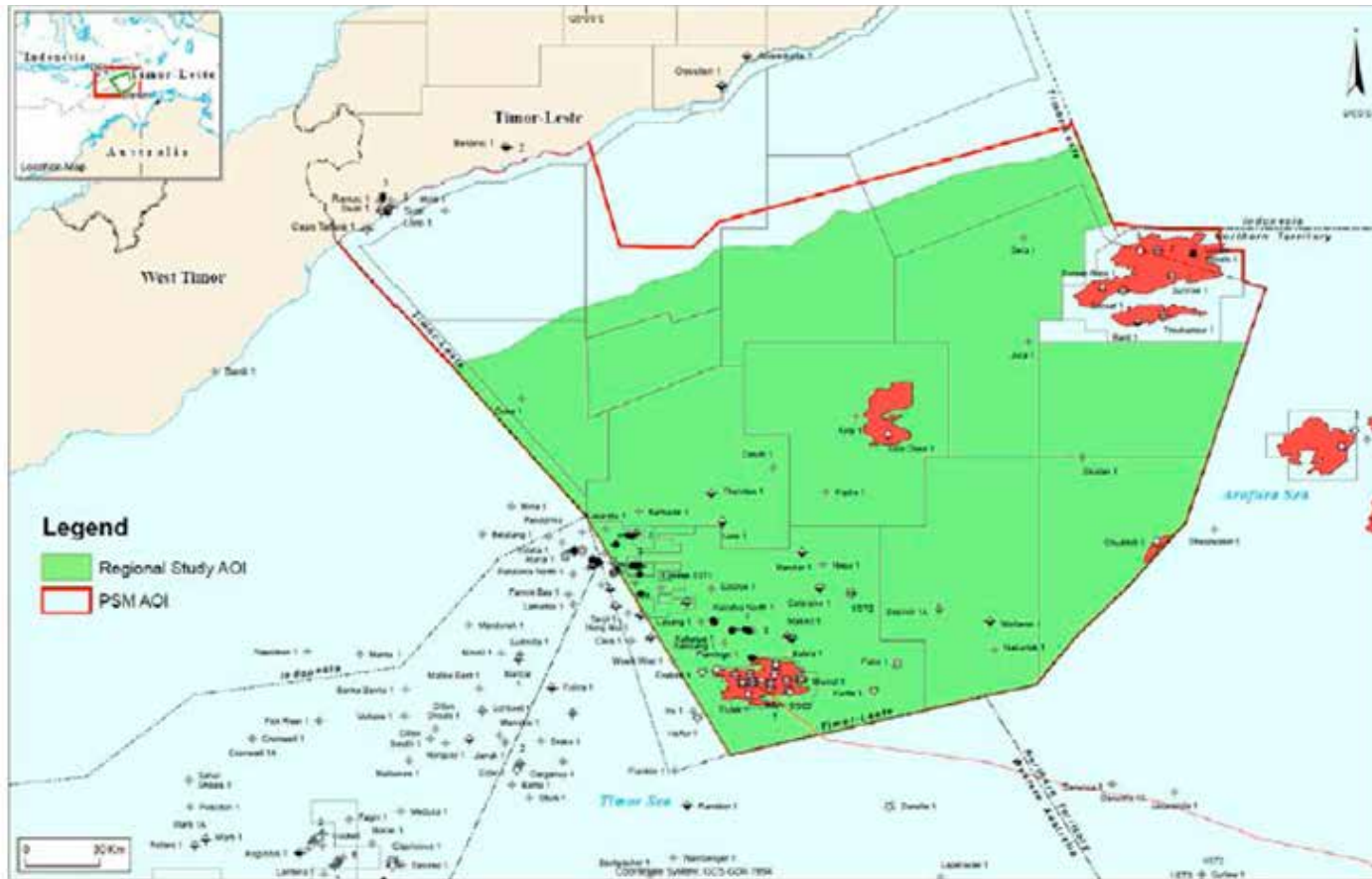


Figura 2-17: Mapa Regional do Offshore de Timor-Leste e Mapa Base de Modelagem dos Sistemas Petrolíferos (Fonte: Relatório do Estudo Regional realizado pela Parceria Conjunta)

O estudo regional resultou na produção dos seguintes elementos:

- 7 (sete) Mapas Regionais de Tempo Bidirecionais (*Two-Way Time* ou TWT) e de Profundidade
- 4 (quatro) Mapas Regionais de Ambiente de Deposição Bruto
- 4 (quatro) Mapas de Segmento Comum de Risco
- Modelo do Sistema Petrolífero produzido com base na Área de Interesse
- Relatório Final (“Relatório de Estudo”)
- 2D CUBE Regional (volume 3D SEG Y) relativo à Área de Interesse
- Formação de 3 semanas na ANPM
- Formação & acesso à tecnologia (PETROMOD) na ANPM

Apesar dos obstáculos enfrentados durante o surto da COVID-19 que afetaram a flexibilidade da execução do estudo, e da significativa reestruturação interna a nível da Administração, a TIMOR GAP, na qualidade de parceira,

participou ativamente no estudo, recorrendo, para tal, a plataformas virtuais. O estudo foi concluído em junho de 2020, com os restantes elementos ainda por entregar em processo de conclusão.

2.8. CPP TL-SO-19-16

A TIMOR GAP, através da subsidiária integralmente detida pela empresa, a TIMOR GAP CHUDITCH, Unipessoal, Lda., e a sua parceira, SundaGas Banda Unipessoal, Lda., assinaram um CPP para a área de contrato TL-SO-19-16 (CPP 19-16) com a ANPM, no dia 8 de novembro de 2019, em nome do Ministério do Petróleo e Minerais, com o propósito de iniciar a avaliação do campo da descoberta de gás de Chuditch e pesquisar as áreas prospectivas adjacentes ao campo da descoberta de Chuditch. O Contrato de Operação Conjunta (*Joint Operating Agreement* ou JOA) foi assinado a 27 de novembro de 2019 entre a TIMOR GAP CHUDITCH, Unipessoal, Lda., e a SundaGas Banda Unipessoal, Lda., e entrou em vigor a 19 de dezembro de 2019, após a devida aprovação da ANPM.

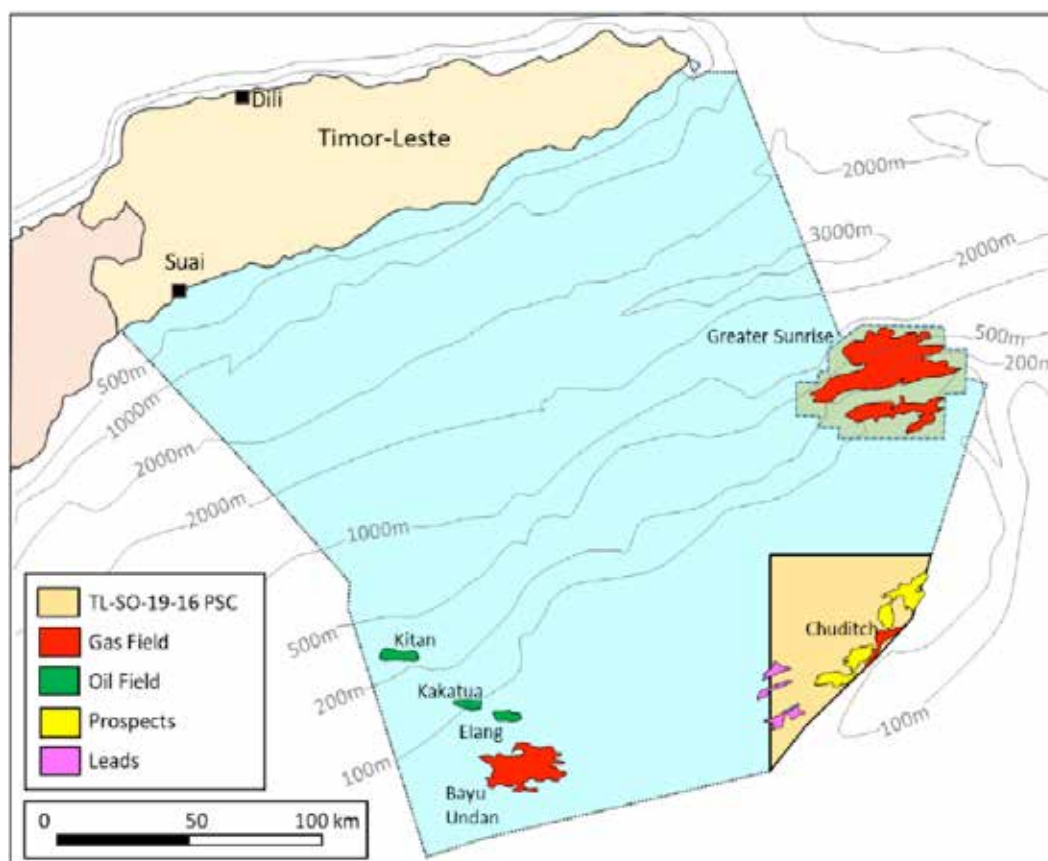


Figura 2-18: Mapa da Localização da Área de Contrato do CPP TL-SO-19-16

A parceria conjunta do CPP referido *supra* é constituída pela TIMOR GAP, que detém um interesse participativo de 25%, e a SundaGas, que detém um interesse participativo de 75%, assumindo simultaneamente a função de Operadora do Contrato. A SundaGas é uma empresa de E&P sediada em Singapura, cuja atividade está direcionada para oportunidades de pesquisa e desenvolvimento de gás em toda a região do Sudeste Asiático.

A área de contrato do CPP TL-SO-19-16 está localiza-

da a aproximadamente 185 km a sul de Timor-Leste, abrangendo uma área de aproximadamente 3,571.49 km², numa profundidade compreendida entre os 50 a 100 metros, abarcando a descoberta de gás de Chuditch-1, o qual foi descoberto pela Shell em 1998. Ambas as Partes comprometeram-se com um Programa de Trabalho de Pesquisa de 7 anos com as seguintes Obrigações Mínimas de Trabalho de Pesquisa: o Período Inicial (Anos 1-3) prevê o reprocessamento sísmico (migração pré-empilhamento em profundidade) de 800km² de dados sísmicos

3D e reprocessamento sísmico de 2000 quilómetros de linha sísmica 2D, revisão do potencial de hidrocarbonetos da totalidade da área de contrato (estudos geológicos e geofísicos) e perfuração de 1 (um) poço de avaliação, caso o reprocessamento sísmico demonstre a presença de uma estrutura relevante associada à descoberta do Chuditch; o Segundo Período (Anos 4 e 5) inclui estudos de avaliação pós-poço e perfuração de 1 (um) poço de pesquisa, e planeamento de cenários de desenvolvimento para a descoberta do Chuditch; e o Terceiro Período (Anos 6 e 7) compreende a realização de estudos geológicos e geofísicos, planeamento de cenários de desenvolvimento, e perfuração de 2 (dois) poços de pesquisa ou avaliação.

Em conformidade com as Obrigações Mínimas de Trabalho de Pesquisa estipuladas para o Período Inicial, estava prevista, para o exercício financeiro de 2020, a implementação de um projeto de reprocessamento sísmico. Contudo, devido a várias questões técnicas alusivas à licença de dados sísmicos 3D multiclientes e a questões relativas à pandemia da Covid-19, não foi possível prosseguir com o projeto de reprocessamento sísmico. Este projeto está atualmente em fase de discussão e conclusão entre os parceiros, a TGS, na qualidade de detentora dos dados sísmicos 3D multiclientes, e a autoridade regula-

dora (ANPM), prevendo-se a sua execução no ano financeiro de 2021.

Além do exposto *supra*, os parceiros concluíram vários estudos preliminares, nomeadamente, estudos Geológicos e Geofísicos (G&G) e o estudo comercial, incluindo a finalização de um estudo regional preliminar, a conclusão da interpretação sísmica preliminar específica para o bloco do CPP e a avaliação volumétrica de petróleo para o bloco, e a atualização do estudo de análise petrofísica, assim como a conclusão do modelo económico preliminar para o campo de gás Chuditch, recorrendo a dados facultados pela ANPM e a vários dados sísmicos preexistentes. Um estudo de G&G mais detalhado será realizado após a conclusão do projeto de reprocessamento sísmico.

Com base na significativa descoberta de gás efetuada pela Shell em 1998 e considerando os estudos técnicos mais recentes, incluindo os estudos G&G conduzidos pela Operadora (SundaGas) em representação da parceria conjunta, a área do contrato do CPP dispõe do potencial para deter uma acumulação substancial de gás e, além da importante descoberta de gás do Chuditch, prevê-se que o campo contenha alvos de pesquisa por testar, tornando-o, assim, num ativo de considerável valor.

2.9. Prestação de Serviços para o *Upstream*

A TIMOR GAP visa criar, captar, desenvolver e otimizar o valor económico, comercial e estratégico das atividades a *upstream*, desde a fase de pesquisa (estudos e levantamentos), perfuração, produção até à fase de desmantelamento, através da participação direta e ativa das suas sub-

sidiárias TIMOR GAP Drilling Services, Lda. e TIMOR GAP Seismic Services, Lda. Os serviços para o setor *upstream* são prestados através das referidas subsidiárias, tal como descrito *infra*.

2.9.1. TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda.

Estabelecida em 2015, a TIMOR GAP Seismic Services (TGSS) é detida pela TIMOR GAP (60%) e pela BGP Geoploter PTE, LTD (40%), uma subsidiária da China National Petroleum Corporation (CNPC) a atuar na prossecução de negócios na área da prestação de serviços sísmicos marítimos. A TGSS foi criada através de um Acordo de Parceria Conjunta (*Joint Venture Agreement*) assinado a outubro de 2015 pelas duas empresas com o objetivo de prestar serviços na área do levantamento de dados sísmicos no território de Timor-Leste, prevenindo-se uma expansão que englobe projetos no estrangeiro. O principal âmbito de negócios da TGSS é a aquisição e processamento de dados sísmicos 2D/3D, com a possibilidade de abranger, no futuro, a interpretação, enquanto proporciona o desenvolvimento de tecnologias e oportunidades de formação aos colaboradores locais através dos seus parceiros internacionais.

Após o estabelecimento desta subsidiária, em dezembro de 2015, a TIMOR GAP lançou o primeiro levantamento sísmico 3D de banda larga, envolvendo para o efeito a TGSS e a BGP, como os contratantes para efetuar a aquisição de dados sísmicos *Crocodile* 3D, abrangendo uma área de 2.780km² no bloco *offshore* CPP TL-SO-15-01. O levantamento foi efetuado pela embarcação BGP Prospector, uma embarcação sísmica com 12 cabos ou *streamers*, tendo sido concluído em 2016. A TGSS está igualmente empenhada na procura de um potencial parceiro para captar novas oportunidades de negócio no *onshore*, o que resultou na assinatura de um acordo entre a TGSS e a PT.BGP Indonésia em 2018, para a colaboração conjunta no levantamento sísmico *onshore* 2D conduzido em território nacional. Em agosto de 2018, a TIMOR RESOURCES, a operadora deste CPP, contratou a TGSS em parceria com a PT.BGP Indonésia para realizar o referido levantamento sísmico *onshore* 2D nas áreas de contrato

do CPP TL-OT-17-08 (Bloco A) e CPP TL-OT-17-09 (Bloco C), localizadas no Município de Covalima e Manufahi, respetivamente, na costa sul de Timor-Leste. O vol-

ume total do trabalho realizado abarca aproximadamente uma extensão de 308.4km.



Figura 2-19: Atividade da TGSS relativa à discussão de potenciais levantamentos sísmicos em Timor-Leste

Em 2020, em função do recente acordo celebrado entre a TGSS e a PT.BGP Indonésia, ambas as Partes continuam a preservar o seu compromisso em estabelecer um armazém de explosivos em Timor-Leste, contudo, devido à pandemia mundial da Covid-19, estes planos e programas foram adiados para 2021. Adicionalmente, a

TGSS continua o seu envolvimento em atividades de levantamentos sísmicos a decorrer e/ou previstas decorrer no território de Timor-Leste, tais como, o levantamento sísmico a realizar pela TIMOR GAP no bloco reservado à empresa, assim como em outros possíveis blocos no *onshore* e/ou *offshore*.

2.9.2. TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda.

A TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda., com a abreviatura TGDS, é uma subsidiária da TIMOR GAP estabelecida em 2017. A criação da TGDS surge como uma importante resposta face à complexidade, desafios e necessidade de prestar serviços aos negócios desenvolvidos no *upstream*. O principal objetivo da TGDS é criar, capturar e otimizar o valor da economia comercial através de oportunidades de negócios relativas ao fornecimento de serviços às atividades de perfuração, particularmente nas fases de pesquisa, desenvolvimento, produção e abandono, entre outros.

Desde o seu estabelecimento, a TGDS participou em vários projetos, tais como, o Bayu-Undan *Infill Wells* (ou BUIW, na sigla em inglês), a Campanha de Perfuração da

ENI e a Campanha de Perfuração dos Blocos *onshore* A & C. Em 2020, a TGDS participou na Fase 3c (P3c, na sigla em inglês) da Santos para o BUIW. Para este projeto em particular, a TGDS, em colaboração com a COSL, pretende prestar serviços de Unidade Móvel de Perfuração *Offshore*. A TGDS visa igualmente prestar outros serviços em conjunto com a parceira Petro-Vietnam Drilling (PVD), nomeadamente, serviços especializados de Revestimento & Coluna Tubular e Corte a Frio, e serviços de modificação e engenharia de sondas de perfuração. No âmbito da futura parceria, a TGDS e a PVD celebraram recentemente um Memorando de Entendimento de forma a fortalecer a cooperação entre ambas as empresas.



Figure 2-20: Celebração do Memorando de Entendimento entre a TGDS e PVD (esquerda); Identificação e captação de novas oportunidades de negócios para prestação de serviços no upstream executada pela TGDS (direita)

Em 2020, a pandemia mundial da Covid-19 surtiu impacto na maioria das atividades da TGDS, incluindo, mas não se limitando, ao compromisso assumido pela TGDS e os seus parceiros em estabelecer uma Fábrica de Lama Líquida & Instalações de Armazenamento de Lamas no Suai. A TGDS pretende igualmente estabelecer uma parceira viável, do ponto de vista económico e estratégico,

com o intuito de encontrar a melhor via comercial para re-desenvolver o campo do Bayu-Undan e, em paralelo, continua a proactivamente procurar potenciais empresas de modo a captar novas oportunidades de negócio associadas às atividades do *upstream* e prestação de serviços de perfuração.



3. Downstream





Figura 3-1: Posto de Abastecimento de Combustível da TIMOR GAP no Suai

A TIMOR GAP está a reformular a sua estratégia de negócios a downstream através da execução de vários projetos a curto prazo, com o objetivo de se posicionar como uma interveniente-chave e uma marca de referência no mercado nacional.

DESTAQUES DE 2020

- A TIMOR GAP assegurou o fornecimento de combustível à Central Elétrica da EDTL, E.P. em Betano, atividade esta regulada e aprovada através do Decreto-Lei n.º 61/2020, de 25 de novembro;
- Iniciado o projeto do Terminal de Importação de Petróleo, concebido para receber e armazenar combustível, antecipando-se que aumente em 40% a capacidade nacional de armazenamento;
- O Terminal de Importação de GNL, um projeto de grande relevo que prevê a conversão das principais centrais elétricas para gás natural, foi iniciado este ano com o lançamento de um Convite à Apresentação de Propostas destinado ao estudo de viabilidade;
- O Posto de Abastecimento de Combustível da TIMOR GAP no Suai reteve os seus clientes *non-cash* ao prorrogar os contratos de fornecimento de combustível com a ANATL, E.P., e com a Administração do Município de Covalima, por um período adicional de seis meses e um ano, respetivamente;
- Iniciado o Estudo de Revisão por Pares para a Refinaria e Complexo Petroquímico de Betano.

3.1. Perspetiva Geral

A TIMOR GAP é responsável, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 31/2011, pelo desenvolvimento de atividades empresariais no *downstream*, incluindo o armazenamento, refinação, processamento, distribuição e venda de petróleo e seus derivados, assim como, de gás natural e outros hidrocarbonetos.

Na prossecução das atividades empresariais atribuídas à empresa, a TIMOR GAP, através da Unidade de Negócios *Downstream*, empenhar-se-á em desenvolver, consolidar e expandir o seu atual portefólio a *downstream*, elaborando um rigoroso plano estratégico com base no estabelecimento de vários projetos a curto prazo, tais como, a importação e venda de produtos petrolíferos, desenvolvimento de Terminais de Importação de Petróleo e GNL, continuação da gestão das operações e serviços retalhistas existentes, e expansão, por etapas, da rede de comércio retalhista no país.

Novos progressos rumo à realização das metas estratégicas acima estipuladas foram alcançados este ano, quando, no quarto trimestre de 2020, a TIMOR GAP, liderada pela nova Administração, obteve a aprovação do Governo para fornecer combustível à Companhia Nacional de Eletricidade de Timor-Leste (Eletricidade de Timor-Leste, EDTL, E.P. – EDTL, E.P.), um projeto previsto ser executado em 2021. Tendo em vista a segurança energética nacional, novos projetos estão a ser desenvolvidos, tais como, a importação de petróleo e GNL, sendo que, no que diz respeito ao Terminal de Importação de Petróleo, estudos de viabilidade e do *Front End Engineering Design* (FEED) estão planeados decorrerem em 2021 e, neste âmbito, os Termos de Referência estão atualmente em fase de preparação. Relativamente ao Terminal de Importação de GNL, um Convite à Apresentação de Propostas foi emitido em dezembro de 2020, para a realização do estudo de viabilidade.

Apesar de a pandemia mundial da Covid-19 ter apanhado despreparada a indústria do petróleo e gás, confortando-a com um panorama energético drasticamente modificado e um declínio na procura, continuámos a trabalhar com o intuito de estabelecer uma rede de serviços petrolíferos retalhistas no território nacional sob a marca da TIMOR GAP, com o posto de abastecimento de combustível retalhista no Suai a manter as operações durante 2020, e planos a serem traçados para a criação de novos postos de abastecimento de combustível nos Municípios de Lautém, Baucau, RAEOA e Díli. Prevê-se que estes novos postos de abastecimento de combustível aumentem o volume de vendas, maximizando assim as receitas da empresa.

A TIMOR GAP está a redefinir a sua abordagem à implementação do Projeto Tasi Mane e isto prevê a realização de uma avaliação e análise técnica exaustiva das componentes do projeto. Neste contexto, está atualmente em curso um estudo interno de Revisão por Pares no âmbito da Refinaria e Complexo Petroquímico, efetuado pela Unidade de Negócios *Downstream*. Estudos adicionais para a Fábrica de GNL e o desvio do Gasoduto para Natarbora, uma localização alternativa proposta para a Fábrica de GNL e o ponto de chegada do gasoduto a terra, foram igualmente iniciados pela anterior Administração. Contudo, os referidos estudos foram cancelados pela nova Administração, enquanto se aguarda o resultado das discussões com os Parceiros da *Joint Venture* do Sunrise relativas ao conceito de desenvolvimento a *upstream*.

A TIMOR GAP presta vários serviços para a indústria do petróleo e gás através das suas subsidiárias, em parceria com empresas internacionais de renome. Subsidiárias sob a Unidade de Negócios *Downstream* atuam na prossecução de oportunidades e atividades de negócio nas áreas dos serviços marítimos & de logística.

As atividades e projetos realizados pela Unidade de Negócios *Downstream* durante o período de reporte abrangido pelo presente Relatório, são de seguida apre-

sentados de acordo com a sequência estipulada no Programa de Trabalho e Orçamento para 2020.

3.2. Novos Projetos & Negócios a *Downstream*

O objetivo principal da nova Administração da TIMOR GAP assenta na componente empresarial e em garantir a segurança energética nacional e, com isso, vários projetos estão a ser concebidos e preparados com o propósito de criar e captar novas oportunidades de negócio a *down-*

stream, melhorando assim o desempenho financeiro da empresa. Os novos projetos e negócios a *downstream* implementados pela nova Administração da empresa são descritos *infra*.

3.2.1. Fornecimento de Combustível à EDTL, E.P.

A TIMOR GAP tem por missão prosseguir, dentro e fora do território nacional, atividades de distribuição e venda de produtos petrolíferos refinados. Neste âmbito, e de modo a cumprir as atividades que lhe foram confiadas, a TIMOR GAP irá fornecer combustível à Central Elétrica de Betano, que opera sob a supervisão da empresa nacional de eletricidade de Timor-Leste, a Eletricidade de Timor-Leste, Empresa Pública (EDTL, E.P.). Ao fornecer o combustível necessário às operações das centrais elétricas, a TIMOR GAP está a apoiar a EDTL, E.P. a satisfazer a crescente procura de energia elétrica fiável e estável em todo o território nacional, garantindo, desta forma, uma maior segurança energética, enquanto expande a sua base de clientes no mercado grossista e impulsiona o desempenho financeiro da empresa.

O fornecimento de combustível à EDTL, E.P. é regulado pelo Decreto-Lei n.º 61/2020, de 25 de novembro, que estipula que é atribuído à TIMOR GAP o fornecimento de, no mínimo, 1 (um) lote de combustível à EDTL, E.P., por um período de três anos, sujeito aos termos do contrato a ser acordado entre as Partes. A EDTL, E.P. poderá atribuir

à TIMOR GAP o fornecimento de lotes de combustíveis adicionais, caso seja acordado entre as Partes e aprovado pelo Conselho de Ministros.

A TIMOR GAP assumiu o compromisso de realizar o fornecimento de combustível em condições de segurança, em conformidade com os mais elevados padrões de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente e de acordo com os valores e especificações técnicas determinadas no contrato. As negociações do contrato com a EDTL, E.P. estão a decorrer, estando o mesmo previsto ser celebrado no primeiro trimestre de 2021, com a entrega do primeiro carregamento agendada para o mesmo período. Neste contexto, foram realizadas várias visitas ao local a fim de avaliar a integridade das instalações de descarga existentes na área das Centrais Elétricas de Betano e Hera, com os resultados plasmados no relatório de avaliação a indicarem que a instalação da SACOM é a única que dispõe de condições para iniciar as operações. Contudo, foi recomendada uma inspeção minuciosa às instalações da SACOM, uma vez que a SACOM recusou à equipa da TIMOR GAP, o acesso às suas instalações.



Figura 3-2: Avaliação da integridade do local conduzida às instalações de descarga de Betano



Figura 3-3: Visita de S. Exa. o Ministro do Petróleo e Minerais às instalações de descarga de combustível da SACOM em Betano

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 61/2020, a TIMOR GAP pode celebrar contratos de parceria com outras empresas para fornecimento de combustível à EDTL, E.P., e, neste âmbito, a 24 de novembro de 2020, um Pedido de Cotação foi emitido a potenciais fornecedores, estando prevista a seleção de um parceiro para o

fornecimento de combustível à EDTL, E.P. em inícios de janeiro de 2021. Um total de 8 (oito) potenciais fornecedores foram convidados a submeter propostas e a TIMOR GAP apenas recebeu 2 (duas) propostas dentro do prazo de submissão estipulado.

3.2.2. Terminal de Importação de Petróleo

Apesar de depender fortemente da importação de produtos petrolíferos refinados de forma a satisfazer a procura de combustíveis líquidos derivados do petróleo no país, um estudo de mercado conduzido pela Frost & Sullivan Austrália em 2019, com foco na recolha de dados sobre a procura e oferta de produtos petrolíferos, concluiu que a capacidade geral de armazenamento e importação de combustíveis de Timor-Leste, não é adequada para satisfazer a procura.

Com base na necessidade de um investimento acrescido a nível do armazenamento de combustível a fim de satisfazer os requisitos estipulados para a importação de combustíveis petrolíferos e garantir a contínua segurança do abastecimento de combustíveis, antecipa-se a construção de novas infraestruturas de importação no território nacional e, neste âmbito, a TIMOR GAP está a planear criar um Terminal de Importação de Petróleo. O referido Ter-

terminal está concebido para receber e armazenar um total de aproximadamente 110,000 m³ de capacidade bruta de combustível, incluindo tanques de armazenamento de gasóleo, gasolina, combustível de aviação (*avtur*) e Gás de Petróleo Liquefeito (GPL), o que resultará num aumento de 40% da capacidade nacional de armazenamento.

Avaliações ao local do projeto foram realizadas no decorso de 2020 em duas potenciais localizações, Betano e Metinaro, e os requerimentos para obtenção da concessão de uso de propriedade e aprovação da localização foram submetidos e, subsequentemente, aprovados pela Direção Nacional de Terras e Propriedades (DNTP) e pela ANPM, respetivamente. Os Termos de Referência (TOR, na sigla em inglês) do projeto estão, de momento, em fase de preparação e prevê-se que o estudo de viabilidade tenha início no primeiro trimestre de 2021.

3.2.3. Terminal de Importação de GNL

O fornecimento de energia elétrica de Timor-Leste é garantido através de três principais centrais elétricas em Hera, Betano e RAEOA (Oecússi), situadas na costa sul e

norte da ilha, além de inúmeras subcentrais distribuídas pelo país, tal como é ilustrado na figura *infra*.



Figura 3-4: Mapa da localização das Centrais Elétricas da EDTL, E.P.

As centrais elétricas de Hera e Betano foram estabelecidas em 2011 e a central elétrica de Inur Sakato (Oecússi) em 2015. Estes geradores instalados dispõem de uma capacidade de conversão que lhes permite funcionarem a gás natural. As três centrais elétricas têm uma capacidade instalada combinada de 272 MW.

O consumo de eletricidade em Timor-Leste é maioritariamente subsidiado pelo governo através de um orçamento anual executado pela EDTL. A elevada dotação orçamental constitui uma sobrecarrega para orçamento do Estado. Por conseguinte, o plano energético do governo de Timor-Leste visa alcançar uma redução significativa, tanto a nível do custo de fornecimento de combustível como da emissão de gases com efeito de estufa, através da conversão de combustível para gás natural nas principais centrais elétricas. Um estudo de conversão dos motores Wartsila está atualmente a decorrer, em colaboração com a EDTL, E.P.

O corte nas despesas anuais do Estado e a melhoria no impacto ambiental constituem um argumento convincente para Timor-Leste investir nas infraestruturas necessárias ao apoio da conversão das centrais elétricas. A TIMOR GAP, na qualidade de Companhia Nacional de Petróleo e Gás de Timor-Leste, planeia, portanto, desenvolver um Terminal de Importação de GNL de modo a fornecer gás natural às centrais elétricas de Hera, Betano

e Inur Sakato. Para tal, a TIMOR GAP pretende realizar um estudo de viabilidade inicial de modo a selecionar a localização adequada para a instalação de importação de GNL e definir o conceito de desenvolvimento.

No período de setembro a outubro de 2020, a TIMOR GAP efetuou várias investigações à potenciais localizações em Hera, Metinaro e Betano, com o intuito de apoiar o estudo de viabilidade para o projeto do Terminal de Importação de GNL.

Durante o quarto trimestre de 2020, a TIMOR GAP elaborou os Termos de Referência e o Convite à Apresentação de Propostas destinados ao estudo de viabilidade para o Terminal de Importação de GNL. Este estudo requer uma consultora internacional de engenharia com experiência em projetos de GNL, Terminal Marítimo e, especificamente, em FSRU e instalações análogas. Neste âmbito, a TIMOR GAP recomendou um concurso restrito ao emitir um convite a potenciais contratantes que manifestaram o seu interesse em discussões efetuadas previamente à apresentação de propostas. Um Convite à Apresentação de Propostas foi lançado a 4 de dezembro de 2020, com o prazo de submissão fixado a 29 de janeiro de 2021. O estudo de viabilidade deverá ter início em fevereiro de 2021, com uma duração mínima estimada de 6 meses.

3.3. Negócios de Retalho

3.3.1. Posto de Abastecimento de Combustível no Suai

A TIMOR GAP pretende estabelecer uma forte presença no mercado doméstico ao instituir uma rede retalhista sob a marca única da TIMOR GAP, distribuída pelo país, prestando serviços e fornecendo produtos de excelência a fim de satisfazer a procura de produtos petrolíferos a nível nacional. Atualmente, a TIMOR GAP detém um posto de abastecimento de combustível no Suai, Município de Covalima.

Em 2020, o estado de emergência decretado pelo Governo de Timor-Leste e as respetivas medidas de restrição de circulação adotadas para conter a Covid-19, conduziram a uma rutura na procura de combustível, influenciando, deste modo, as operações e o volume de vendas registado no posto de abastecimento de combustível da TIMOR GAP no Suai.

No decurso do ano, o posto de abastecimento de combustível continuou as suas operações ao adotar um regime de horário de funcionamento reduzido durante o período de 28 de março a 3 de julho de 2020, e ao implementar ativamente medidas de prevenção, tais como, o uso obrigatório de máscara, luvas, lavagem e/ou desinfecção regular das mãos, e cumprindo a distância de segurança recomendada, de modo a evitar a contaminação e propagação da Covid-19. A segurança e saúde dos nossos trabalhadores e clientes é a nossa principal preocupação, portanto, além das normas de qualidade, segurança e ambiente anteriormente em vigor no posto de abastecimento de combustível da TIMOR GAP, as nossas operações diárias foram conduzidas em rigoroso cumprimento das medidas de controlo e minimização dos efeitos da pandemia da Covid-19, promovidas e aplicadas pelo Governo.



Figura 3-5: Posto de Abastecimento de Combustível da TIMOR GAP no Suai

Ao proporcionar uma fonte consistente de abastecimento de produtos de qualidade e ao reforçar o compromisso de promover a fidelidade à marca, a TIMOR GAP reteve os seus clientes *non-cash* e continuou a fornecer combustível aos veículos da Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL, E.P.), assegurando um novo contrato para o fornecimento de combustível durante o período de 1 de junho a 31 de dezembro, e à Administração do Município de Covalima, prorrogando o fornecimento de combustível aos seus veículos por um período adicional de um ano, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

Não obstante do acima exposto, o declínio da procura entre o consumidor final surtiu um impacto no volume de vendas, resultando numa diminuição das margens de lucro da venda a retalho. Em 2020, o posto de abastecimento de combustível

do Suai registou um volume total de vendas de 114,437 litros, consistindo em 55,082 litros de gasolina e 59,355 litros de gasóleo. O volume de vendas referente aos clientes *non-cash*, a Administração do Município de Covalima e a ANATL, E.P., corresponde a 44 por cento do volume total de vendas auferido em 2020.

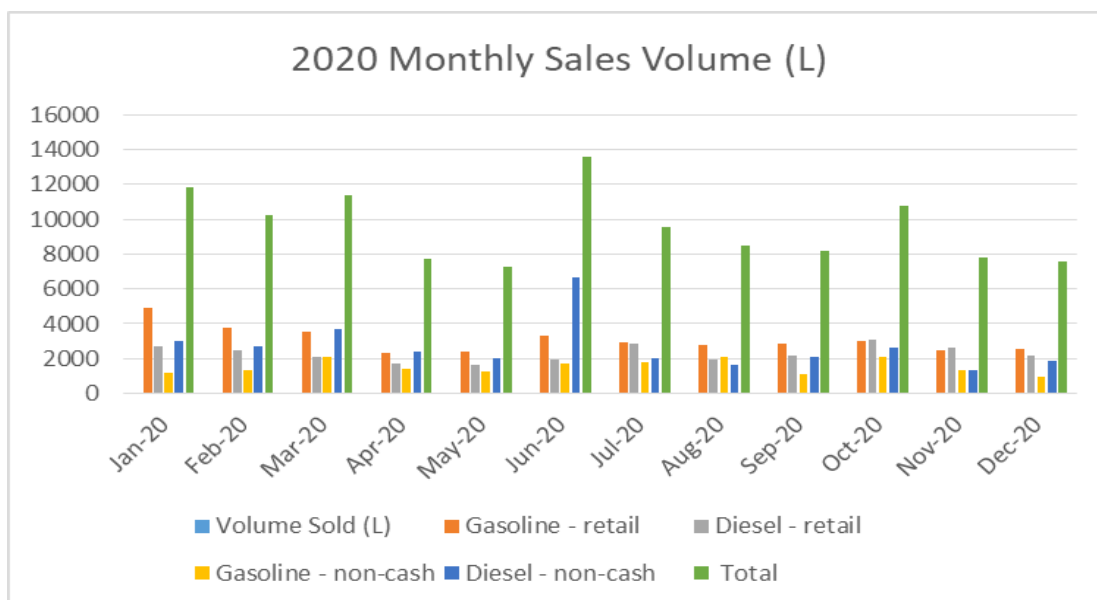


Figura 3-6: Volume de vendas mensais em 2020

Neste contexto, a TIMOR GAP está a efetuar uma Análise de Rentabilidade para o posto de abastecimento de combustível no Suai. O objetivo desta Análise é avaliar o desempenho do posto de abastecimento de combustível e definir novas estratégias destinadas ao aumento das vendas. Estratégias como a otimização de ativos, diferen-

ciação do produto, disponibilização e venda de produtos não combustíveis através da criação de uma loja de conveniência, podem apoiar o aumento das margens de lucro do posto de abastecimento de combustível. Prevê-se que a Análise de Rentabilidade seja concluída no primeiro trimestre de 2021.

3.3.2. Desenvolvimento de Novos Postos de Abastecimento de Combustível

A TIMOR GAP pretende estabelecer novos postos de abastecimento de combustível em Díli, e outros potenciais Municípios, de forma a captar este segmento do mercado. A empresa continuou a atuar na prossecução do objetivo de expandir a sua rede retalhista de distribuição de combustível a todos os municípios e, ao longo deste ano, avaliações ao local do projeto foram efetuadas e concluídas nos Municípios de Lautém, Baucau, RAEOA e Díli. Enquanto o processo da aprovação da localização e atribuição da licença para uso do terreno se encontra a decorrer, a empresa encomendou o protótipo do projeto do posto de abastecimento de combustível, o qual consiste no projeto de engenharia de detalhe, estimativa de custos, âmbito detalhado dos trabalhos de construção e documentação para o convite à apresentação de propostas. A existência de um protótipo permitirá à empresa

desenvolver o seu negócio de distribuição de combustível a retalho com uma clara identidade da marca. Um Pedido de Apresentação de Propostas para a prestação de serviços de execução do protótipo do projeto foi novamente emitido em dezembro de 2020 e prevê-se que o Contrato de Prestação de Serviços seja adjudicado em inícios de 2021.

O Município de Díli foi alvo de particular atenção, dado concentrar um elevado fluxo de consumidores finais e, portanto, apresentar uma maior oportunidade de expor a marca e gerar margens de vendas lucrativas. Devido aos requisitos da ANPM em relação à localização, a TIMOR GAP está a analisar a possibilidade de adquirir um posto de abastecimento de combustível já existente, um processo que será realizado em 2021.

3.3.3. Instalação de Combustível de Aviação no Suai

A TIMOR GAP prevê expandir os seus serviços de comércio de combustível a retalho ao acrescentar ao seu portefólio a *downstream*, o fornecimento de combustível

de aviação ao Aeroporto do Suai. Neste âmbito, a TIMOR GAP construiu uma instalação de armazenamento de combustível de aviação jet A-1 no Aeroporto do Suai para



Figura 3-7: Instalações de armazenamento de combustível de aviação Jet A-1 da TIMOR GAP no Aeroporto do Suai

armazenar e fornecer combustível de aviação jet A-1 às Companhias de Aviação *Offshore* com base operacional no Aeroporto do Suai.

A instalação de armazenamento consiste em dois tanques de combustível com uma capacidade individual de 60kl, fabricados pela Austank. Contudo, desde que foram fabricadas pela Air BP em 2018, as instalações ainda não se encontram em pleno funcionamento devido a problemas de fornecimento de energia elétrica e aos critérios estipulados para o camião tanque Jet A-1. A TIMOR GAP tem vindo a analisar a possibilidade de estabelecer uma

ligação alternativa para obter de energia elétrica diretamente a partir da Rede Elétrica da Cidade (EDTL Suai). De modo a responder ao referido problema elétrico, a Equipa do Projeto da Unidade de Negócios *Downstream* lançou um convite para a apresentação de propostas dirigido a empresas de instalação elétrica com capacidade para instalar linhas de baixa tensão de 50Kv, ligando as linhas de fornecimento da EDTL, E.P. às instalações de armazenamento de combustível de aviação. Este processo encontra-se a decorrer e prevê-se que seja concluído no início de 2021.

3.4. Estudo de Revisão por Pares da Refinaria e Complexo Petroquímico

À semelhança de outros projetos de grande dimensão, o projeto da Refinaria e Complexo Petroquímico de Betano tem sido objeto de inúmeros estudos, incluindo o Estudo de Mercado e de Otimização do Projeto, este último concluído em 2019.

Em conformidade com o acima exposto e de modo a dar continuidade ao mesmo, está a ser efetuada uma Revisão por Pares (ou *Peer Review*, em inglês) para a Refinaria e Complexo Petroquímico. O referido relatório da revisão por pares analisa os estudos concluídos anteriormente, com o propósito de viabilizar o estabelecimento da Refinaria e Complexo Petroquímico em Betano.

Estabelecida em outubro de 2020, a equipa de Revisão por Pares é composta por uma equipa técnica e comercial

que focar-se-á nos seguintes aspetos/âmbitos:

- Avaliação da fonte de matéria-prima para a Refinaria e o Complexo Petroquímico;
- Reavaliação do mercado para os produtos petroquímicos e da refinaria;
- Avaliação da economia do projeto; e
- Recomendações para as próximas etapas.

A minuta do relatório de Revisão por Pares foi concluída pela equipa em dezembro de 2020, a qual contém uma análise técnica e comercial sobre os estudos precedentes, incluindo conclusões e recomendações ou próxima etapa do projeto da Refinaria e Complexo Petroquímico. Prevê-se que o relatório da Revisão de Pares seja concluído em inícios de 2021.

3.5. Fábrica de GNL e Gasoduto

A Fábrica de GNL e o Gasoduto são componentes *downstream* do projeto de GNL em Timor-Leste (*Timor-Leste Liquefied Natural Gas* ou TLNG), previsto ser construído na costa sul do país como parte do Projeto Tasi Mane.

Várias atividades foram desenvolvidas durante o primeiro e o segundo trimestre de 2020, sob a supervisão da anterior Administração. A análise preliminar da rota do gasoduto foi efetuada a nível interno de modo a obter um maior conhecimento sobre a opção de desviar a rota do gasoduto para Natarbora, uma opção alternativa para a localização do projeto em substituição de Beaço. Vários documentos foram igualmente preparados, tais como, os Termos de Referência e o Pedido de Cotação para o Pré-FEED & Levantamento de Apoio do gasoduto, plano de concurso e minuta do Convite à Apresentação de Propostas. Concomitantemente, a equipa elaborou o âmbito de estudo para o *layout* da Fábrica de GNL. O Pedido de Cotação para o

Estudo de *Layout* da Fábrica foi emitido ao escritório da Wood em Reading (AFW), contudo, após a sua emissão, foi cancelado pela nova Administração.

A principal premissa para a suspensão do projeto de GNL centra-se na necessidade de resolver várias questões associadas à componente do *upstream*, antes de se proceder com o projeto do Greater Sunrise. A discussão de questões relevantes está a decorrer entre as empresas da Greater Sunrise *Joint Venture* e ambos os países (Timor-Leste e Austrália). Estas questões incluem o Código de Exploração Mineira do Petróleo, o Contrato de Partilha de Produção (CPP), o Regime Fiscal e o conceito de desenvolvimento do projeto a *upstream*.

Neste contexto, quaisquer atividades relacionadas com a fábrica de GNL, incluindo a sua localização, encontram-se suspensas e sujeitas a acordo de todas as partes relevantes.

3.6. Subsidiárias do *Downstream*

3.6.1. TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics, Unipessoal, Lda.

A TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics trata-se de uma subsidiária integralmente detida pela TIMOR GAP criada em 2014 com o objetivo de prestar serviços gerais à indústria marítima e serviços logísticos e de apoio à indústria petrolífera a operar no Mar de Timor, em

Timor-Leste, e em outras localizações da região. Antecipa-se que a subsidiária, além da gestão, eventualmente detenha e opere embarcações de abastecimento, rebocadores, e preste serviços marítimos gerais em consonância com as exigências da indústria petrolífera.



4. Projeto Tasi Mane

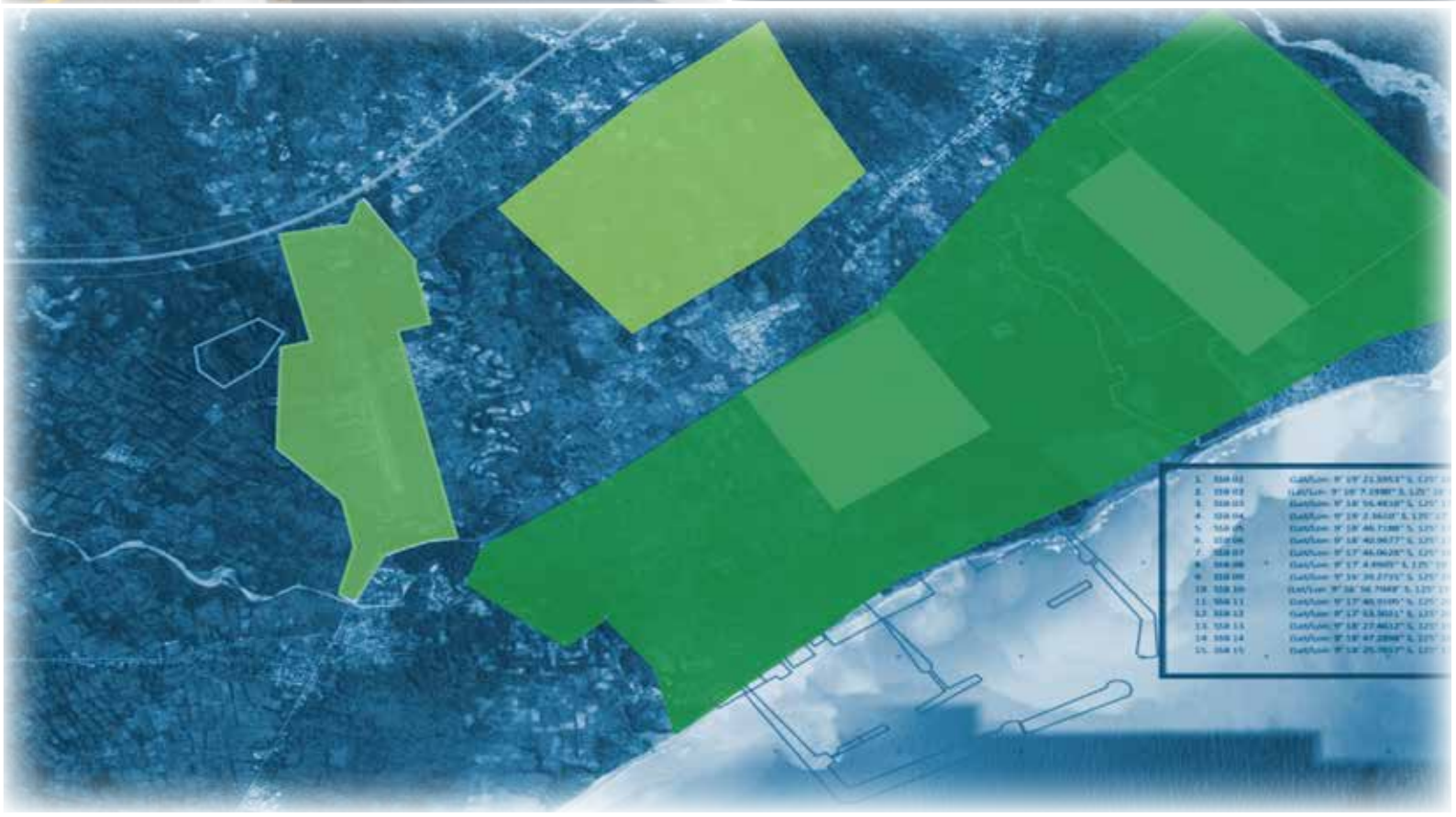




Figura 4-1: Localização do Projeto Tasi Mane

AGRUPAMENTOS DO PROJETO TASI MANE

Os desenvolvimentos previstos incluem:

- Base Logística do Suai;
- Refinaria e Complexo Petroquímico de Betano;
- GNL de Timor-Leste em Beço.

Infraestruturas Adicionais:

- Novas cidades para acomodar os trabalhadores e realojar os residentes locais;
- Reabilitação de duas pistas já existentes no Suai e Viqueque;
- Autoestrada que liga a localização dos projetos ao longo da costa sul (Suai-Betano-Beço).

DESTAQUES DE 2020

- Iniciada a revisão do projeto das Instalações Marítimas da SSB, adjudicada à Advisian;
- Foram assinados 8 contratos adicionais de compensação de terras e propriedades para a área do projeto da SSB, correspondentes aos beneficiários que decidiram alterar a “Opção 10%” para a opção de vender as suas terras (Opção “\$3”);
- Seleccionada a localização da ponte-cais temporária;
- A empresa Karya Timor foi seleccionada como a empreiteira responsável por executar as obras de construção civil para a nova área residencial de Holbelis;
- O projeto de construção do cemitério permanente na área do Aeroporto do Suai alcançou um progresso na ordem dos 50.63%;
- O processo de aprovisionamento destinado ao *redesign* do Troço 2 da Autoestrada foi concluído em 2020.



4.1 Perspetiva Geral do Projeto Tasi Mane

O Tasi Mane é um projeto integrado plurianual compreendendo três agrupamentos industriais situados ao longo de um trecho de 155 km da costa sul de Timor-Leste, prolongando-se desde o Suai no distrito de Covalima a oeste, até Beaçó no distrito de Viqueque a leste. O projeto prevê três agrupamentos industriais, nomeadamente, a Base Logística do Suai, a Refinaria e Complexo Petroquímico de Betano e o GNL de Timor-Leste em Beaçó, e infraestruturas adicionais planeadas para cada local, incluindo novas cidades, reabilitação de aeroportos e uma autoestrada que ligará os três agrupamentos.

O Projeto visa estabelecer uma indústria petrolífera nacional e associadas infraestruturas de apoio, desenvolvimento de competências e capacidade de prestação de serviços, tornando-se num dos principais catalisadores da economia de Timor-Leste. Prevê-se que o Projeto Tasi Mane maximize o valor acrescentado dos recursos nacionais de petróleo e gás, com a construção de uma refinaria e complexo petroquímico e de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL), transformando, deste modo, o caráter do atual setor petrolífero de Timor-Leste de uma dimensão simplesmente extrativa, permitindo a sua evolução para num setor petrolífero de cariz mais industrial e diversificado.

Embora a Covid-19 e associada queda na procura do petróleo causem um impacto na economia do projeto, a verdadeira dimensão das suas repercussões a longo prazo na sustentabilidade e viabilidade do mesmo, irá exigir adicionais análises exaustivas. Não obstante, prevê-se que o Projeto Tasi Mane dê origem a um vasto leque de efeitos económicos a nível nacional, regional e local ao proporcionar benefícios económicos diretos derivados dos recursos naturais de Timor-Leste. O projeto aumentará o Produto Interno Bruto (PIB) nacional e os lucros de exportação, enquanto cria oportunidades de emprego durante a construção e operação, além de funcionar como um catal-

isador do desenvolvimento na região da costa sul.

Adicionalmente, o Projeto Tasi Mane irá gerar benefícios indiretos, influenciando um maior desempenho económico como resultado do fluxo para outros setores industriais. Os gastos efetuados pelos participantes do projeto, trabalhadores, Governo e beneficiários privados produzirão “efeitos multiplicadores” na medida que as atividades económicas associadas ao projeto causarão um impacto na economia geral. O investimento em ativos físicos produtivos (tais como instalações de produção de energia elétrica, estradas e aeroportos) e ativos sociais (como, por exemplo, a melhoria nos serviços de educação e saúde) poderão igualmente beneficiar a economia através da maximização da produtividade dos fatores económicos. Um dos impactos significativos do projeto prende-se com as oportunidades que irá proporcionar aos negócios locais. Estas oportunidades incluem a subcontratação de serviços como restauração, engenharia, segurança, fornecimento de combustível, serviços de gestão, profissionais e técnicos.

A TIMOR GAP foi mandatada pelo Governo para gerir e administrar o projeto Tasi Mane. A empresa irá apoiar a criação de indústrias e o desenvolvimento dos recursos humanos necessários a uma operacionalização eficiente do setor petrolífero.

O Governo de Timor-Leste, enquanto proponente do projeto integrado Tasi Mane, irá financiar alguns destes projetos, assim como as infraestruturas básicas como, por exemplo, o aeroporto e a Base Logística do Suai. Os restantes projetos do Tasi Mane serão construídos com base em financiamento de projeto & outras formas de investimento privado.

Atividades e projetos associados ao Projeto Tasi Mane são realizados sob a supervisão da Unidade do Projeto Tasi Mane.

4.2 Agrupamento do Suai

O agrupamento do Suai abrange o estabelecimento de uma base logística para o setor petrolífero do Suai. A Base Logística do Suai proporcionará à costa sul a capacidade de desenvolver um setor petrolífero doméstico e respetivas indústrias e negócios de apoio. Constituir-se-á como um ponto de entrada para os materiais e equipamentos necessários à construção e manutenção das infraestruturas e fábricas pertencentes à indústria petrolífera. Antecipa-se que o Suai se transforme no centro da indústria petrolífera em Timor-Leste providenciando serviços, apoio logístico, instalações de fabrico e recursos humanos para as atividades de petróleo e gás conduzidas no *off-shore* e *onshore*.

Além da Base Logística, este agrupamento industrial compreende a construção dos seguintes: a) uma zona industrial, com o intuito de disponibilizar instalações a pequenas e médias empresas locais que possam beneficiar das infraestruturas e redes de transporte associadas à Base Logística do Suai; b) Nova Suai, prevê-se que a nova cidade acomode os trabalhadores da Base Logística, contratantes e suas famílias; c) reabilitação do Aeroporto do Suai, o Aeroporto existente no Suai, situado em Holbelis, será reabilitado de modo a permitir a expansão dos serviços de transporte de passageiros e mercadorias.

4.2.1 Base Logística do Suai

4.2.1.1 Descrição Geral da Base Logística do Suai



Figura 4-2: Mapa da área da Base Logística do Suai

A Base Logística do Suai (ou SSB, na sigla em inglês) é reconhecida como um projeto notável e um futuro ponto de referência na costa sul. Esta instalação irá expor a costa sul ao investimento e crescimento económico e proporcionar um ponto de acesso internacional a Timor-Leste.

O agrupamento do Município do Suai está localizado a cerca de 135 km a sudoeste de Díli, 22 km da fronteira da Indonésia e a 5 km no interior da costa do Mar de Timor (litoral sul). A Base Logística fornecerá os serviços de logística necessários às operações de exploração

petrolífera existentes no Mar de Timor, ou que no futuro se possam aí desenvolver, e irá facilitar o desenvolvimento das instalações de processamento de hidrocarbonetos, tais como, o GNL (Beaço) e a refinaria petrolífera (Beta-no). Prestará serviços a múltiplos clientes, quer no *off-shore* como no *onshore*.

A SSB será uma plataforma impulsionadora e estimulante de criação de novas oportunidades de trabalho, gerando centenas de postos de trabalho, apoiando o desenvolvimento económico nacional, e melhorando potencial-

mente as competências da mão de obra local em áreas como o fabrico de aço, construção civil marítima, engenharia mecânica e elétrica, etc. Adicionalmente, prevê-se

que outras indústrias não petrolíferas, tais como a pesca comercial, sejam incorporadas nas instalações marítimas da SSB, particularmente na área leste do quebra-mar.

Antecipa-se que a Base Logística do Suai disponha das seguintes instalações:

- **Instalações terrestres** – tais como edifícios de operações, armazéns cobertos, mini bases terrestres, parque de depósitos de combustível, depósitos de armazenamento de água, sistema de gestão de resíduos, zonas de estacionamento, instalações recreativas e comunitárias, entre outros; e
- **Instalações marítimas** - três pontes-cais que consistem na ponte-cais principal, ponte-cais para barcas e rampa para embarcações de desembarque, apoiadas por um posto de atracação de reboques, posto de acostagem para embarcações de passageiros e um quebra-mar com ligação à costa que irá facultar um abrigo das ondas, criando um porto calmo, seguro e protegido para as instalações.



Prevê-se que a SSB seja uma base logística integrada plenamente autónoma e autossuficiente, a prestar múltiplos serviços e apoio ao desenvolvimento da Indústria do Petróleo e Gás no sul do Mar de Timor nos próximos 50 anos.



Figura 4-3: Exemplos de serviços a prestar pela SSB: movimentação de carga (em cima); serviços de fabrico (em baixo, à esquerda) e serviços de reboque de embarcações (em baixo, à direita)

O projeto da SSB foi sujeito a um amplo conjunto de estudos e avaliações, tais como, o *Front End Engineering and Design (FEED)* concluído em 2010, e o Estudo de Impacto Ambiental, com a Licença Ambiental a ser concedida em 2013. A extensão desta Licença Ambiental foi solicitada e o respetivo processo encontra-se a decorrer.

Os trabalhos de construção referentes ao projeto da SSB sofreram um atraso significativo quando, em 2015, na sequência do procedimento de verificação preliminar, a Câmara de Contas emitiu a decisão de não aprovação do Contrato de Projeto e Construção da SSB, adjudicado à empresa

Hyundai Engineering & Construction (HDEC-HEC) pela Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA), uma decisão posteriormente revogada a julho de 2017 pelo Tribunal de Recurso em resposta ao recurso interposto pelo Governo e, portanto, concedendo o visto prévio ao contrato da SSB. Na qualidade de entidade mandatada pelo Governo de Timor-Leste para gerir e administrar o Projeto Tasi Mane e, consequentemente, a construção da SSB, a TIMOR GAP está a rever o *status* atual do projeto, enquanto aguarda por diretrizes e orientações do Governo relativamente à próxima etapa do projeto.

4.2.1.2 Apuramento de Títulos de Terras & Propriedades e Ligação com a Comunidade

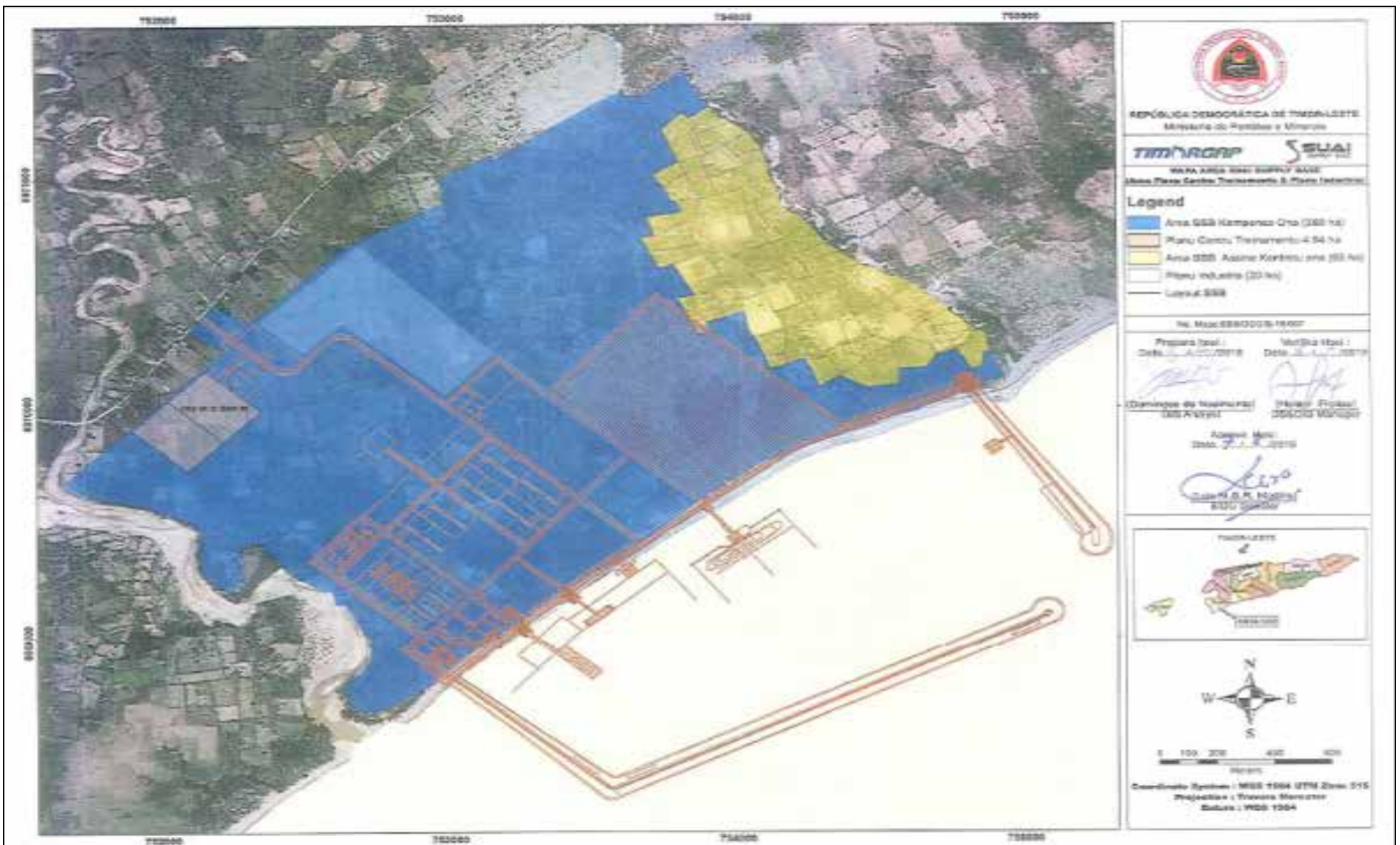


Figura 4-4: Mapa da compensação de títulos de terras e propriedades da SSB

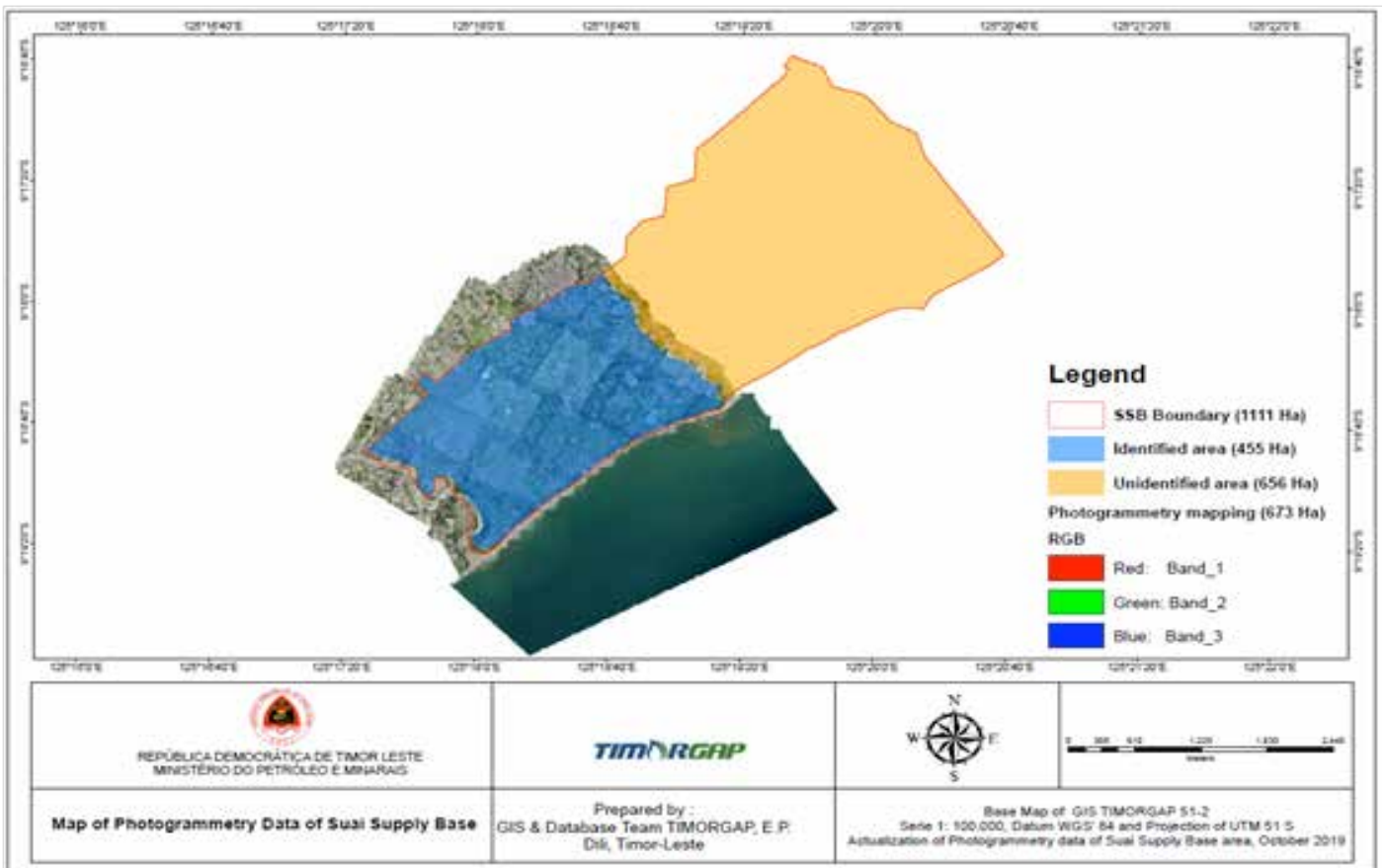


Figura 4-5: Mapa de representação dos dados fotogramétricos da SSB

Enquanto aguarda a decisão do Governo sobre os próximos passos do projeto, a equipa da SSB continua a preparar o caminho para a implementação do projeto, prosseguindo com o processo de apuramento de títulos de terras e propriedades em estreita coordenação com o Grupo de Trabalho Interministerial (*Ekipa Konjunta Interministerial Alargado*), participando em várias reuniões, visitas de campo, consultas públicas e contactos com as autoridades locais, relevantes *stakeholders* e comunidade afetada.

O mecanismo de compensação de terras e propriedades estabelecido para a comunidade afetada está assente em duas opções: a “Opção dos 10%”, em que a comunidade afetada têm direito a auferir uma quota de 10% dos futuros lucros da SSB, sendo que a percentagem recebida por cada beneficiário é calculada com base na dimensão da parcela de terreno de cada proprietário; e a “Opção dos \$3”, em que o beneficiário é diretamente recompensado pela parcela de terreno disponibilizada à construção da

SSB, com base no pagamento de um montante máximo de três dólares dos Estados Unidos da América por metro quadrado, em conformidade com a Resolução do Governo n.º 20/2014, de 6 de agosto.

Em 2020, 8 beneficiários provenientes da Aldeia de Camanasa decidiram alterar a opção de receber uma quota de 10% dos lucros do projeto para a opção de vender as suas terras (Opção dos “\$3”). No seguimento do devido processo, os contratos de compensação de terras foram assinados em dezembro de 2020. Ao abrigo dos termos dispostos nos contratos assinados, os 8 beneficiários irão libertar uma área total de 8.63 hectares, correspondente a 8 parcelas de terra. Antecipa-se que o pagamento da compensação dos referidos contratos seja executado em inícios de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, dos 1.113 hectares necessários à construção do projeto da SSB e da zona industrial, um total de 414 hectares encontram-se devidamente compensados.



Figura 4-6: Assinatura dos contratos de compensação de terras com a comunidade afetada

A TIMOR GAP continua a apoiar a comunidade que optou por receber uma quota de 10% dos futuros lucros da SSB, um grupo atualmente constituído por três ben-

eficiários, ao implementar um programa de apoio comunitário com o objetivo de apoiar e promover o bem-estar da comunidade afetada durante a construção e as fases

iniciais de operação da SSB, durante as quais não se prevê que o projeto gere lucros. Este apoio é facultado na forma de iniciativas desenvolvidas principalmente no setor agrícola.

No âmbito do supramencionado, um terreno agrícola com uma área total de um hectare, localizado em Camanasa, no Suai, foi alocado à comunidade afetada, abrangendo a vedação para proteger a área, edifício de armazenamento, sistema de abastecimento de energia elétrica e sistema de

irrigação. A finalidade deste programa é fortalecer a comunidade ao envolvê-la no cultivo de vegetais orgânicos destinados à comercialização nos mercados locais e, deste modo, gerar algumas receitas para as famílias dos beneficiários. A primeira colheita e venda de produtos hortícolas decorreu em 2020. Este processo foi realizado e gerido pela cooperativa local, fundada e composta pelos beneficiários do grupo da “Opção dos 10%”, à qual foi confiada a gestão do programa de agronegócios, incluindo a partilha das receitas.

4.2.1.3 Revisão do Projeto das Instalações Marítimas da SSB

A TIMOR GAP está a rever o projeto das Instalações Marítimas da SSB, com o objetivo de otimizar o *layout* proposto e reduzir as obras de construção, atualizando e diminuindo, desta forma, os custos. Para o efeito, no primeiro trimestre de 2020, a TIMOR GAP celebrou um contrato de prestação de serviços de consultoria com a empresa Advisian, o grupo de negócios de consultoria independente da Worley Parsons, em conformidade com o qual, a última é contratada pela TIMOR GAP para realizar a revisão do projeto e providenciar recomendações relativamente ao plano diretor (*master plan*) e âmbito do projeto da SSB.

Neste contexto, é atribuída à Advisian a tarefa de analisar as melhorias a efetuar no *layout* original do porto da SSB visando a redução de despesas, considerando particularmente a: a) agitação causada pelas ondas no porto e agitação marítima nos vários postos de atração/acostagem, e b) navegação de/para o porto e as manobras das embarcações no seu interior.

O projeto encontra-se em curso, antecipando-se que a Consultora presente, em inícios de 2021, o relatório final para consideração e aprovação da TIMOR GAP e, subsequentemente, do Ministério do Petróleo e Minerais.

4.2.2 Ponte-Cais Temporária

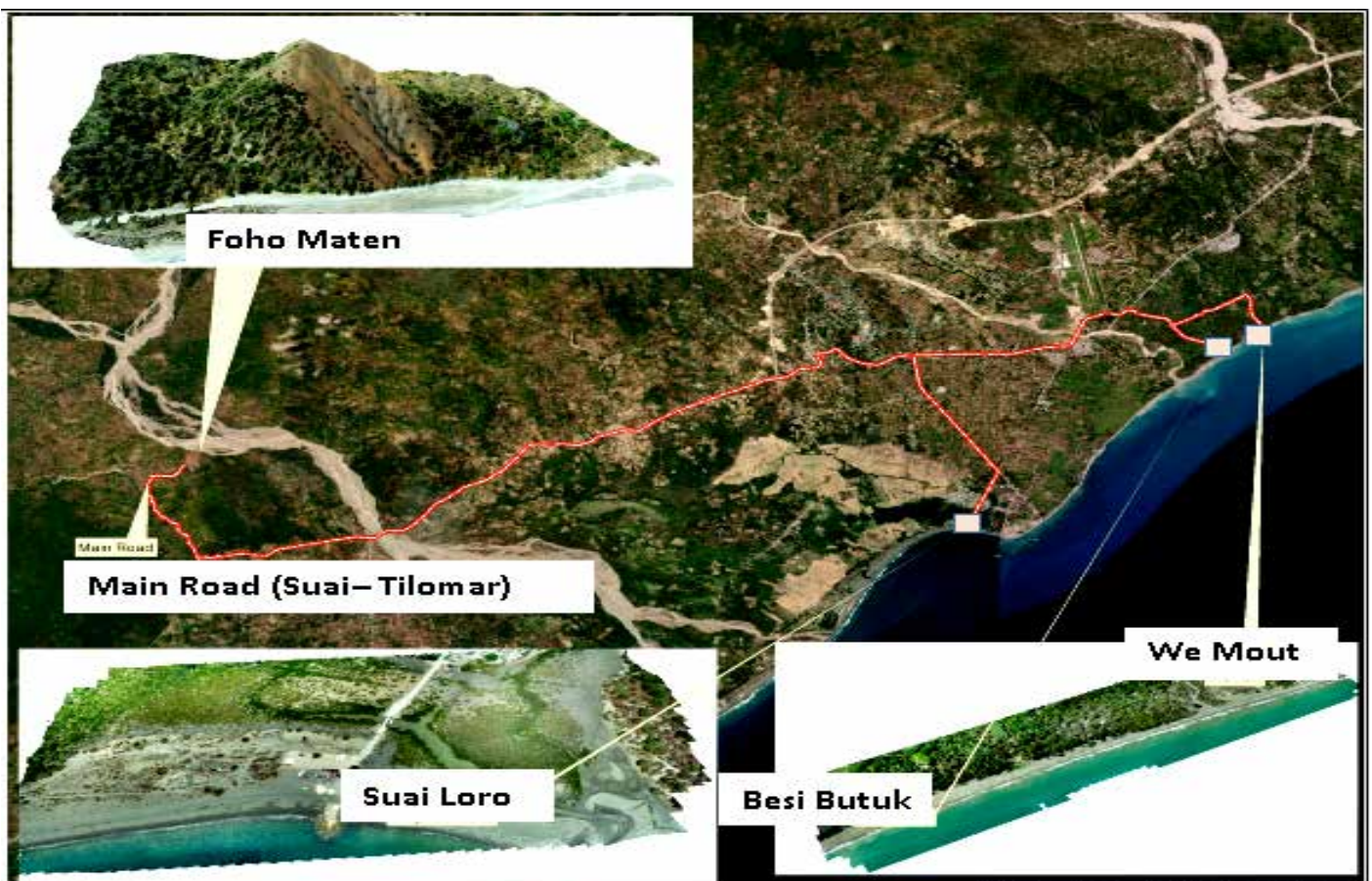


Figura 4-7: Mapa da localização proposta para o desenvolvimento da ponte-cais temporária e da pedreira no Suai, Município de Covalima

De modo a responder ao desmantelamento previsto para a plataforma/oleoduto do Bayu-Undan, após a cessação do Contrato de Partilha de Produção em 2022, a TIMOR GAP planeia construir uma ponte-cais temporária no Suai. Adicionalmente, a ponte-cais temporária irá apoiar a fase de construção da SSB, servindo como ponto de entrada para os materiais de construção, estando igualmente previsto que preste apoio às atividades de exploração no *offshore* e *onshore*.

Duas potenciais opções ao nível da localização estão a ser consideradas para o projeto *supra*, nomeadamente: *a)* in-

tegrar a ponte-cais temporária na área do projeto da SSB; ou *b)* construir uma ponte-cais temporária no Suai Loro, localizado a 2 km da proposta área da SSB.

Neste âmbito, no decurso de 2020, a equipa da TIMOR GAP realizou uma avaliação ao local em ambas as potenciais localizações e o respetivo relatório técnico foi elaborado e submetido à devida consideração da Administração, que aprovou a localização do projeto no último trimestre de 2020. A localização selecionada para o projeto da ponte-cais temporária é a área de projeto da SSB.

4.2.3. Aeroporto do Suai

O Agrupamento do Suai compreende a reabilitação do Aeroporto localizado no Suai, Município de Covalima. O referido Aeroporto foi sujeito a uma ampla reabilitação, concluída em 2017, de modo a permitir a expansão dos serviços de transporte de passageiros e mercadorias, encontrando-se, desde então, a operar sob o nome de “Aeroporto Internacional Comandante-Chefe das FALINTIL, Kay Rala Xanana Gusmão”.

O novo terminal está operacional desde 2019 e o processo de calibração de voos foi concluído em novembro do mesmo ano. Nesta sequência, no dia 31 de março de 2020, o Aeroporto do Suai foi entregue na íntegra ao Governo, sob a tutela da Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL).

O Ministério do Petróleo e Minerais, através da TIMOR GAP, integra a equipa interministerial responsável pela execução e supervisão do projeto de reabilitação do Aeroporto, tendo-lhe sido confiada a tarefa de estabelecer contacto e coordenar com a comunidade local afetada pelo projeto, qualquer aspeto relativo ao processo de realojamento. De acordo com o estipulado anteriormente e após a conclusão das obras de reabilitação do Aeroporto, a TIMOR GAP continuou a apoiar o processo de conceção, aprovisionamento e construção da segunda fase da construção de infraestruturas de apoio à reabilitação do projeto do Aeroporto do Suai (Aldeia de Holbelis) e a fase II do cemitério permanente na área do Aeroporto do Suai, tal como é descrito a seguir.



Figura 4-8: Visita de S.Exa. o Ministro do Petróleo e Minerais ao Aeroporto do Suai, em novembro de 2020

4.2.3.1. Construção de Infraestruturas de Apoio à Reabilitação do Aeroporto do Suai



Figura 4-9: Mapa do Master Plan para a nova área residencial de Holbelis

De modo a permitir a planeada reabilitação e expansão do Aeroporto do Suai, está prevista a construção de um novo bairro residencial para realojar a comunidade oriunda das aldeias de Lohorai e Holbelis afetadas pelo projeto. A primeira fase de construção das infraestruturas de apoio ao Aeroporto do Suai, correspondente à nova área de realojamento destinada à comunidade afetada de Lohorai, foi totalmente concluída e entregue à comunidade, englobando 72 novas habitações e acomodando aproximadamente 324 residentes.

A segunda fase de construção das infraestruturas de apoio ao Aeroporto do Suai, correspondente ao projeto de realojamento da aldeia de Holbelis, compreende um total de 68 habitações de 3 quartos com cozinha exterior e casa de banho, capela, jardim de infância, edifício destinado ao centro comunitário, instalações desportivas e construção de infraestruturas e serviços públicos, nomeadamente, drenagem interna e externa, vedação, rede de energia elétrica e de abastecimento de água, e uma estrada de 5 metros de largura com acabamento em pavimento de betão, incluindo a ligação à rede rodoviária existente. Este projeto foi concebido pela ALGIS Consultant e está previsto ser desenvolvido numa área plana de 5,4 hectares na aldeia de Holbelis, Suai, Município de Covalima, a cerca de 1 Km da estrada principal.

O processo de aquisição e compensação de títulos de terras & propriedades foi concluído em 2018. Os trabalhos

realizados no âmbito do Levantamento Topográfico e do *Master Plan* do Projeto foram finalizados em 2019, seguidos pela conclusão do projeto de arquitetura e do Quadro de Quantidades e Preços (BOQ, na sigla em inglês) no mesmo ano.

O processo de aprovisionamento destinado a assegurar a prestação de serviços de construção para o novo bairro residencial de Holbelis teve lugar em 2020, resultando, em novembro, na seleção da empresa Karya Timor como a empreiteira responsável por executar as obras de construção. Na sequência do processo de aprovisionamento, durante o mês de dezembro, o contrato de prestação de serviços de construção civil foi sujeito a revisão e alteração por parte da TIMOR GAP e, com a devida aprovação da Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA), prevê-se que o contrato seja celebrado em janeiro de 2021.

Prevê-se que a nova área residencial de Holbelis recorra a um modelo de habitação e de construção similar ao utilizado previamente na área do novo bairro de Lohorai, com a aplicação de materiais de construção produzidos localmente, tais como *tijulo kesi*, e com o recurso ao emprego e formação de mão de obra local. Deste modo, antecipa-se que o projeto impulse o desenvolvimento da comunidade e coloque à sua disposição habitações sustentáveis que ofereçam boas condições de segurança e higiene.

4.2.3.2. Fase II do Cemitério Permanente da Área do Aeroporto do Suai

A fase II do cemitério permanente do Aeroporto do Suai prevê a construção de novas vedações, muro de alvenaria em pedra e uma Capela a ser construída na área do Aeroporto, no Suai, Município de Covalima. Na sequência do concurso público, o contrato de prestação de serviços de construção civil para a referida fase II do projeto do cemitério permanente foi adjudicado, a 11 de fevereiro de 2020, à empresa JOIA Camenasa, Unipessoal, Lda.

Devido às restrições em vigor associadas à pandemia, o início das obras de construção foi adiado, tendo começado em julho de 2020. A mão de obra para esta fase II é 100% recrutada localmente, empregando um total de 30 trabalhadores locais.

Em 31 de dezembro de 2020, o projeto alcançou um progresso de construção na ordem dos 50.63%.



Figura 4-10: Cemitério permanente do Aeroporto do Suai (Fase I)

4.3 Agrupamento de Betano

Localizada na costa do Município de Manufahi, a cerca de 70 km do sul de Díli, a Refinaria de Petróleo e Complexo Petroquímico de Betano constituem-se no segundo agrupamento industrial do Projeto Tasi Mane.

O desenvolvimento da refinaria será apoiado pela construção de uma nova cidade, Nova Betano, com uma capacidade para acomodar até 14,500 trabalhadores, contratantes e respetivas famílias, abrangendo uma área de aproximadamente 1,065 hectares e localizada a 7 km noroeste da refinaria e complexo petroquímico. A cidade disporá de escolas, hotéis, áreas comerciais, instalações recreativas e complementares, tais como, abastecimento de água, gestão de resíduos, saneamento e central elétrica.

Além do acima referido, o Agrupamento de Betano irá igualmente englobar o seguinte: *a*) projeto de abastecimento de água - a água destinada às operações da refinaria será transportada com o auxílio da gravidade através de canos desde a estrutura de captação da água instalada no rio Quelan até ao depósito de armazenamento reservado para a água não tratada (com uma capacidade de 175,000 m³) na refinaria; *b*) condutas dispostas ao longo da nova autoestrada entre Suai e Betano - a refinaria em Betano estará ligada à Base Logística do Suai por um sistema de condutas de transporte de produtos petrolíferos e condensado, a cerca de 75 km a sudoeste.

4.3.1. Descrição Geral da Refinaria e Complexo Petroquímico de Betano

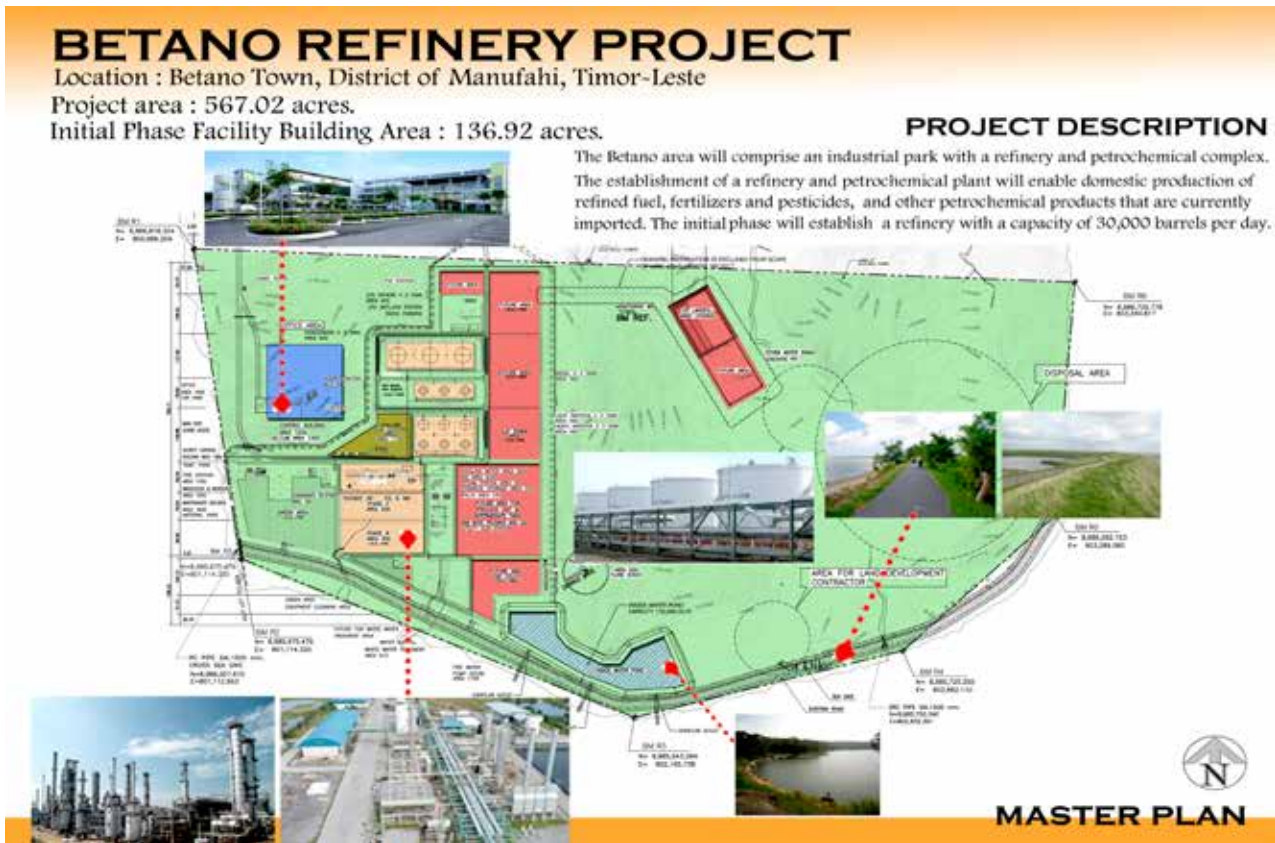


Figura 4-11: Master Plan do projeto da Refinaria de Betano

A proposta Refinaria e Complexo Petroquímico converte condensado, transportado para o local a partir dos campos do Mar de Timor, numa variedade de combustíveis e outros produtos. Prevê-se que o projeto torne Timor-Leste autossuficiente no que respeita ao fornecimento de gasolina sem chumbo e *diesel*, com espaço para satisfazer o crescimento da procura.

A fase de desenvolvimento inicial irá estabelecer uma refinaria para produção de combustíveis para consumo doméstico (*diesel*, gasolina, GPL e Nafta), a serem utilizados tanto a nível local como para exportação. A capacidade de produção inicial é de 30 mil barris por dia (kbpd, na sigla em inglês) com uma capacidade máxima de 40kbpd. A Fase 2 resultará na expansão da capacidade de produção até 60,000 barris por dia, com a Fase 3 a aumentar essa capacidade total para 100,000 barris por dia. A mistura de produtos será modificada em cada fase.

A refinaria dispõe de uma área de aproximadamente 230 hectares. O principal complexo da refinaria consiste na unidade de processamento e unidades de apoio, tais como unidades de utilidades, unidade de tratamento de resíduos, depósitos, água para o combate de incêndios e aterro destinado à gestão de resíduos sólidos. O complexo disporá de instalações de apoio como, por exemplo, Armazéns, Edifício de Operações, Edifício de Administração, Laboratório, Gabinete de Segurança e Combate a Incêndios e Refeitório.

A Refinaria e Complexo Petroquímico de Betano tem sido alvo de vastos e abrangentes estudos técnicos que incluem o *Front End Engineering Design & Estimativa de Custos (FEED)*, Estudo Topográfico, Desenvolvimento Topográfico e Estimativa de Custos.

A Licença Ambiental foi concedida em 2018 para os quatro componentes do projeto: a refinaria de Betano, sistema de condutas para o transporte de condensado e produtos petrolíferos, rede de abastecimento de água e Nova Betano.

Programas comunitários, tais como, o Programa de Desenvolvimento de Competências de Informática e Língua Inglesa, estão previstos ser implementados junto da comunidade afetada. O programa anteriormente mencionado será facultado pela AHA Education e prevê o estabelecimento de um centro de formação na Aldeia de Be-Metan, Betano, beneficiando igualmente as comunidades circundantes locais. Com este programa, a empresa pretende capacitar a comunidade e aumentar as suas perspetivas de emprego e futuras oportunidades de empreendedorismo derivadas do desenvolvimento e construção do agrupamento industrial de Betano. Contudo, em 2020, devido às restrições em vigor associadas à pandemia, não foram realizadas quaisquer atividades no âmbito deste programa comunitário.

O agrupamento da Refinaria em Betano será concretizado através de uma parceria comercial, estando confiada à TIMOR GAP o papel de condutora para o desenvolvimento. A construção da primeira refinaria do país contribuirá para a segurança energética, maximização do

valor acrescentado proveniente do condensado produzido a nível nacional, crescimento económico e criação de novos postos de trabalho diretos e indiretos, melhorando a atual taxa de desemprego.

4.3.1.1. Aquisição e Compensação de Títulos de Terras & Propriedades

Na sequência de um longo e minucioso processo, em estreita colaboração entre a TIMOR GAP, a Equipa Interministerial, a comunidade e líderes locais, o programa de aquisição e compensação de títulos de terras e propriedades para a Refinaria e Complexo Petroquímico foi concluído em 2019, com o processo de pagamento da compensação à comunidade afetada a ser concluído no mesmo ano. Um total de 253 hectares, correspondentes à área necessária à construção do projeto da Refinaria, foram desocupados.

Após a conclusão do processo de pagamento, no decurso de 2020, a TIMOR GAP continuou a acompanhar atentamente e a apoiar as comunidades compensadas provenientes dos Sucos de Be-Metan e Selihassan. Dos 163 contratos assinados e compensados, um total de 35 beneficiários apresentaram reclamações, as quais foram devidamente abordadas e submetidas ao relevante órgão do Governo, nomeadamente, o Ministério da Justiça, de modo que este possa atuar e dar seguimento às mesmas.



Figura 4-12: Mapa da reclassificação de terras para a área do projeto da Refinaria e Complexo Petroquímico

4.3.1.2. Instalação de Marcos de Referência no Local da Refinaria

Tal como anteriormente referido, o terreno necessário para área de construção do projeto da Refinaria encontra-se totalmente compensado e devidamente desocupado. De modo a proteger da área, a TIMOR GAP prevê a instalação de marcos de referência (ou *benchmarks*, em inglês) de forma a delimitar a área compensada. Para este

efeito, em 2020, a equipa técnica preparou a relevante documentação, incluindo os desenhos e o Quadro de Quantidades e Preços.

Prevê-se que a instalação dos marcos de referência tenha início em 2021.

4.4 Agrupamento de Beaçó

O Governo de Timor-Leste visa desenvolver o gás proveniente do campo do Greater Sunrise através da construção de um gasoduto submerso até ao *onshore* de Timor-Leste, e com o estabelecimento de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) a fim de se proceder ao seu processamento na costa sul de Beaçó, em Viqueque (a cerca de 200 km a sudeste de Díli). A primeira fase do desenvolvimento da fábrica de GNL terá uma capacidade de produção de 5 milhões de toneladas por ano (MTPA, na sigla em inglês) ou uma unidade de liquefação ou *train*, com uma possível expansão futura para uma capacidade de 20

MTPA ou quatro unidades de liquefação.

Este agrupamento integra o complexo da Fábrica de GNL, incluindo as associadas instalações marítimas, assim como os desenvolvimentos urbanos de Nova Beaçó e Nova Viqueque destinados ao realojamento da comunidade local, e a reabilitação do Aeroporto existente em Viqueque, de modo a dispor de capacidade para operar deslocamentos “*fly-in-fly-out*” (FIFO) dos operadores de GNL, servindo igualmente como um aeroporto regional.

4.4.1 Timor-Leste LNG (TLNG) em Beaçó

4.4.1.1. Descrição Geral do TLNG em Beaçó



Figura 4-13: Mapa do Complexo de GNL de Timor-Leste em Beaçó

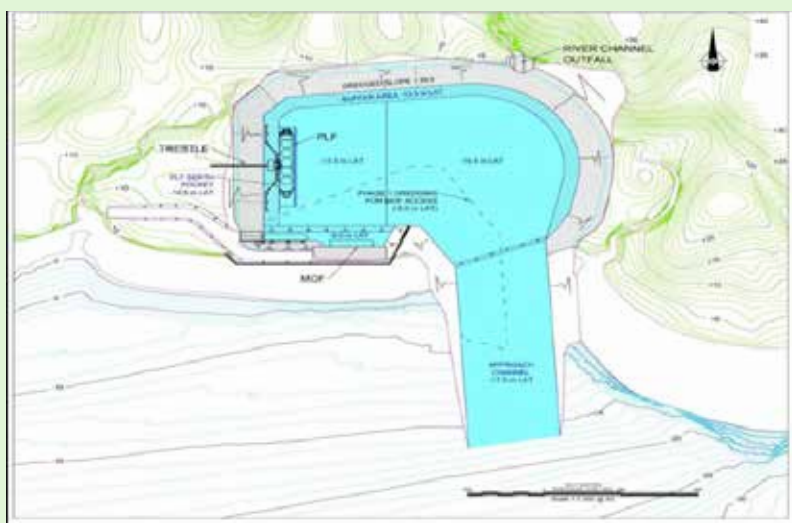
O GNL de Timor-Leste (ou TLNG, na sigla em inglês) será executado em dois projetos distintos: *a*) o projeto *Upstream*, que irá abranger o desenvolvimento de poços submarinos e associado sistema de produção e instalações *offshore* de processamento e exportação de condensado, recorrendo a uma única Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Expedição (*Floating Production Storage and Offloading* ou FPSO) com instalações

destinadas ao ponto de condensação e desidratação do gás, instalações de compressão para exportação de gás, recuperação e armazenamento de MEG; e *b*) o projeto *Downstream*, que irá abranger o gasoduto de exportação de gás para a costa (ao longo da *Timor Trough*), as instalações da Fábrica de GNL e as Instalações Marítimas para Exportação de GNL.

Para efeitos deste Capítulo e do Projeto Tasi Mane, consideramos o projeto *downstream*, tal como é descrito *infra*.

FÁBRICA DE GNL

O local da fábrica irá acomodar uma unidade ou *train* de liquefação com uma capacidade inicial de 5 mtpa, proporcionando igualmente a capacidade para uma futura expansão de 3 unidades de liquefação de GNL x 5mtpa. Isto permitirá o futuro desenvolvimento comercial de grandes campos de gás regionais abandonados, alguns dos quais descobertos e avaliados há muitos anos, mas que ainda não foram desenvolvidos até à data devido à falta de infraestruturas/instalações nas áreas adjacentes. Estes campos “abandonados” poderão incluir Evans Shoals e futuras descobertas na área exclusiva de Timor-Leste.



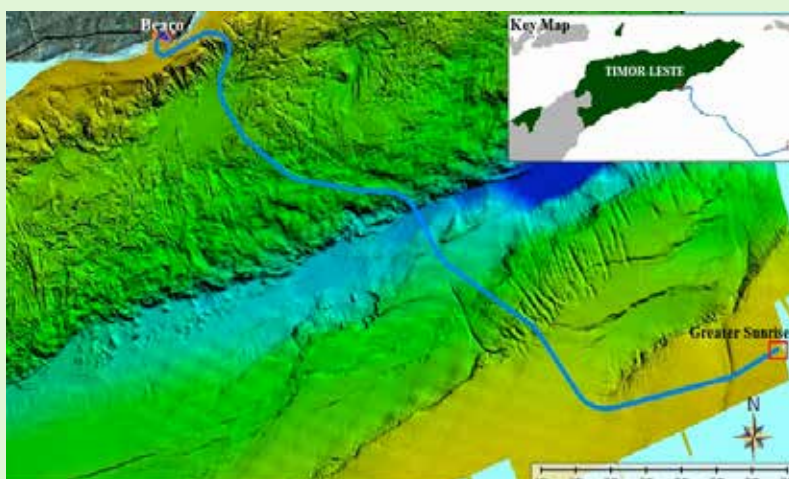
INSTALAÇÕES MARÍTIMAS

O projeto das instalações marítimas baseia-se na criação de uma baía terrestre, dispondo de um CAPEX baixo e instalações para futura expansão. O principal cais da Instalação de Carga de Produtos dispõe de 240 m de comprimento, capaz de acomodar grandes embarcações de GNL/GPL, com um calado operacional de -13.5 m LAT na baía. As Instalações Marítimas são concebidas para suportar a ocorrência de eventos sísmicos com apenas danos mínimos, de modo que as operações de descarga de produtos possam continuar sem interrupções.

GASODUTO

O sistema do gasoduto *offshore* disposto ao longo da *Timor Trough*, a partir do Campo até ao local da fábrica no *onshore*, poderá envolver um gasoduto de 24 polegadas (24”) de diâmetro ou dois gasodutos de 18 polegadas (2x18”). O cenário de referência é um único gasoduto rígido fabricado em aço carbono com 24 polegadas.

A rota do gasoduto pela *Timor Trough* foi amplamente estudada e utilizada como base para o FEED de engenharia do gasoduto.



A primeira fase do desenvolvimento da fábrica de GNL terá uma capacidade de produção de 5 MTPA ou uma unidade de liquefação ou *train*, com uma possível expansão futura para uma capacidade de 20 MTPA ou quatro unidades de liquefação. A matéria-prima destinada à fábrica de GNL será providenciada através de um gasoduto com um trajeto de aproximadamente 231 km ao longo da *Timor Trough*, o qual transportará gás seco com uma velocidade de fluxo de 900 milhões de pés cúbicos por dia (*million cubic feet per day* ou MCFD) durante o período normal de operações.

A maturidade de concepção das referidas componentes é consistente com o nível de definição do pré-FEED/FEED. Ambos os estudos do *Front End Engineering Design* (FEED) para o Gasoduto e Instalação Marítima foram concluídos em 2013, enquanto que o estudo pré-FEED para a Fábrica

de GNL foi concluído em 2016.

A presença do projeto de GNL em Timor-Leste proporcionará segurança energética, energia limpa e maximização do valor acrescentado dos recursos naturais de Timor-Leste, enquanto impulsiona as receitas e a criação de novos postos de trabalho na região e incrementa o crescimento económico do país. Outro benefício será a criação de postos de trabalho indiretos para os membros da comunidade local, através dos efeitos colaterais resultantes das atividades no *downstream*, tais como, empreendimentos locais, que podem incluir a prestação de serviços, farmácias, restaurantes, etc., conduzindo assim à melhoria das condições de vida da população, não só na área do projeto, mas em todo o país.

4.4.1.2. Atividades Realizadas durante 2020

Durante a pré-socialização de Terras e Propriedades em Beço realizada em 2019, a TIMOR GAP identificou a existência de uma potencial despesa elevada associada ao realojamento da comunidade afetada, calculada com base na proposta da comunidade local. Por conseguinte, a TIMOR GAP considerou uma proposta alternativa para a localização da Fábrica de GNL em Natarbora, a cerca de 85 km a oeste do local inicialmente considerado (Beço).

O estudo destinado à instalação marítima em Natarbora estava a progredir e a TIMOR GAP contratou a HRW para prestar os serviços referentes ao estudo do Pré-FEED para as instalações marítimas. Este estudo Pré-FEED estava previsto ser realizado entre agosto e setembro de 2020, contudo, em julho de 2020, a TIMOR GAP suspendeu os estudos conduzidos pela HRW e os trabalhos associados ao local proposto para o complexo de GNL em Natarbora, foram

totalmente cessados em setembro de 2020.

A principal premissa para a suspensão do projeto de GNL centra-se na necessidade de resolver várias questões associadas à componente do *upstream*, antes se prosseguir com o Projeto do Greater Sunrise. A discussão das relevantes questões encontra-se a decorrer entre as empresas da *Joint Venture* do Greater Sunrise e ambos os países (Timor-Leste e Austrália). Estas questões incluem o Código de Exploração Mineira do Petróleo, o Contrato de Partilha de Produção (CPP), o Regime Fiscal e o conceito de desenvolvimento da componente *upstream*.

Neste contexto, quaisquer atividades relacionadas com a fábrica de GNL, incluindo a sua localização, encontram-se suspensas e sujeitas a acordo de todas as partes relevantes.

4.4.1.3. Desenvolvimento de Recursos Humanos do TLNG

Uma das projeções subjacentes à implementação do projeto de TLNG é a criação de postos de trabalho, nos quais os nacionais Timorenses terão a oportunidade de participar. Com base no estudo do conteúdo local integrado no estudo do Pré-FEED de GNL realizado em 2015-2016, prevê-se que inúmeros postos de trabalho diretos sejam criados durante a fase de construção, dos quais aproximadamente 30% poderão ser captados por nacionais Timorenses. Além disso, prevê-se que, durante a fase de operação da fábrica de GNL, sejam igualmente criados inúmeros empregos permanentes, com uma significativa percentagem a ser captada por nacionais e, posteriormente, antecipa-se um aumento progressivo deste número, em conformidade com as futuras necessidades das operações.

Considerando o exposto *supra*, vários programas de formação têm sido elaborados. Devido à natureza das competências de trabalho habitualmente requeridas durante a fase de construção, os programas de formação com foco nas referidas competências apenas irão iniciar-se com 1 (um) ano ou menos de antecedência ao início da construção. Contudo, no que diz respeito à fase de operação, formações em operação e manutenção em GNL são requeridas com uma antecedência significativa. Uma formação no local de trabalho típica normalmente necessita de aproximadamente 2 (dois) anos a completar.

Em consonância com o acima mencionado, a TIMOR GAP pretende recrutar e formar até 250 jovens licenciados de escolas técnicas e universidades de todos os Mu-

nicipios de Timor-Leste e da RAEOA. Para este efeito, a TIMOR GAP contratou a Cegelec Oil & Gas, uma empresa de formação especializada em petróleo e gás com sede em França, a fim de efetuar o recrutamento e facultar a formação de base, um programa previsto ser realizado por fases. A primeira fase, dirigida principalmente aos jovens engenheiros e técnicos recém-graduados oriundos das comunidades afetadas de Beço, Aldeia de Maluru, Município de Viqueque, teve início em 2018 com o recrutamento de 31 formandos.

Os 31 formandos anteriormente mencionados completaram, em junho de 2019, a sua formação base de 4 (quatro) meses no CNEFP de Tibar. Após a conclusão da formação base, os melhores 25 dos 31 formandos serão enviados para as instalações da PT Badak LNG em Bontang, Indonésia, para uma formação intensiva no local de trabalho de 18 meses. Neste âmbito, a TIMOR GAP

estabeleceu contacto com a Badak LNG a fim de analisar os termos específicos do Contrato entre ambas as Partes para o Programa de Formação no Local de Trabalho (*On-Job-Training*). A TIMOR GAP envolveu igualmente a Cegelec Oil & Gas para discutir um Contrato de Prestação de Serviços, segundo o qual esta última é contratada para apoiar a TIMOR GAP na revisão e inspeção, uma vez em cada dois ou três meses, da implementação do Programa de Formação na PT Badak LNG, Bontang, Indonésia.

Devido à pandemia mundial da Covid-19 e associadas restrições, assim como às discussões do projeto dos campos do Greater Sunrise a decorrer entre os parceiros da *Joint Venture* e o Governo, a TIMOR GAP decidiu reavaliar o programa de formação através de várias consultas com os relevantes *stakeholders*, previamente à adjudicação do contrato à PT Badak LNG e Cegelec Oil & Gas, e à execução do referido programa de formação.



Figura 4-14: Reunião entre a TIMOR GAP, MPM e os jovens formandos da comunidade de Beço sobre o programa de formação de recursos humanos

4.5 Autoestrada

4.5.1. Descrição Geral da Autoestrada

A autoestrada da Costa Sul de Suai a Beço será desenvolvida com o propósito de ligar os três agrupamentos industriais do Projeto Tasi Mane e apoiar o crescimento da indústria petrolífera. Uma vez concluída, a autoestrada irá dinamizar esta área do litoral de modo a permitir o desenvolvimento socioeconómico e o movimento seguro, rápido e mais fiável de serviços, bens e passageiros. A construção da estrada será executada por etapas de acordo com as necessidades logísticas e económicas.

O limite de velocidade é de 100 km/h em áreas planas e de 60 km/h em áreas montanhosas, com a duração da viagem entre o Suai e Beço estimada em aproximadamente 2 horas. A autoestrada disporá de quatro faixas de rodagem (duas em cada direção), sendo que cada faixa tem 3.6 metros de largura, com uma largura de pavimentação total de cerca de 26 metros e um comprimento total de 155.7 km. Irá incluir 28 pontes principais com um comprimento total de 5.661 metros e um total de 240 passagens hidráulicas (199 passagens do tipo de conduta

de betão armado e 41 do tipo de caixa de betão armado).

A supervisão e monitorização da construção da primeira fase do projeto da Autoestrada está confiada à Unidade

A autoestrada será dividida em quatro troços:

- 1) Suai – Fatukahu /Mola - 30.4 km
- 2) Fatukahu/Mola – Betano - 34.3 km
- 3) Betano – Clacuc - 34.5 km
- 4) Clacuc – Beaço – 52.6 km

de Gestão de Projeto, composta por representantes do Ministério do Petróleo e Minerais (por via da TIMOR GAP) e do Ministério das Obras Públicas.

Fase I da Autoestrada – Troço 1

O Troço 1 liga Suai a Fatukahu/Mola, um corredor de 30.4km inaugurado e aberto ao trânsito em 2018. A primeira autoestrada de Timor-Leste assinala a consecução de um importante marco no desenvolvimento das infraestruturas de transportes e da conectividade física do país.



Figura 4-15: Autoestrada de ligação do Suai a Fatukahu/Mola

4.5.2. Fase II da Autoestrada

A Fase II abrange a construção do Troço 2 da Autoestrada, que liga Fatukahu/Mola a Betano, onde está prevista a construção da Refinaria e Complexo Petroquímico. O Troço 2 dispõe de um comprimento total de 34.3 km, projetado para incluir 6 pontes, alinhamento rodoviário e várias intersecções.

O processo de aprovisionamento destinado ao *redesign* do Troço 2 da Autoestrada foi concluído em 2020, e o anúncio do empreiteiro selecionado pela Comissão Nacional de Aprovisionamento está previsto para o início de 2021. O objetivo deste projeto é alinhar a rota do Troço 2 da Autoestrada, considerando as comunidades atualmente existentes ao longo do troço proposto.

5. Desenvolvimento Institucional e do Capital Humano





Figura 5-1: Valores Centrais dos Recursos Humanos da TIMOR GAP

O núcleo do sucesso da TIMOR GAP reside predominantemente na sua capacidade institucional e no capital humano.

DESTAQUES DE 2020

- No contexto da pandemia global da Covid-19, a TIMOR GAP colocou em vigor um conjunto de medidas de prevenção, tais como, um sistema de teletrabalho, uso obrigatório de máscaras e desinfetante de mãos no escritório, priorizando o bem-estar e saúde dos colaboradores;
- Os colaboradores da Unidade de Negócios *Upstream* participaram em vários cursos e formações *online*, facultados pela Shlumberger;
- Um total de 6 colaboradores estão de momento em Licença de Estudo, a completar Mestrados em universidades internacionais;
- Várias políticas e procedimentos internos foram criados e/ou alterados e aprovados pela nova Direção Executiva e o recém-nomeado Conselho de Administração.

5.1 Perspetiva Geral

O núcleo do sucesso da TIMOR GAP reside predominantemente na sua capacidade institucional e no capital humano, uma das principais áreas foco de investimento estratégico desde a criação da Companhia Nacional de Petróleo. Apesar dos desafios que se afiguram adiante, acreditamos firmemente que, tendo estabelecido ao longo dos anos uma base sólida a nível institucional e dos recursos humanos, a TIMOR GAP foi capaz de, com uma maior eficiência e eficácia, responder e adaptar-se às significativas mudanças originadas pela pandemia mundial da Covid-19, enquanto continuou com as suas operações.

Neste contexto, foi colocado em vigor um conjunto de medidas de prevenção a fim de responder à crise sanitária atual e salvaguardar o bem-estar e saúde dos nossos colaboradores, englobando a introdução de um sistema de teletrabalho, apoiado por uma plataforma digital eficiente e, uma vez retomado o trabalho presencial no escritório, regulamentos sanitários foram rigorosamente promovidos e implementados na empresa. A nossa gestão de recursos humanos; o departamento de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente (ou QHSE, na sigla em inglês); e o sistema de Tecnologias de Informação & Comunicação desempenharam um papel crucial em guiar a empresa através desta situação sem precedentes e, deste modo, irão permanecer em contínua atualização e melhoria nos anos vindouros.

5.2. Gestão de Recursos Humanos

À medida que navegamos pela pandemia sem precedentes da Covid-19, a TIMOR GAP foca-se no seu recurso mais valioso: o capital humano, para responder aos desafios e encontrar as soluções adequadas de modo a para guiar a empresa através das complexas e significativas mudanças e ruturas causadas por esta pandemia mundial.

De acordo com o exposto *supra*, em 2020,

Em consonância com o exposto *supra*, a TIMOR GAP continuou a seguir uma estratégia de recursos humanos assente no recrutamento de talentos, na sua gestão, formação, desenvolvimento, recompensa, motivação e retenção, proporcionando, desta forma, um ambiente de trabalho saudável e positivo. Com o intuito de afinadamente apoiar esta estratégia, novos e alterados procedimentos e políticas foram aprovados e implementados durante o ano de 2020.

A TIMOR GAP promove uma forte cultura de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente entre todos os colaboradores, independentemente da função ou cargo, e isto permaneceu de particular importância em 2020, devido ao surto pandémico. Além da adoção de medidas de saúde e segurança obrigatórias, continuámos a garantir que todas as atividades da TIMOR GAP são desempenhadas e estão alinhadas com os mais elevados padrões de qualidade, saúde, segurança e ambiente, e a realizar auditorias internas e externas anuais de QHSE.

A TIMOR GAP continua na vanguarda das Tecnologias de Informação e Comunicação, implementando um Sistema de Gestão de Informação eficiente e atualizado, com o objetivo de maximizar a eficácia e produtividade no nosso local de trabalho, e a utilização de plataformas digitais que permitam aos nossos colaboradores continuar a desempenhar as suas funções, aquando da adoção do regime de teletrabalho.

envidámos esforços para ajustar o nosso foco na continuidade dos negócios, assim como em apoiar a saúde da organização e, para esta finalidade, a TIMOR GAP adotou uma abordagem flexível e ajustável no que respeita à gestão de recursos humanos, dando primazia à saúde e bem-estar dos colaboradores, essenciais à continuidade e resiliência da empresa. Em conformidade com as diretrizes do Governo, a TIMOR GAP implementou

um sistema de teletrabalho no período de 23 de março a 8 de junho de 2020 e, à medida que retomámos o trabalho presencial no escritório, um sistema rotativo de trabalho foi estabelecido em junho de 2020, permitindo aos colaboradores continuar a desempenhar as suas funções em segurança e incentivando, simultaneamente, uma responsabilidade partilhada e uma comunicação aberta num ambiente seguro.

Ao longo do ano, a nova Administração continuou a manter o compromisso assumido pela anterior Administração e, desta forma, continuámos a desenvolver, melhorar e implementar uma estratégia de recursos humanos forte e coesa, assente em áreas-chave como recrutamento de talentos, desenvolvimento e formação, gestão de desempenho e desenvolvimento de carreira. Isto é apoiado por políticas e procedimentos de recursos humanos fortes e inclusivos em vigor na empresa, fornecendo-nos as diretrizes e orientações para uma aplicação justa dos nossos princípios e valores. As nossas políticas e procedimentos de recursos humanos consistem num conjunto dinâmico e flexível de ferramentas, sujeito a melhorias e alterações contínuas à medida que avançamos e onde nos deparamos com novos desafios. Várias políticas e procedimentos foram revistos e aprovados pela nova Administração em 2020.

Desde o seu estabelecimento em 2011, uma das principais prioridades e conquistas da TIMOR GAP consiste no compromisso incutido no desenvolvimento e formação contínua dos nossos recursos humanos. Ao longo dos anos, a empresa investiu fortemente no desenvolvimento contínuo das competências e *know-how* dos colaboradores ao adotar uma estratégia a longo prazo com base na implementação de programas e formações em várias áreas do setor do petróleo e gás; desenvolvi-

5.2.1 Colaboradores

A 31 de dezembro de 2020, empregávamos um total de 134 colaboradores com uma distribuição por género de 37 mulheres e 97 homens. Prevê-se que este número aumente nos próximos anos, acompanhando o crescimento e desenvolvimento da empresa, a expansão do seu portefólio de negócios a *upstream* e *downstream*, assim como, um aumento de colaboradores nas áreas funcionais de apoio às principais atividades empresariais. Em 2020, e na sequência da reestruturação organizacional da TIMOR GAP, um processo de recrutamento para vários cargos na empresa foi cancelado, uma vez que este recrutamento não reflete a nova e atual estrutura e prioridades da empresa.

O quadro de pessoal da TIMOR GAP é composto por profissionais experientes e jovens licenciados com diferen-

tes conjuntos de competências e formação no local de trabalho com parceiros externos e parceiros de *joint ventures*; e destacamentos realizados através de programas de cooperação com parceiros internacionais de negócios da TIMOR GAP. Tal permanece o núcleo da nossa estratégia de recursos humanos e, portanto, ajustámos e adaptámos-nos, e continuámos a manter o nosso compromisso durante a pandemia mundial ao facultar aos nossos colaboradores a oportunidade de usufruírem de formações virtuais, com os nossos parceiros internacionais, tais como a Schlumberger. Apesar de persistirem desafios a este nível, continuamos a procurar novas e diversificadas ofertas de formação virtual, face ao atual cenário da pandemia mundial.

Além das oportunidades de formação oferecidas pela nossa empresa, as nossas políticas internas de formação e desenvolvimento facilitam igualmente licenças de estudo aos colaboradores que pretendem prosseguir estudos superiores académicos, geralmente através de prestigiadas bolsas de estudo atribuídas por Governos estrangeiros. Nestes casos, o colaborador tem direito a usufruir de licença de estudo durante o período de estudo. Salvaguardamos a estabilidade laboral dos nossos colaboradores, enquanto estes investem na sua própria valorização profissional e futura contribuição para a empresa.

A TIMOR GAP aderiu a um conceito orientado para as pessoas e com foco na assistência aos colaboradores, cumpre as suas responsabilidades com os mesmos, respeita os seus direitos e interesses, promove a igualdade de género e uma cultura de não discriminação, e promove a contratação de locais nas áreas de operação, com o propósito de concretizar o seu codesenvolvimento e o dos seus colaboradores.

entes conjuntos de competências e conhecimentos. Empregamos predominantemente pessoal técnico, altamente qualificado com Mestrados e Licenciaturas nas mais diversas áreas técnicas e de negócios. De facto, 85% dos nossos colaboradores detêm um diploma do ensino superior, tais como, Mestrado e Licenciatura, ou frequentam atualmente um dos cursos anteriormente referidos.

Na qualidade de empresa pública, damos prioridade e recrutamos primordialmente a partir da reserva nacional de talentos, visto que 93% dos nossos colaboradores são cidadãos Timorenses, enquanto os restantes 7% correspondem a pessoal expatriado contratado para preencher uma lacuna em termos de capacidades técnicas que os nacionais ainda não detêm. Consultores com competências e conhecimentos altamente especializados são contrata-

dos através de Contratos de Prestação de Serviços com o objetivo de prestar serviços de consultoria a unidades de negócio e/ou projetos específicos.

Além da sede social da empresa, a TIMOR GAP emprega colaboradores nos projetos desenvolvidos em campo, tais como a nossa Instalação de Armazenamento de Combustível de Aviação no Aeroporto do Suai e o Posto de Abastecimento de Combustível no Suai, Covalima, estando prevista a criação de novos postos de abastecimento de combustível em outros Municípios. Nos projetos desenvolvidos em campo, priorizamos, quando adequado, o recrutamento de colaboradores locais, proporcionando oportunidades de emprego e impulsionando uma maior participação local. O Posto de Abastecimento de Combustível no Suai e a Instalação de Armazenamento de Combustível de Aviação no Aeroporto do Suai empregam

um total combinado de 12 colaboradores locais.

A TIMOR GAP irá continuar a esforçar-se por manter o compromisso de maximizar a participação do conteúdo local nos seus projetos e isto requer um foco inicial na formação de nacionais de modo a assegurar que as competências adequadas estão presentes e, consequentemente, o plano de conteúdo local é um requisito fundamental nos nossos acordos/contratos e negociações com parceiros. Projetos desenvolvidos localmente, tais como, o nosso Posto de Abastecimento de Combustível no Suai e a Instalação de Armazenamento de Combustível de Aviação no Aeroporto do Suai, empregam exclusivamente colaboradores locais, devidamente formados no desempenho das suas funções e responsabilidades com os nossos parceiros de negócios.

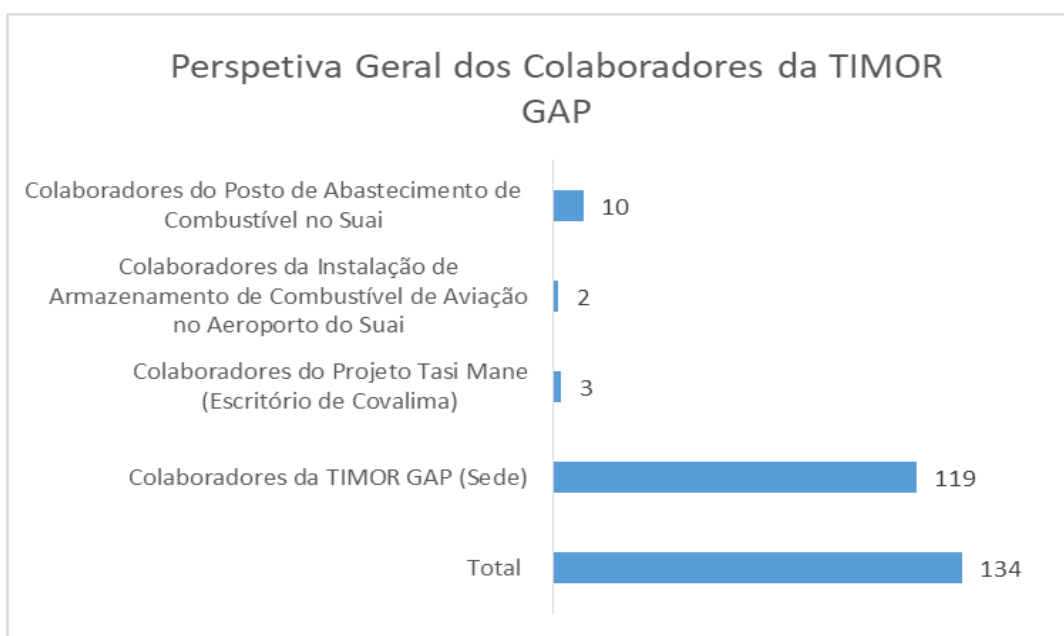


Figura 5-2: Perspetiva geral dos colaboradores da TIMOR GAP

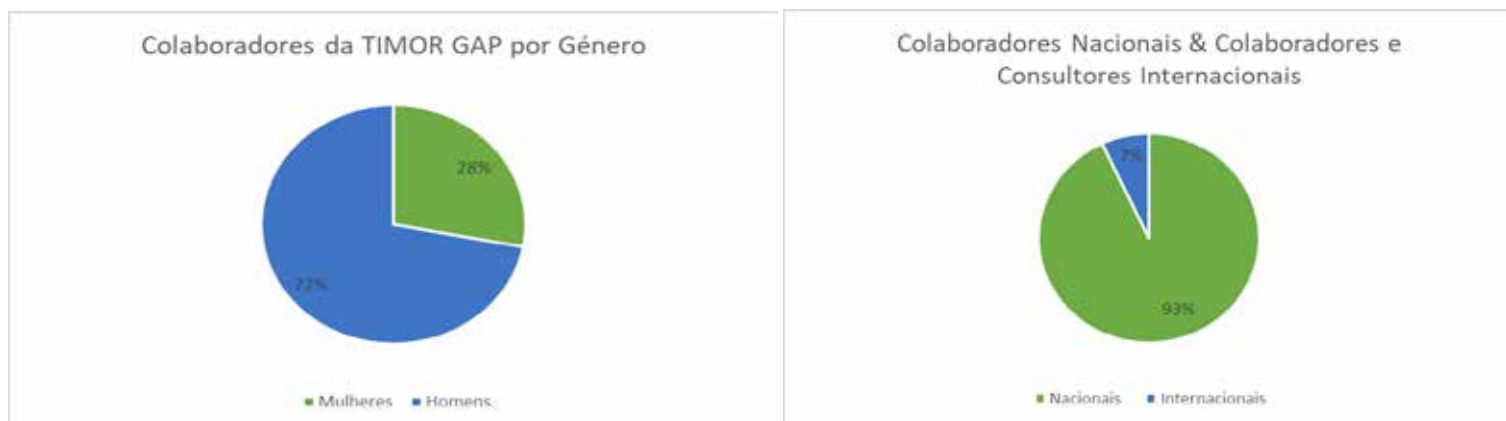


Figura 5-3: Distribuição dos colaboradores da TIMOR GAP por género (esquerda); Colaboradores nacionais & colaboradores e consultores internacionais (direita)

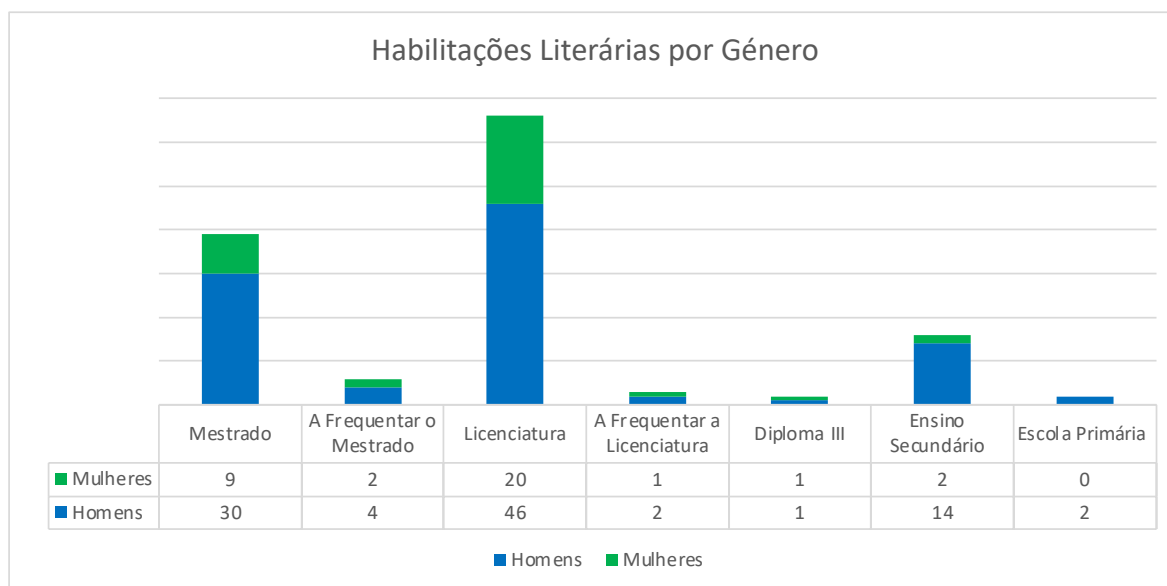


Figura 5-4: Habilitações literárias dos colaboradores da TIMOR GAP com base no género

5.2.2. Desenvolvimento de Carreira

Delineamos a nossa abordagem ao desenvolvimento de carreira com base na nossa crença de que, ao capacitar os talentos certos e proporcionar-lhes um ambiente propício ao crescimento, eles darão o seu melhor desempenho. Neste sentido, a empresa pretende atrair, recrutar e reter os melhores de entre os talentos e competências nacionais, oferecendo-lhes oportunidades de desenvolvimento de carreira competitivas e atrativas.

Em conformidade com o exposto *supra*, a TIMOR GAP elaborou um percurso de desenvolvimento individual que engloba a seleção, recrutamento, formação, avaliação e progressão/promoção. O objetivo é alinhar as metas individuais de carreira com os objetivos estratégicos da organização para uma realização bem-sucedida e eficaz da missão e objetivos da empresa, enquanto promovemos simultaneamente a satisfação profissional e motivação dos nossos colaboradores.

Normalizamos o processo de seleção e recrutamento, recrutando de acordo com as necessidades da empresa e através de um processo competitivo com base no mérito e assente na igualdade de oportunidades e de género. A fim de garantir a rigorosa aplicação destes valores e assegurar que o processo de recrutamento e seleção segue os mais elevados padrões aplicáveis a esta área, no último trimestre de 2020, a nova Direção Executiva e o recém-nomeado Conselho de Administração estabeleceu e aprovou uma nova Política e Procedimentos de Recrutamento e Seleção, que definem normas claras e transparentes a aplicar no processo de recrutamento e seleção, estabelecendo igualmente as diretrizes que facilitam este processo em consonância com a estratégia e objetivos da TIMOR GAP.

Devido às restrições em vigor associadas à pandemia e às mudanças a nível da estruturada da Administração, a avaliação anual de desempenho da TIMOR GAP não se realizou em 2020. Contudo, e na sequência da reestruturação da Administração, a Política e Procedimentos de Avaliação de Desempenho foram sujeitos a uma extensa alteração com o intuito de ajustar os indicadores-chave de avaliação de desempenho (*key performance indicators* ou KPIs) à estratégia e aos valores essenciais que norteiam a empresa e apresentar uma definição clara do que se espera do colaborador na sua função atual e em relação aos objetivos gerais da Unidade de Negócio e da empresa. Tal irá permitir à TIMOR GAP atingir uma maior eficiência no planeamento, gestão, avaliação e recompensa do desempenho. O recém-nomeado Conselho de Administração aprovou a referida política e procedimentos no terceiro trimestre de 2020.

Além das alterações à Política e Procedimentos de Avaliação de Desempenho, a nova Administração prevê realizar uma Avaliação Integrada de Desempenho abrangendo todos os colaboradores da empresa, incluindo os cargos de direção e chefia. O objetivo desta Avaliação consiste em rever o desempenho do colaborador em relação às competências técnicas e interpessoais definidas para o seu escalão, e ajustar o pacote salarial em conformidade com os resultados obtidos. Antecipa-se que a Avaliação Integrada de Desempenho seja realizada em 2021.

A recém-alterada Política e Procedimentos de Avaliação de Desempenho irá igualmente apoiar a definição e implementação de um plano de formação mais minucioso para cada colaborador. As necessidades de formação dos

recursos humanos são avaliadas segundo os projetos em curso e numa base individual, considerando as tarefas e funções atribuídas e os resultados individuais da avaliação de desempenho. A este respeito, a Política e Procedimentos de Formação encontram-se, de momento, sob revisão e antecipa-se a sua aprovação e entrada em vigor no segundo trimestre de 2021.

Além das políticas e procedimentos mencionados *supra*, este ano, a nova Direção Executiva e o recém-nomeado Conselho de Administração aprovou e colocou em vigor os seguintes: Alteração da Política e Procedimentos de Horário Laboral & Licenças; e implementação da Política e Procedimentos de Uso de Veículos.

A alteração da Política de Viagens (deslocações de um único dia) e implementação da Política e Procedimentos

5.2.3 Formação

Os nossos colaboradores são o ativo mais valioso da TIMOR GAP e de modo a garantir o sucesso da execução da estratégia da empresa, é fundamental que a empresa disponha das competências adequadas para superar os desafios que enfrenta. Neste âmbito e desde o seu estabelecimento, a TIMOR GAP continua a empenhar-se em proporcionar oportunidades de formação através de cursos de formação, *workshops* & conferências e destacamentos a fim de maximizar as competências, desempenho e conhecimento dos seus colaboradores, não só nas suas áreas de especialidade, mas também na indústria do petróleo e do gás em geral.

5.2.3.1 Cursos e Formações

Em 2020, os colaboradores da Unidade de Negócios *Upstream* participaram em sessões de formação virtuais facultadas por vários formadores. Estas sessões focaram-se no reforço das competências técnicas, com fluxos

a) Formação Virtual em *Software* com NexT (Schlumberger)



Figura 5-5: Grupos 1, 2 e 3 do Curso de Introdução ao PETREL

- **Introdução ao *Software* Petrel:** 15 colaboradores participaram neste curso de Introdução ao *Software*

de Gestão de Assiduidade foram aprovados pela anterior Administração e entraram em vigor em janeiro de 2020. A TIMOR GAP irá continuar a melhorar e rever as suas políticas e procedimentos internos de modo a maximizar o potencial e produtividade dos colaboradores da empresa.

Aderimos a um conceito orientado para as pessoas e com foco na assistência aos colaboradores, pelo que oferecemos aos nossos colaboradores benefícios estipulados no contrato de trabalho, em conformidade com as políticas internas da TIMOR GAP e a legislação em vigor aplicável às relações de trabalho em Timor-Leste. A companhia atua em conformidade com os regulamentos e procedimentos do Sistema de Segurança Social, de acordo com os termos dispostos na Lei n.º 12/2016, da Lei da Segurança Social

O surto de Covid-19 e as medidas decretadas para conter esta pandemia mundial causaram um impacto significativo nos cursos, formações, formações no local de trabalho e destacamentos facultados pela empresa em 2020, resultando num número significativamente reduzido de cursos e formações oferecidos, os quais foram exclusivamente facultados internamente e com recurso a ferramentas e mecanismos virtuais. Devido às restrições aplicadas às deslocações entre países, não foi possível realizar formações no local de trabalho e/ou destacamentos em 2020.

de trabalho padrão e a utilização do *software* adequado adquirido pela Unidade. Os seguintes cursos e formações foram facultados *online*:

Petrel. Este curso apresentou as funções do Petrel aos novos utilizadores, com ênfase na visualização,

colaboração e organização de dados. Esta formação abrangeu a instalação do projeto Petrel, visualização & importação de dados, criação de grelhas e super-

- **Série 1 de Engenharia de Reservatórios do Petrel:** 8 colaboradores participaram nesta formação que incluiu diversos módulos e aspetos relativos ao planeamento do desenvolvimento de campo, abrangendo



Figura 5-6: Grupos 1 e 2 da Formação em Engenharia de Reservatórios do Petrel

- **Techlog (PETROFÍSICA):** 10 colaboradores participaram nesta formação interna, a qual englobou a compreensão básica das funções do *software* Techlog, processamento de dados brutos de diagrfias, cálculo

fícies simples, e execução da verificação básica de qualidade. O Estúdio da Base de Dados foi igualmente apresentado à equipa técnica.

a simulação básica do fluxo de trabalho, inserção de dados, tais como, modelo de fluídos e física de rochas, execução de simulação e visualização de resultados para ajuste do histórico e previsão.

petrofísico e modelo de dados na plataforma Techlog e funções básicas para importação, exportação e apresentação de dados no sistema, incluindo núcleo e imagem.



Figura 5-7: Grupos 1 e 2 do Curso de Introdução ao Software Techlog

- **Introdução ao PIPESIM:** 8 colaboradores participaram nesta formação interna. A equipa participou na produção de sistemas de análise do *software* PIPESIM que permitem a simulação de fluxos multifásicos e constantes para sistemas de produção de petróleo e

gás. Esta formação abrange módulos individuais do PIPESIM para um vasto leque de análises, incluindo modelação de poços, análise nodal, planeamento de campo, otimização da ascensão artificial, projeto de gasodutos e medição de equipamentos.

b) Formação Virtual em Software TNavigator (Geomodelador & Modelo de Reservatórios):

O *software* TNavigator é uma ferramenta completa destinada a geocientistas e engenheiros, que inclui a criação de modelos estáticos e a simulação & modelação dinâmica. Este curso de dois dias foi facultado à equipa técnica do *upstream* a fim de a familiarizar com o referido *software* e as suas funções. O curso abrangeu a apresentação e interpretação de dados sísmicos, interpretação e propriedades de diagrfias de poços, modelação estrutural e modelação estática & dinâmica.



Figura 5-8: Formação em TNavigator

5.2.3.2 Workshops e Seminários

a) Simpósio da TIMOR GAP sobre “Preservação dos valores e princípios de autodeterminação através da gestão eficiente dos recursos petrolíferos”

No dia 20 de novembro de 2020, a TIMOR GAP organizou um simpósio de um dia, alusivo ao tema “Preservação dos valores e princípios de autodeterminação através da gestão eficiente dos recursos petrolíferos”. Para este simpósio, a TIMOR GAP convidou vários oradores a partilharem a sua vasta experiência no desenvolvimento da indústria do petróleo & gás no seu respetivo país de origem e efetuarem uma análise, do ponto de vista geoestratégico mundial e regional, sobre o estabelecimento dos seus negócios, principais objetivos alcançados e os desafios que se perspetivam no futuro.

Adicionalmente, foram igualmente conduzidas sessões com os representantes da F-FDTL e da RENETIL, com os seus representantes a fazerem intervenções alusivas ao importante tópico da soberania. Neste sentido, os colaboradores da TIMOR GAP tiveram a oportunidade de contemplar a história do país e enriquecer os seus conhecimentos, visando um maior desenvolvimento da TIMOR GAP como Companhia Nacional de Petróleo e, mais importante, para a prosperidade da Nação, instigando, através do referido simpósio, uma reflexão da situação atual com um entusiasmo por futuras melhorias.



Figura 5-9: Simpósio da TIMOR GAP com a duração de um dia sobre “Preservação dos valores e princípios de autodeterminação através da gestão eficiente dos recursos petrolíferos”

b) Workshop com a F-FDTL

A TIMOR GAP participou no *workshop* dedicado às atividades do setor do petróleo e gás, organizado para a Força de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), a 15 de outubro de 2020, o qual teve lugar na sede das F-FDTL. No referido *workshop*, que contou igualmente com a participação da ANPM, a TIMOR GAP realizou uma apresentação sobre a “Gestão Estratégica das Atividades Petrolíferas”, com o

objetivo de partilhar a visão e missão da TIMOR GAP, como Companhia Nacional de Petróleo e Gás, e divulgar as atuais atividades e projetos da empresa, facultando informações detalhadas sobre as prioridades da empresa e o seu impacto no bem-estar do país e no futuro desenvolvimento económico.



Figura 5-10: Apresentação da TIMOR GAP sobre “Gestão Estratégica das Atividades Petrolíferas” para a F-FDTL

c) Seminário com a Faculdade de Engenharia, Ciências e Tecnologia – Universidade Nacional Timor Lorosaê



Figura 5-11: Seminário com os estudantes da Faculdade de Engenharia, Ciências e Tecnologia

A TIMOR GAP participou, como oradora, no seminário realizado no Auditório da Universidade Nacional Timor Lorosaê (UNTL), em 27 de novembro, organizado pelos estudantes do Departamento de Petróleo e Geologia da referida Universidade. Alusivo ao tema “*Futuro Timor-Leste husi Prespetiva Rekurso Petroleo no Minerais*” (o futuro de Timor-Leste na perspectiva dos recursos petrolíferos e minerais), o seminário teve como objetivo a partilha de

informação com os relevantes *stakeholders* (estudantes e professores universitários) sobre o futuro de Timor-Leste segundo a perspectiva do desenvolvimento dos recursos petrolíferos e minerais no país, assinalando a comemoração do 45^a ano da Proclamação da Independência de Timor-Leste. Ambos os Presidentes da ANPM e do IPG estiveram presentes no referido seminário.

d) Seminário com a Universidade Oriental Timor Lorosaê (UNITAL)



Figura 5-12: Seminário com a Universidade Oriental Timor Lorosaê (UNITAL)

A TIMOR GAP participou no seminário realizado no Auditório da Universidade Oriental Timor Lorosaê (UNITAL), em 17 de outubro, organizado pela Associação de Engenharia de Petróleo de Timor-Leste (AEP-TL) e pelos estudantes do Departamento de Petróleo da UNITAL. O seminário centrou-se no tema “*Gestaun Recurso Petrolíferu iha Futuro após Impase Político*” (o futuro da gestão

dos recursos petrolíferos após o impasse político), com o objetivo de atualizar e partilhar informação com os *stakeholders* (Universidades), no que diz respeito ao plano de desenvolvimento petrolífero de Timor-Leste nos anos vindouros. A TIMOR GAP participou neste seminário na qualidade de oradora, juntamente com a ANPM e o IPG.

5.2.3.3. Licença de Estudo

A TIMOR GAP reconhece os benefícios do desenvolvimento dos seus colaboradores, quer em termos individuais e institucionais como um todo, e oferece-lhes oportunidades para adquirirem um maior desenvolvimento pessoal e profissional. A política de licença de estudo da nossa empresa possibilita um acordo flexível em termos de benefícios a nível de segurança laboral para os colaboradores e retenção dos melhores talentos, que lhes permite melhorar futuros contributos para a empresa.

Em 2020, quatro colaboradores regressaram à empresa após terem concluído os seguintes Mestrados:

- Mestrado em Informática pelo Instituto de Tecnologia de Auckland, Nova Zelândia, ao abrigo do programa de bolsas de estudo neozelandês (*New Zealand Development Scholarship*);
- Mestrado em Geociência do Petróleo pela Universidade de Victoria de Wellington, Nova Zelândia, ao abrigo do programa de bolsas de estudo neozelandês (*New Zealand Development Scholarship*);

- Mestrado em Geociência do Petróleo pela *University of Western Australia*, Perth, ao abrigo do programa de bolsas de estudo australiano (*Australian Awards Scholarship Program*); e
- Mestrado em Gestão de Projetos pela *University of South Australia* (UNISA), Austrália, ao abrigo do programa de bolsas de estudo australiano (*Australian Awards Scholarship Program*).

Durante este período, os nossos colaboradores continuaram a ser selecionados com base num processo competitivo para programas de bolsas de estudo concedidas por países como Austrália e Japão, e cursos académicos em universidades internacionais de renome, nomeadamente:

- Mestrado em Contabilidade Profissional pela *University of South Australia* (UNISA), Austrália; e
- Mestrado em Gestão de Empresas na Universidade Internacional do Japão (IUJ), Japão.

5.2.4. Cultura Corporativa

A cultura corporativa é a alma da empresa e o que nos permite crescer, adaptar ao ambiente e ao mercado em constante mudança, e o que nos protege dos desafios e adversidades externas. Uma companhia resiliente irá responder melhor e mais eficientemente aos desafios, ultrapassando-os e adaptando-se como um todo. A TIMOR GAP adotou o espírito corporativo CAN DO desde o seu estabelecimento, representando os nossos valores (Competente & Conhecedor, Avaliar e capturar as oportunidades de negócio, Não discriminatório e responsável, “Doer” & criativo, Otimista) e como pretendemos conduzir os nossos negócios. Promovemos e incutimos este espírito em todas as atividades que desempenhamos, com o objetivo de implementar uma cultura corporativa forte e saudável que valoriza cada colaborador na organização independentemente das suas funções profissionais, o que motiva os colaboradores para trabalharem como uma equipa a fim de alcançarem os seus próprios objetivos

profissionais assim como os da empresa.

Apesar do número limitado de iniciativas proporcionadas este ano, em parte devido às restrições relacionadas com a pandemia, a nova Administração da TIMOR GAP continuou a empenhar-se em manter um ambiente de trabalho construtivo e motivador ao promover uma comunicação aberta e transparente entre a liderança e os colaboradores. A nova Administração está empenhada em facilitar uma comunicação bidirecional que valorize o *feedback* e ideias dos colaboradores e, assim, comunicar de forma mais eficaz, conseguindo um ambiente de trabalho mais eficiente, produtivo e satisfatório. As reuniões com a presença de todos os colaboradores são conduzidas com o objetivo acima referido de ativamente escutar e valorizar as contribuições e o bem-estar dos nossos colaboradores.



Figura 5-13: Reunião com a presença de todos os colaboradores da TIMOR GAP

5.3. Responsabilidade Social Corporativa

5.3.1. Programa de Investimento Social da *Joint Venture* do Sunrise

Na qualidade de detentora da participação maioritária do Greater Sunrise, a TIMOR GAP integra o programa de Investimento Social, uma iniciativa voltada para área social e da saúde criada pela *Joint Venture* do Sunrise (TIMOR GAP, Woodside e Osaka Gas) e implementada em estreita colaboração com Organizações Não Governamentais (ONG) locais e internacionais. Este Programa reflete o empenho da *Joint Venture* do Sunrise no envolvimento

com a comunidade e com o desenvolvimento sustentável a longo prazo e visa, através do mesmo, contribuir para alcançar as metas de Timor-Leste de modo a complementar o futuro desenvolvimento do Greater Sunrise, enquanto a *Joint Venture* constrói uma relação duradoura e significativa com as comunidades onde desenvolve as suas operações.

O resultado pretendido consiste em tomar parte num investimento social significativo ao desenvolvimento do bem-estar e da capacitação de cidadãos timorenses, particularmente de modo a contribuir para a realização de programas de formação, educação e saúde/nutrição e, com isso, construir relações positivas e melhorar a reputação da *Joint Venture* do Sunrise, trazendo benefícios sociais e económicos para a comunidade timorense, respeitando as prioridades e atividades do Governo.

Em consonância com o acima exposto, a *Joint Venture* do Sunrise associou-se à Fundação ALOLA em 2014, para apoiar o programa “*SUKU HADOMI INAN HO OAN*” (SHIO) nas aldeias de Aileu e Ainaro. O programa centra-se em atividades de formação que visam a promoção da saúde materna, alimentação de lactentes e crianças, incluindo demonstrações de preparação de alimentos, discussão sobre saúde comunitária, aconselhamento e encaminhamento. Presta igualmente apoio aos trabalhadores de saúde que exercem funções nas aldeias. No âmbito deste programa, a 21 de agosto de 2020, a TIMOR GAP participou na visita ao programa ALOLA SHIO no Suco Lahae, Município de Aileu, que se centrou nos cuidados de saúde materno-infantis.

O compromisso da *Joint Venture* do Sunrise na área da

nutrição é demonstrado através da parceria com a HIAM HEALTH, com a missão de facultar programas na área da nutrição e da agricultura às comunidades timorenses. O programa HIAM proporciona formação em agricultura e nutrição às comunidades e escolas, com o objetivo de melhorar o estado nutricional e o bem-estar económico; agilizar os vínculos comerciais entre a comunidade/grupos de agricultores e comerciantes. Em relação a este último, o HIAM compra os produtos agrícolas diretamente à comunidade e vende-os ao mercado. O programa implementou igualmente uma horta de nutrição escolar em quatro escolas primárias do Subdistrito de Atabae com a finalidade de apoiar o programa de alimentação escolar e ajudar a angariar dinheiro para a escola. Em agosto de 2020, TIMOR GAP participou com Woodside e ANPM, na visita ao programa “*Toòs Ba Nutrisaun*” da HIAM HEALTH, no Município de Aileu. Foi igualmente organizada uma visita ao programa “*Toòs Eskola ba Nutrisaun*” (Jardim de Nutrição Escolar) desenvolvido na Escola Primária de Tutubaba, Atabae, e na Escola Primária de Ailok-Laran, Atabae, no Município de Maliana. Estas visitas são realizadas com o objetivo de acompanhar a execução e progresso do programa, incluindo a identificação dos impactos que o programa trouxe aos seus beneficiários e os principais resultados obtidos pela HIAM HEALTH, como organização executora do programa.



Figura 5-14: Programa “*SUKU HADOMI INAN NO OAN*” da Fundação ALOLA no Suco Lahae, Aileu



Figura 5-15: Programa da HIAM “Toòs Eskola ba Nutrisaun” em Maliana (em cima); programa da HIAM “Toòs ba Nutrisaun” em Aileu (embaixo)

A Joint Venture do Sunrise formou igualmente uma parceria com a RYLA (Rotary Youth Leadership Awards), uma organização independente da ROTARY, com o objetivo de facultar formação em liderança a jovens timorenses, na faixa etária dos 19-27 anos. Anualmente, a RYLA-TL organiza um programa com a duração de uma semana para 85-100 participantes, com o propósito de formar jovens timorenses na área de liderança e competências para

a vida, trabalho em equipa, comunicação e motivação. De 2016 a 2018, um programa de estágio de três meses para 21 jovens tem sido igualmente organizado anualmente. Desde 2019, a duração do estágio aumentou para seis meses abrangendo 15 jovens, com a realização de destacamentos e estágios em Organizações Não Governamentais locais em Timor-Leste. Em setembro de 2020, a TIMOR GAP fez parte do painel que efetuou as entrevistas para

a seleção dos candidatos ao programa de formação em liderança.

A TIMOR GAP participou igualmente na Conferência RYLA-TL 2020 que decorreu em outubro e celebrou o lançamento do programa de 2020, conferência

em que também participaram o anterior Presidente de Timor-Leste e laureado com o Prémio Nobel da Paz, Dr. José Ramos Horta, o Comandante do Exército timorense, General Lere Anan Timur, e o representante da Woodside.



Figura 5-16: Conferência da RYLA-TL em 2020

A RYLA-TL organiza igualmente programas de serviços comunitários centrados na liderança e resolução de conflitos, plantação de árvores e atividades ambientais, doação de sangue, e outras atividades voltadas para a juventude. A 21 de novembro de 2020, a TIMOR GAP, acompanhada pela ANPM e Woodside, visitou o programa de serviço comunitário gerido pela RYLA-TL, com o apoio da *Joint Venture* do Sunrise, em Valu-Sere, Tutuala, Município de Lautém, um programa que protege e assegura uma resposta de emergência com o objetivo de salvar os

animais selvagens na Ilha de Jaco. Em cooperação com os pescadores locais, o programa procura fornecer água potável aos veados selvagens e a outros animais que habitam a ilha e que se encontram em risco de sobrevivência devido à estação seca prolongada. A viagem ao local do programa permitiu a recolha de dados para elaborar um mapa de potenciais recursos hídricos subterrâneos existentes na ilha e, posteriormente, após a devida seleção, prevê-se que seja feito um furo no terceiro trimestre de 2021.



Figura 5-17: Programa de Proteção da Vida Selvagem da RYLA-TL em Jaco (à esquerda); Equipa da TIMOR GAP (à direita)

5.4. Tecnologias de Informação e Comunicação

Em 2020, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) da TIMOR GAP depararam-se com inúmeros desafios devido à pandemia mundial da Covid-19. Apesar das limitações, as TIC da TIMOR GAP são essenciais para o plano de desenvolvimento da empresa ao prestar, na medida do possível, serviços digitais eficientes e produtivos. A manutenção de apoio, atualização e aquisição de *hardware* e *software* de elevada qualidade para satisfazer as necessidades de todas as áreas de negócio, especialmente o *upstream*, em particular o departamento de Geologia & Geofísica (G&G) e o departamento de Engenharia de Reservatórios. No último trimestre do ano de 2020, a Unidade de Negócios *Upstream* da TIMOR GAP, nomeadamente, os departamentos de G&G e Engenharia de Reservatórios, alterou a categoria das licenças de módulos autónomos em uso para a licença flutuante, permitindo ao servidor petro-técnico gerir eficazmente a utilização dos principais módulos.

Em paralelo, a TIMOR GAP continuou a reforçar o seu Sistema de Gestão de Informação, com particular foco no Sistema de Planeamento de Recursos Empresariais (*Enterprise Resource Planning* ou ERP), denominado de SAP ERP. A TIMOR GAP reconhece que a transformação e atualização contínua é fundamental a uma eficaz adaptação às mudanças dinâmicas nos negócios digitais. A atualização do sistema para SAP S4 HANA a partir do atual sistema ERP é crucial. Estamos fortemente empenhados na contínua melhoria do nosso sistema e em impulsionar o nosso desempenho empresarial, de modo a cumprir com as melhores práticas aplicáveis à indústria do petróleo e gás. A recém-reestruturação da Administração e da organização surtiu um impacto em alguns dos processos da empresa, contudo, tal é viável na medida que um novo processo de *retrofit* está a decorrer de modo contínuo para ajustar as configurações e viabilizar a acomodação das recentes mudanças.

O sistema de rede é um dos principais componentes das TIC, o que permite à TIMOR GAP estabelecer ligação, comunicar e partilhar os seus valores empresariais com os seus principais stakeholders e parceiros de negócios no seu campo de atuação. A utilização da *Internet* é fundamental no apoio primário das nossas necessidades de comunicação, tais como, o correio eletrónico, partilha de dados e, principalmente, reuniões virtuais online. Estamos empenhados em atualizar a velocidade da *Internet* para um padrão máximo de velocidade e em satisfazer as necessidades de comunicação empresariais, sem alterar significativamente os custos. Além disto, a TIMOR GAP prepara-se para alterar a atual plataforma do sistema de correio eletrónico da IBM Domino para a Microsoft 365

na *cloud*, com o propósito de reduzir potenciais riscos na troca de correspondência eletrónica e perda de dados.

À medida que aumentam as ameaças e ataques na *Internet*, a TIMOR GAP procura igualmente soluções mais eficientes e inovadoras de modo a consolidar o seu sistema de segurança de rede para, como último recurso, salvaguardar a informação e os dados da empresa. Na sequência do relatório da Auditoria de Segurança de TIC, concluído em 2019 pela consultora externa COMPNET Indonésia, a equipa de TIC conseguiu identificar novas tecnologias e critérios para ajustar uma nova configuração de rede de modo a apoiar a segmentação da mesma e melhorar, em geral, a segurança e o desempenho da rede.

Além do exposto *supra*, o departamento de TIC da TIMOR GAP está totalmente empenhado e pretende prestar apoio de elevada qualidade na implementação do Sistema de Gestão de Informação, e apoiar a aplicação de normas e gestão, de forma profissional, dos dados e ativos da empresa. Por conseguinte, a TIMOR GAP implementou com sucesso o conjunto de ferramentas ISO 27001, que apoia a equipa de TIC no desenvolvimento de políticas e procedimentos padrão ao aprovar e instalar progressivamente o Sistema de Gestão de Segurança de Informação.

Rumo ao futuro, a TIMOR GAP está focada em apoiar o seu Sistema de Informação Geográfica (SIG) com o intuito de elaborar uma base que permita a instalação da Política e Governo de Dados, com o intuito de estabelecer uma gestão centralizada de dados espaciais e fornecer serviços associados ao SIG quando requerido pelas unidades de negócio da TIMOR GAP.

Schlumberger Software	IBM
IHS Markit	AUTOCAD
PETROSYS	SAP
aspentech	Microsoft
esri	kaspersky
	CurrentWare

Tabela 5-1: Principais softwares utilizados na TIMOR GAP, a nível técnico (coluna esquerda) e corporativo (coluna direita)

5.5. Departamento Jurídico

Durante o exercício financeiro de 2020, a equipa jurídica era constituída por três advogados, um assessor comercial, um analista jurídico e um assessor de governação corporativa, este último com acumulação de funções jurídicas. O escritório de advogados da Miranda foi contratado em várias fases e incumbido, pela TIMOR GAP,

de prestar aconselhamento comercial relativo a vários assuntos. As principais responsabilidades da equipa jurídica consistem em redigir contratos, supervisionar os Contratos de Partilha de Produção (CPP), participar em negociações com várias Partes sobre parcerias e preparar os respetivos CPP.

5.6. Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente

Os valores e princípios de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente (QHSE, na sigla em inglês) estão na vanguarda das prioridades da TIMOR GAP, permanecendo de particular importância nas nossas operações e atividades de negócio. Adotámos estes valores e uma mentalidade vol-

tada para a segurança, formando o núcleo da abordagem da TIMOR GAP às suas operações diárias, planeamento e execução de projetos, prestação de serviços, ambiente de trabalho entre os colaboradores e responder a crises de saúde externas, tais como, a pandemia da Covid-19.



Um ambiente de trabalho seguro é um ambiente de trabalho produtivo.



SEGURANÇA EM PRIMEIRO LUGAR

O QHSE desempenhou um importante papel durante a fase inicial e a atual situação da pandemia mundial, Covid-19. De modo que o escritório da TIMOR GAP permanecesse um ambiente seguro para os colaboradores e para receber parceiros de negócio, a empresa introduziu várias medidas de prevenção em conformidade com

as diretrizes do Governo e da Organização Mundial de Saúde (OMS) e, quando estes procedimentos e medidas de prevenção são colocados em vigor, proporcionam a segurança necessária às instalações da TIMOR GAP, tranquilizando ambos os trabalhadores e visitantes. Enquanto o país continua a lutar contra a ameaça contínua

da Covid-19, a TIMOR GAP, através do departamento de QHSE, continuará atentamente a acompanhar a atualização da situação em curso e estará preparada para responder a qualquer mudança, com o intuito de manter seguros os seus colaboradores e o ambiente de trabalho.

O nosso departamento de QHSE atua ativamente na prossecução da implementação e acompanhamento dos critérios de QHSE, tendo desenvolvido, para este efeito, o Plano de Ação para o período de 2019-2021, definindo o caminho a seguir a fim de se alcançar os objetivos e metas estratégicas da TIMOR GAP. Este Plano de Ação inclui os objetivos de QHSE destinados a promover as boas normas e práticas para proteger os colaboradores, o meio ambiente e o património da empresa; para gerar capital humano detentor de conhecimento e competências para

promover a saúde e a segurança; e para alterar da cultura da empresa de Patológica ou Reativa para Ponderada.

Considerando a máxima prioridade de QHSE para atingir os objetivos da empresa, QHSE desempenha um importante papel e responsabilidade como parte integral das atividades da TIMOR GAP e, em 2020, com o propósito de cumprir os Objetivos, Metas e Programas definidos para este ano, o departamento continuou a implementar programas e a colaborar ativamente com as unidades de negócio; a supervisionar e acompanhar as atividades da empresa; a realizar a auditoria interna e externa para o Sistema Integrado de Gestão; assim como a executar atividades regulares, tais como, inspeção de equipamentos de segurança e *briefings* em segurança. Estas atividades são descritas em seguida.

5.6.1. Sistema Integrado de Gestão



Figura 5-18: Logótipo do Sistema Integrado de Gestão da TIMOR GAP

O Sistema Integrado de Gestão da TIMOR GAP foi reconhecido com a atribuição da certificação da Organização Internacional de Normalização (International Organization for Standardization ou ISO) pela entidade certificadora internacional DNV GL Singapura. A TIMOR GAP é a primeira

empresa em Timor-Leste a ser distinguida com o certificado da ISO pelo seu Sistema Integrado de Gestão, através do qual o departamento de QHSE pode prestar total apoio ao trabalho das unidades da TIMOR GAP a fim de garantir a sua qualidade; a segurança dos colaboradores; a proteção dos ativos e propriedades da empresa; e o mínimo impacto dos projetos no meio ambiente.

de Gestão Ambiental; e ISO 45001:2018 do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho.

A fim de avaliar a eficácia da implementação do Sistema Integrado de Gestão e assegurar a sua contínua melhoria, a TIMOR GAP realiza anualmente auditorias internas e externas, verificando se a implementação dos Projetos e/ou Processos permanecem em conformidade com os requisitos das normas ISO. Uma auditoria interna foi realizada nos dias 23 a 24 de novembro de 2020, seguida de uma auditoria de vigilância/externa realizada no período de 9 a 11 de dezembro de 2020, com o intuito de avaliar e garantir que o sistema é continuamente sujeito a manutenção e melhorias e permanece em conformidade com os requisitos obrigatórios das normas ISO.

Desde a sua implementação em 2016, a TIMOR GAP manteve-se fiel ao compromisso de promover os mais elevados padrões a fim de garantir a qualidade e eficiência do seu trabalho. Em 2018, a TIMOR GAP adotou novas normas da ISO, nomeadamente, ISO 9001:2015 do Sistema de Gestão de Qualidade; ISO 14001:2015 do Sistema

Além das auditorias internas e externas, e como parte do compromisso da empresa com a melhoria e atualização contínua do seu Sistema Integrado de Gestão, a TIMOR GAP está, de momento, a rever os seguintes procedimentos do Sistema Integrado de Gestão: Procedimento de Planeamento, Monitorização de Desempenho, Medição e Reporte, Não Conformidade e Ação Corretiva, Procedimento de Documentação de Informação. Esta revisão visa identificar e ajustar os procedimentos e diretrizes do Sistema Integrado de Gestão com os critérios de QHSE.

5.6.2. Segurança e Saúde no Trabalho

A TIMOR GAP aderiu à filosofia “SEGURANÇA EM PRIMEIRO LUGAR”, colocando a segurança e bem-estar dos seus colaboradores em primeiro plano. Tal permaneceu de particular importância em 2020, uma vez que em resposta à pandemia global da Covid-19, a TIMOR GAP adotou um conjunto de medidas de prevenção que sal-

vaguardam a segurança e saúde dos colaboradores, e através disto, garantindo um ambiente de trabalho seguro e permitindo à empresa prosseguir com as suas operações, evitando situações de risco, e essencialmente, estando “Covid-secure”. Desinfetantes para as mãos e máscaras faciais foram disponibilizados aos colaboradores, imple-

mentada a distância de segurança, limitado o número de participantes em reuniões, medidas estas aplicadas de acordo com as diretrizes do Governo e da OMS.

Além do exposto *supra*, a TIMOR GAP continuou a identificar, avaliar, controlar e monitorizar as questões de saúde e segurança resultantes de várias atividades da TIMOR GAP, por meio de diversos procedimentos e diretrizes desenvolvidos de modo a proporcionar os processos necessários à avaliação e gestão de riscos, incidentes e acidentes, seja no escritório ou no campo e durante a

operação.

Através do seu trabalho, quer em operações de campo ou em atividades diárias, a TIMOR GAP atua em conformidade com o código de conduta aplicável à saúde e segurança, as melhores práticas aplicáveis à indústria do petróleo e gás, critérios do ISO, Código do Trabalho de Timor-Leste, nomeadamente, a Secção IV- Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, e quaisquer outras normas internacionais associadas à saúde e segurança.

Em consonância com isto, atividades regulares são desempenhadas diariamente pelo departamento de QHSE, tal como é descrito na tabela *infra*.

Atividades	Objetivos
Briefing de Segurança	Disponibilização prévia de informação de segurança para viagens de campo com o objetivo de maximizar a consciencialização em questões de segurança durante a viagem
Indução de Segurança	Facultada a visitantes da TIMOR GAP de modo a os informar sobre a disposição dos elementos de segurança no escritório, caso ocorrem situações de emergência
Inspeção de Equipamentos	Realização de inspeções a todos os veículos utilizados em viagens de campo e extintores de incêndio ao dispor do escritório da TIMOR GAP de modo a assegurar que se encontram em boas condições de funcionamento
Disponibilização de Estojos de Primeiros Socorros	Disponibilização de Estojos de Primeiros Socorros aos colaboradores que se deslocam ao distrito caso sejam necessários tratamentos médicos durante a viagem
Simulação de Situações de Emergência	Realização de simulações de situações de emergência conduzidas regularmente no escritório principal a fim de melhor preparar os colaboradores para quaisquer situações de emergência. A simulação ajuda a familiarizar os colaboradores com o plano de evacuação e as práticas de segurança
Medidas de Prevenção da Covid-19	Prevenção e sensibilização dos colaboradores no que concerne à pandemia mundial, incluindo a pronta disponibilização, nas instalações da TIMOR GAP, de desinfetante para as mãos e máscaras aos colaboradores e visitantes

Tabela 5-2: Atividades de rotina de QHSE na TIMOR GAP

A simulação de situações de emergência é essencial de modo a familiarizar os colaboradores com uma eficaz e coordenada evacuação em caso da ocorrência de emergências. A TIMOR GAP realiza, de acordo com o protocolo e procedimentos aplicáveis, simulações de situações de emergência nos seus escritórios no Timor Plaza. Contudo, devido às restrições em vigor associadas à pandemia, não se realizaram simulações durante 2020.

Inspeções às instalações e processos da empresa são realizadas regularmente, avaliando a eficiência da implemen-

tação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança. Em 2020, uma Inspeção de Saúde, Segurança e Ambiente foi realizada ao Posto de Abastecimento de Combustível do Suai, com a participação da ANPM, com o objetivo de verificar o cumprimento do Plano de Gestão Ambiental, Regulamentos do *Downstream*, Requisitos do Código do Trabalho e Procedimentos Operacionais Normalizados. A licença para o Posto de Abastecimento de Combustível e tanques de armazenamento de gásóleo encontra-se válida até 2021.



Figura 5-19: Briefing de segurança efetuado durante a visita de S. Exa. o Ministro do Petróleo e Minerais à TIMOR GAP

A TIMOR GAP cooperou igualmente com a ANPM na produção de vídeo educativo filmado no Posto de Abastecimento de Combustível da empresa no Suai. O propósito deste vídeo é educar e sensibilizar o público sobre o processo de licenciamento inerente aos postos de abastecimento de combustível e outras atividades e/ou negócios associados ao setor do petróleo.

No decurso do ano, foram igualmente realizadas inspeções às Instalações de Armazenamento de Com-

bustível de Aviação da TIMOR GAP no Aeroporto de Suai. Como parte dos critérios da ANPM, o departamento de QHSE presta apoio à elaboração dos Procedimentos de Emergência para às Instalações de Armazenamento de Combustível de Aviação do Suai, estabelecendo um conjunto de procedimentos para responder a situações de emergência possíveis de ocorrerem durante as operações. Estes procedimentos adotam o quadro de procedimentos de emergência OMEGA da Air British Petroleum.

5.6.2.1. Identificação de Perigos, Gestão de Incidentes/Acidentes e Primeiros Socorros

A Identificação de Perigos, Avaliação e Controlo de Riscos (*Hazard Identification, Risk Assessment and Control* ou HIRAC), Gestão de Incidentes/Acidentes e Primeiros Socorros são algumas das componentes utilizadas para gerir riscos de saúde e segurança de colaboradores e bens, e para avaliar o desempenho da empresa em termos de

Saúde, Segurança e Ambiente. Estas componentes fazem parte da implementação do Sistema Integrado de Gestão em todas as atividades da empresa. Detalhes sobre o desempenho da empresa em termos de Saúde, Segurança e Ambiente neste ano são apresentados *infra*.

Componentes	Objetivos	Aplicação em 2020
Identificação de Perigos, Avaliação e Controlo de Riscos (HIRAC)	O formulário HIRAC identifica riscos através de um processo de procura, reconhecimento e descrição de riscos no local de trabalho, para que possam ser analisados e avaliados previamente ao tratamento de modo a alcançar um nível de risco admissível. Esta ferramenta abrange questões de segurança, ambientais e de qualidade do processo ou atividade.	10 relatórios foram recolhidos este ano e tratados de forma atempada pelas unidades responsáveis, com as devidas medidas tomadas em conformidade.
Gestão de Incidentes/ Acidentes	Um relatório de Incidente/Acidente é elaborado quando um ferimento ou fatalidade associada ao local de trabalho ocorre ou poderia ter ocorrido, ou um evento indesejável resulta em ferimentos, perda de produção, danos de propriedade e/ou ambientais.	Nenhum relatório de incidente/acidente foi recolhido este ano.
Primeiros Socorros	Primeiros Socorros são prestados por socorristas com formação ou competências para o ato a outros colaboradores que se sintam indispostos ou sofram ferimentos no local de trabalho.	Nenhum tratamento de primeiros socorros ou assistência foi prestado durante este ano.

Tabela 5-3: Objetivos e aplicação em 2020 das componentes HIRAC, Incidente/Acidente e Primeiros Socorros

5.6.3. Sistema de Gestão Ambiental

A TIMOR GAP respeita a legislação em vigor e cumpre a sua responsabilidade em proteger o ambiente com a realização de estudos para todos os projetos sob o nosso portfólio, avaliando os seus potenciais impactos ambientais e sociais nas comunidades. Estudos de Impacto Ambiental (EIA) têm sido efetuados pela TIMOR GAP e parceiros em conformidade com os termos dispostos no Decreto-Lei n.º 5/2011, do Licenciamento Ambiental, o enquadramento jurídico que regula os impactos ambientais de projetos significativos em Timor-Leste.

O EIA identifica os principais impactos sociais, económicos e ambientais prováveis que surjam durante a construção e operação dos projetos, avalia os impactos ambientais qualitativos do projeto em recetores sensíveis incluindo as comunidades, e prescreve medidas de gestão e mitigação de modo a minimizar possíveis impactos adversos. O EIA produz dois documentos independentes: a Declaração de Impacto Ambiental (DIA) e o Plano de Gestão Ambiental (PGA), os quais são submetidos à autoridade ambiental para avaliação. A Licença Ambiental é concedida após a aprovação da DIA e PGA pelas autoridades ambientais.

Na qualidade de Dona do Projeto, a TIMOR GAP seguiu rigorosamente todos os requisitos necessários ao pro-

cesso do EIA, tais como, a consulta e socialização com os relevantes *stakeholders*, a realização de uma reunião aberta, discussões de grupo, levantamentos ou apresentações, entre outros. Relativamente ao Projeto Tasi Mane, a prorrogação da Licença Ambiental da Base Logística do Suai foi solicitada e o processo encontra-se atualmente a decorrer. Como parte deste processo, o projeto do Aeroporto de Suai foi separado do projeto da Base Logística do Suai no que concerne à atribuição da licença em questão. Tal é solicitado na medida que o Aeroporto está concluído e sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, e as suas operações estão sob a supervisão da Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL, E.P.).

Além do Projeto Tasi Mane, a TIMOR GAP, como fase inicial da implementação de qualquer projeto, realiza avaliações ambientais no local de modo a identificar e avaliar potenciais impactos ambientais e perigos nas áreas circundantes. As avaliações ambientais dos novos postos de abastecimento de combustível previstos para Díli, Lautém, Baucau e a Região Administrativa Especial de Oecússi-Ambeno, foram conduzidas no quarto trimestre de 2020 e os relatórios submetidos à consideração da Administração.



Impulsionando o desenvolvimento
com respeito pelo meio ambiente.



6. Governação



6.1. Enquadramento Jurídico

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 31/2011, de 27 de julho, a TIMOR GAP - Timor Gás & Petróleo, Empresa Pública (TIMOR GAP, E.P.) é estabelecida com a finalidade de deter e gerir, com um enquadramento e princípios de natureza empresarial, os ativos de propriedade do Estado de Timor-Leste no setor do petróleo atribuídos por lei. A TIMOR GAP, E.P. rege-se pelo *supra* Decreto-Lei, pelos seus Estatutos, pelos regulamentos internos e, subsidiariamente, pelo Decreto-Lei n.º 14/2003, de 24 de setembro, e pelos demais regimes jurídicos aplicáveis ao setor empresarial do Estado.

Enquanto empresa pública, a TIMOR GAP é tutelada pelo Ministro do Petróleo e Minerais, o órgão da administração direta do Estado responsável pela tutela do setor do petróleo. Não obstante da natureza autónoma da TIMOR GAP, E.P., todas as atividades empresariais e orientação estratégica da empresa devem estar alinhadas com as orientações e objetivos do Governo para o setor, fixados pelo órgão de tutela.

A empresa é composta pelos seguintes órgãos: a) Conselho de Administração; b) Direção Executiva; e c) Conselho Fiscal.

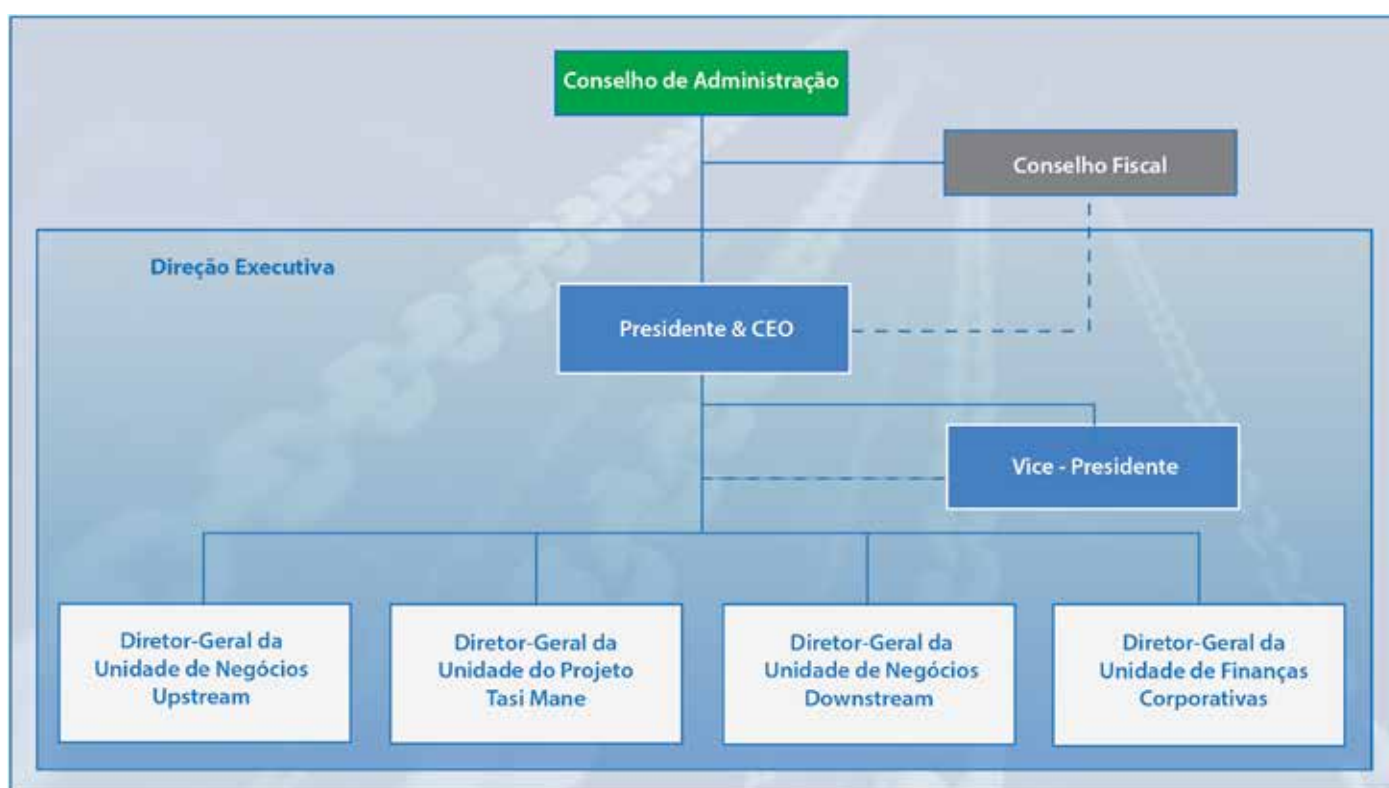


Figura 6-1: Organograma da TIMOR GAP, E.P.

O Conselho Fiscal é composto por três membros nomeados por Diploma Ministerial conjunto do Ministério das Finanças e do membro do Governo responsável pelo setor do petróleo para um mandato de 3 (três) anos, renovável por uma única vez. Desde a criação da TIMOR GAP em 2011, o Conselho Fiscal ainda não foi estabelecido. O Ministro do Petróleo e Minerais, como membro do Governo

responsável pela supervisão das atividades e funcionamento da TIMOR GAP, está empenhado em estabelecer o Conselho Fiscal em 2021.

A missão, competência e membros do Conselho de Administração e da Direção Executiva são descritos *infra*.

6.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão máximo da TIMOR GAP, responsável por definir diretrizes, políticas e pela gestão.

O Conselho de Administração da TIMOR GAP é composto

por um Presidente e quatro outros membros. O Presidente do Conselho de Administração é nomeado pelo membro do Governo responsável pelo setor do petróleo, mediante aprovação do Conselho de Ministros. No que concerne aos outros membros, o Ministro das Finanças nomeia um

membro para representar o Ministério das Finanças e cabe ao membro do Governo responsável pelo setor do petróleo nomear e exonerar os restantes membros. O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de 4 (quatro) anos, sendo permitida a renovação por iguais períodos.

Em julho de 2020, o Sr. António de Sousa, que previamente desempenhou a função de membro do Conselho de Administração desde 2011 e o cargo de Vice-Presidente desde 2014, substituiu o Sr. Francisco Monteiro na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Direção Executiva (*Chief Executive Officer ou CEO*). A nomeação do Sr. António de Sousa foi aprovada pelo Ministro do Petróleo e Minerais através do Despacho n.º 05/GMPM/VII/2020, de 8 de julho, em conformidade com o qual, o Sr. António de Sousa foi nomeado Presidente e CEO da TIMOR GAP por um mandato de 4 (quatro) anos, válido até julho de 2024.

Logo após a nomeação do Sr. António de Sousa para o cargo de Presidente e CEO da TIMOR GAP, e à luz da nova reestruturação do Conselho de Administração da TIMOR GAP delineada com o intuito de instaurar uma nova dinâmica na política do setor petrolífero, novos membros do Con-

selho de Administração foram igualmente nomeados em julho de 2020, nomeadamente: a) Sr. Gabriel de Oliveira; b) Sr. Amandio Soares; e c) Sr. Francelino Boavida. Todos os membros do Conselho de Administração foram devidamente nomeados através dos Despachos n.º 06/GMPM/VII/2020; 07/GMPM/VII/2020 e 08/GMPM/VII/2020, respetivamente, por um mandato de 4 (quatro) anos, em vigor até julho de 2024. O quarto membro do Conselho de Administração, Sr. Carlito Gama, foi nomeado em 17 de setembro, por meio da carta do Ministro das Finanças, referência n.º 149GM/VIII/GM-MF/2020-09, por um igual mandato de 4 (quatro) anos.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 31/2011, o Conselho de Administração é responsável pela direção e gestão da empresa, competindo-lhe, entre outras, as seguintes funções: a) definir a orientação geral dos negócios da TIMOR GAP e aprovar estratégias, planos plurianuais, orçamentos, bem como aprovar a participação em operações petrolíferas, projetos relacionados, participação em Contratos de Partilha de Produção e constituição de subsidiárias; b) definir as políticas globais (comercial, financeira, de investimentos, de meio ambiente, de recursos humanos); e c) nomear e supervisionar a Direção Executiva.

6.3. Direção Executiva

A Direção Executiva da TIMOR GAP é o órgão corporativo que exerce a gestão das atividades correntes da empresa, de acordo com a sua missão, objetivos, estratégias e diretrizes aprovadas do Conselho de Administração. A Direção Executiva é constituída pelo Presidente da Direção Executiva (CEO, na sigla em inglês), que é o Presidente do Conselho de Administração por inerência dessa função, pelo Vice-Presidente e os Diretores Gerais das Unidades de Negócio da TIMOR GAP. A Direção Executiva é presidida

e liderada pelo Presidente & CEO.

O Conselho de Administração é responsável por nomear os membros da Direção Executiva, por prazo de gestão não superior a 4 (quatro) anos, sendo permitida a recondução. No dia 24 de julho de 2020, o Conselho de Administração aprovou a nova estrutura organizacional e nomeou os novos membros da Direção Executiva, tal como é apresentado na Figura 6-2.

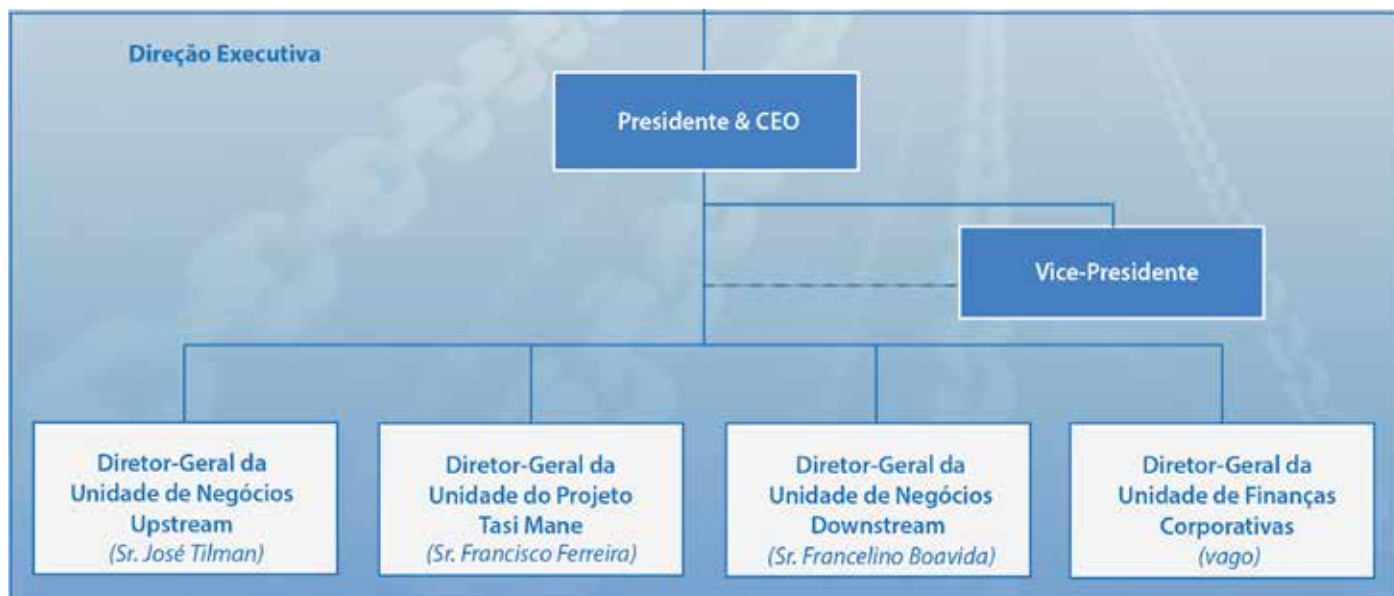


Figura 6-2: Nova estrutura e membros da Direção Executiva

Na secção seguinte são sucintamente apresentados os membros do Conselho de Administração e da Direção Executiva da TIMOR GAP.



Sr. António de Sousa

Presidente & CEO

O Sr. António de Sousa licenciou-se em 1998 em Engenharia Mineira pela ITB, Bandung, Indonésia, especialização em Mecânica de Rochas e, em 2007, obteve um Mestrado em Engenharia do Petróleo pela NTNU, Trondheim, Noruega – Especialização em Engenharia de Jazidas/Simulação. O Sr. Sousa detém uma longa carreira com mais de 20 anos de experiência profissional na área do petróleo e gás e é especializado em Engenharia de Jazidas/Simulação, geomecânica, gestão, e definição de políticas sectoriais. Desempenhou a função de Engenheiro de Jazidas/Simulação, no *North Sea Non Operated Assets, Subsurface Department*, Premier Oil Plc na Escócia, Reino Unido, e de Engenheiro de Geomecânica e de Simulação de Reservatórios, nos Serviços de Consultoria de Dados (DCS) da Schlumberger, em Paris, França. O Sr. Sousa desempenhou a função de Comissário de Timor-Leste para a Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto (ADPC) e de Comissário Suplente de Timor-Leste do Greater Sunrise, entre o período de 2007 e 2008. Logo após o estabelecimento da TIMOR GAP em 2011, foi nomeado membro do Conselho de Administração da empresa e, posteriormente, em setembro de 2014, indicado ao cargo de Vice-Presidente. Em julho de 2020, o Sr. Sousa foi nomeado Presidente & CEO da TIMOR GAP.



Sr. Gabriel de Oliveira

Membro do Conselho de Administração

O Sr. Gabriel de Oliveira detém uma Licenciatura em Ciências de Geologia, pelo Instituto de Tecnologia de Adhi Tama Surabaya (ITATS), e um Mestrado em Geologia, pela Universidade de Évora, Portugal, com especialização em Geociências, concluído em 2009. O Sr. Oliveira detém um ano de experiência como Chefe de Laboratório da Secretaria de Estado dos Recursos Naturais (SERN) de Timor-Leste e mais de oito anos de experiência como professor universitário e Chefe do Departamento de Geologia e Petróleo, na Universidade Nacional Timor Lorosaê. Em 2020, o Sr. Oliveira assumiu o papel de Presidente do Instituto de Petróleo e Geologia, Instituto Público (IPG, I.P.).



Sr. Carlito Gama

Membro do Conselho de Administração

O Sr. Carlito Gama é licenciado em Economia pelo Institute of Business (IOB), Timor-Leste, e detém um Mestrado em Administração Pública, Especialização em Finanças pela Universidade de Brawijaya, Malang, Indonésia. O Sr. Gama detém mais de 19 anos de experiência profissional na área de finanças, tendo iniciado a sua carreira no Ministério das Finanças em 2002, como Chefe Regional de Cobrança de Impostos no Município de Baucau, progredindo, em 2011, para Chefe da Secção de Processamento de Pagamentos, da Direção-Geral do Tesouro. Desempenha, desde 2017, as funções de Chefe de Departamento de Pagamentos. Em 2020, o Sr. Gama foi nomeado Membro do Conselho de Administração da TIMOR GAP. Infelizmente, o Sr. Gama faleceu recentemente.



Sr. Amandio Soares
Membro do Conselho de Administração

O Sr. Amandio Soares graduou-se em 2005 com uma Licenciatura de Ciências Aplicadas em Geologia do Petróleo, especialização em Análise de Fácies (Análise de Bacias), pela Universidade de Padjadaran, Bandung, Indonésia. O Sr. Soares detém mais de 20 anos de experiência no setor do petróleo e gás, com uma vasta carreira no Ministério de tutela do setor petrolífero, desempenhando a função de Diretor Nacional, Geólogo Sénior e Assessor. Antes de ingressar na TIMOR GAP, o Sr. Amandio Soares ocupou o cargo de Geólogo Sénior no Ministério do Petróleo e Minerais, tendo sido posteriormente nomeado Assessor Sénior do Ministro do Petróleo e Minerais. O Sr. Soares juntou-se à TIMOR GAP em agosto de 2020, na qualidade de Membro do Conselho de Administração e Assessor Principal e Relações com o Governo da empresa.



Sr. Francelino Boavida
Membro do Conselho de Administração e Diretor-Geral,
Unidade de Negócio *Downstream*

O Sr. Francelino Boavida licenciou-se em 2011 em Negócios (*Major* em Negócios Internacionais e *Minor* em *Marketing* Aplicado), pela Universidade de Sunshine Coast, Queensland, Austrália. Foi-lhe atribuído, durante o seu último ano académico, um Prémio de Excelência pelo Desenvolvimento do Plano de Exportação para uma empresa australiana de revestimento de tanques. O Sr. Boavida detém vários anos de experiência profissional junto de instituições internacionais, tais como, o Banco Mundial - GTZ e USAID. Desempenhou funções como Formador Técnico e Especialista em *Marketing* durante 6 (seis) anos e, posteriormente, deteve a responsabilidade de Consultor de Desenvolvimento de Negócios para o contratante DAI do Projeto de Desenvolvimento do Setor Privado da USAID. O Sr. Francelino Boavida juntou-se à TIMOR GAP em 2012, como Analista Júnior de Fretamento (*Chartering*), progredindo profissionalmente ao longo dos anos na empresa. O Sr. Boavida tornou-se Líder da Equipa de *Trading & Marine Chartering* em 2014, e Gestor de Negócios & *Trading* em 2016. Desempenhou a função de Diretor-Geral Adjunto da South Horizon Offshore Services, Lda., liderando com sucesso a subsidiária na adjudicação do contrato de prestação de serviços de engenharia de *topside* para o Bayu-Undan. Em 2020, o Sr. Boavida foi nomeado Diretor-Geral da Unidade de Negócios *Downstream* e Membro do Conselho de Administração da TIMOR GAP.



Sr. José da Conceição
Vice-Presidente

O Sr. José da Conceição detém um Mestrado (*Degree of Master of Law, LLM*) em Direito e Política Internacional do Petróleo e Gás, pelo Centro de Direito e Política de Energia, Petróleo e Minerais da Universidade de Dundee, Escócia, Reino Unido. Detém igualmente um Mestrado (MDip) em Direito Comercial Internacional, pelo London College, Reino Unido. Em 2011, o Sr. José licenciou-se em Direito Comercial e em 2010 obteve o Diploma Nacional Superior BTEC em Direito pela Faculdade de Gestão de Solent, da Universidade de Southampton Solent, Reino Unido. Em 2008, o Sr. José concluiu um estudo avançado de VQ Nacionais em Engenharia Automóvel no Southampton City College, Reino Unido. O Sr. José detém uma vasta experiência profissional, incluindo cerca de 8 anos na qualidade de Analista Jurídico da Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto (ADPC), desempenhando funções para os Comissários de Timor-Leste da Comissão Conjunta da ADPC e da Comissão do Sunrise. O Sr. José trabalhou igualmente durante cerca de 9 anos para várias empresas no Reino Unido e foi igualmente professor do ensino superior, a tempo parcial, lecionando na área de *Marketing* e Comércio Internacional, no Instituto of Business de Dili (IOB). Em julho de 2020, o Sr. José foi nomeado Vice-Presidente da TIMOR GAP.



Sr. José Tilman

Diretor-Geral, Unidade de Negócios *Upstream*

O Sr. José Tilman detém um Mestrado em Engenharia do Petróleo, especialização em engenharia de reservatórios, pela Universidade de Stavanger, UiS - Noruega. O Sr. Tilman detém mais de 18 anos de experiência profissional na indústria do petróleo e gás, e mais de 9 anos de experiência na operação de equipamentos de produção *offshore*, em particular equipamentos de desidratação e processo a frio, equipamentos da cabeça de poço e fábricas de fracionamento. Desempenhou a função de técnico de operações mecânicas de 2003 a 2005, e de técnico de produção de 2005 a 2009, no Projeto Bayu-Undan Recycle, no Mar de Timor. O Sr. Tilman juntou-se à TIMOR GAP em 2012 e detém mais de 9 anos de experiência profissional na área de Pesquisa e Produção (setor *upstream*) da empresa. As principais funções que anteriormente desempenhou na TIMOR GAP incluem liderar e supervisionar as equipas de Perfuração, Desenvolvimento & Gestão de Reservatórios, e os departamentos de Apoio a Negócios da Unidade de Pesquisa & Produção. Outras funções consistem na realização de estudos de reservatórios para campos Bayu-Undan e Greater Sunrise, localizados no Mar de Timor, nomeadamente, no âmbito da otimização do cenário de desenvolvimento para o campo Greater Sunrise, assim como para o campo do Bayu-Undan após a cessação do Contrato de Partilha de Produção em 2022, um estudo integrado na gestão de recursos e estratégia de otimização. Atualmente, o Sr. José Tilman ocupa o cargo de Diretor-Geral da Unidade de Negócios *Upstream*, sendo responsável pela gestão, liderança, supervisão e coordenação dos projetos da empresa no *upstream*.



Sr. Francisco Ferreira

Diretor-Geral, Unidade do Projeto Tasi Mane

O Sr. Francisco Ferreira detém um Diploma em Engenharia do Petróleo, pelo Instituto Central de Tecnologia, na Austrália Ocidental, e uma Licenciatura em Engenharia do Petróleo, pelo Instituto de Tecnologia de Díli. O Sr. Ferreira detém mais de 15 anos de experiência profissional em instituições ligadas ao setor do petróleo e gás. Durante um período de 10 anos, desempenhou principalmente funções de funcionário de petróleo e gás no *onshore*, com o papel e responsabilidade de identificar e cartografar todos os afloramentos de petróleo e gás no *onshore*, participando igualmente no primeiro levantamento sísmico realizado no *onshore*; participou, em colaboração com Universidades e empresas internacionais de petróleo, no levantamento geológico e geofísico que abrangeu todo o território da ilha de Timor; e trabalhou anteriormente com a Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANPM), na qualidade de Analista *Downstream*, desempenhando o papel e a responsabilidade de assistir o Diretor a preparar as diretrizes e identificar oportunidades de negócio com o propósito de estabilizar os regulamentos associados às atividades *downstream*. O Sr. Francisco Ferreira detém mais de 8 anos de experiência a trabalhar diretamente no Projeto Tasi Mane, na função de analista do Sistema de Informação Geográfica (ou GIS, na sigla em inglês), sendo responsável por cartografar na íntegra o local do projeto na costa sul, liderando a Equipa Interministerial na realização da socialização; identificação de terras e propriedades; recolha, análise e publicação de dados; e assinatura dos contratos de terras e propriedades afetadas pelo projeto. Em agosto de 2020, o Sr. Francisco Ferreira foi nomeado Diretor-Geral da Unidade do Projeto Tasi Mane da TIMOR GAP.

6.4. Quadro de Governação

6.4.1. Plano Estratégico de Negócios da TIMOR GAP

Considerando o profundo impacto que a pandemia global da Covid-19 surtiu no panorama energético e na sequência das mudanças significativa a nível a Administração da empresa, a nova Direção Executiva está atualmente a rever e atualizar o Plano Estratégico de Negócios da TIMOR

GAP, de modo a estabelecer um cronograma mais realista para os seus projetos e programas, e incorporar igualmente os novos projetos criados pela nova Direção Executiva. O novo e revisto Plano Estratégico de Negócios deverá estar concluído em 2021.

6.4.2. Lei das Atividades Petrolíferas

A Lei n.º 13/2005 das Atividades Petrolíferas refere que no quadro do direito internacional, Timor-Leste goza de direitos de soberania relativos à pesquisa, exploração e gestão dos seus recursos naturais, incluindo os recursos petrolíferos. Todos os recursos petrolíferos existentes no subsolo do seu território, tanto *onshore* como *offshore*

pertencem ao Estado de Timor-Leste. Um dos objetivos desta Lei é assegurar a estabilidade e a transparência na regulação do desenvolvimento dos recursos petrolíferos. Por conseguinte, a Lei é complementada por requisitos de transparência.

6.4.3. Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero de Timor-Leste foi estabelecido através da Lei n.º 9/2005 do Fundo Petrolífero, com o intuito de contribuir para uma gestão sensata para benefício da geração atual e das gerações vindouras. O Fundo Petrolífero contribui para uma política fiscal sólida e será integrado no Orçamento Geral do Estado, devendo ser gerido de forma prudente e operar de modo aberto e transparente, no quadro constitucional e jurídico.

O Banco Central de Timor-Leste é o responsável pela administração do Fundo Petrolífero e o Ministério das Finanças é responsável pela sua gestão em geral e estratégia de investimento. O Comité de Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero emite pareceres de investimentos estratégicos ao Ministério das Finanças relativamente aos investimentos do Fundo Petrolífero.

6.4.3.1. Conselho Consultivo para o Fundo Petrolífero



Figura 6-3: Disseminação de informação sobre o Fundo Petrolífero, organizada pelo Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero em Lospalos (à esquerda) e em Covalima (à direita), com a participação da TIMOR GAP

Estabelecido através da Lei n.º 9/2005 do Fundo Petrolífero, o Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero presta assessoria ao Parlamento em matérias relativas ao desempenho e operação do Fundo Petrolífero e sobre se as dotações do Fundo Petrolífero estão a ser efetivamente utilizadas para benefício da geração atual e das gerações vindouras. O Conselho organiza regularmente *workshops* a fim de divulgar informações sobre a forma como o Fun-

do Petrolífero está a ser gerido e utilizado. Os *workshops* são realizados em todo o território nacional e a TIMOR GAP é uma presença regular na qualidade de oradora. Em 2020, a TIMOR GAP participou nos *workshops* realizados em Lospalos, a 4 de novembro, e em Covalima, a 24 de novembro, apresentando as atividades e projetos da empresa.

6.4.4. Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE)



Timor-Leste está empenhado na total transparência da contabilidade dos rendimentos provenientes dos recursos petrolíferos, os quais são a maior fonte de receitas do Orçamento Geral do Estado. O nosso compromisso com a transparência está patente na adesão à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE), a qual é uma aliança global de governos, companhias e grupos da sociedade civil colaborando na promoção de uma melhor transparência e gestão responsável das receitas dos recursos naturais. Uma maior transparência no modo como o país gere os seus recursos naturais, tais como o petróleo, gás, metais e minerais, permite assegurar que esses recursos beneficiam todos os cidadãos. Em 2008, Timor-Leste foi admitido como um candidato à implementação do ITIE e recebeu o Estatuto de Conformidade em 2010, o que significa que cumpre todos os requisitos das Normas

da ITIE.

As Normas do ITIE garantem a divulgação integral dos impostos e outros pagamentos efetuados pelas companhias de petróleo, gás e mineiras ao Governo. Tais pagamentos são divulgados num Relatório Anual da ITIE, o qual permite aos cidadãos ter conhecimento dos montantes recebidos pelo Governo provenientes dos recursos naturais do seu país. Timor-Leste elabora Relatórios Anuais da ITIE que divulgam as receitas derivadas da extração dos seus recursos naturais: as companhias divulgam o montante pago em impostos e outros pagamentos, e o Governo divulga o montante recebido.

6.4.4.1 TL-EITI

Timor-Leste está orgulhoso em ser o primeiro país do sudeste asiático e o terceiro no mundo a alcançar o Estatuto de Conformidade da ITIE. Em 2007, o Governo de Timor-Leste convidou a sociedade civil e a indústria a nomearem representantes de modo a formarem um Grupo de Trabalho de Intervenientes Múltiplos (*Multi-Stakeholder Working Group* ou MSWG). Após o seu estabelecimento, o MSWG constituiu o gabinete do Secretariado de TL-ITIE, que se encontra em funcionamento desde 2008 e está sob a tutela do anterior Ministério do Petróleo e Recursos Minerais e atual Ministério do Petróleo, com o objetivo de assegurar a transparência dos recursos provenientes o setor do petróleo e minerais e garantir o apoio administrativo e técnico ao MSWG.

Em junho de 2012, seis meses após o início das suas atividades, a TIMOR GAP tornou-se uma das poucas companhias nacionais de petróleo no mundo a apoiar a ITIE. A TIMOR GAP, enquanto empresa pública, participa nas reuniões mensais do grupo de trabalho com os relevantes intervenientes, tais como representantes do Governo (MP, ANPM, Banco Central de Timor-Leste e Ministério das Finanças), indústria petrolífera, sociedade civil e organizações internacionais. Este grupo de trabalho é responsável por discutir e aprovar, por unanimidade, os relatórios da TL-ITIE, elaborados pelo Administrador Independente selecionado por concurso público, os relatórios suplementares da ITIE, o plano anual e o relatório de

progresso. Após a sua aprovação pelo MSWG, os relatórios são publicados pelo Secretariado de acordo com a normas estabelecidas pelo Conselho Internacional da ITIE. Os relatórios publicados pretendem demonstrar de forma transparente os pagamentos feitos pelas companhias extrativas, bem como as receitas arrecadadas pelo Estado (reconciliação).

No decurso de 2020, a TIMOR GAP continuou a participar nas reuniões mensais do Grupo de Trabalho, abrangendo tópicos como a aprovação e publicação do 10º Relatório de Reconciliação do ITIE de Timor-Leste, o qual inclui informação sobre o Ano Fiscal de 2017. O relatório publicado foi elaborado pelo Administrador Independente, Ernst & Young Audit & Associados – SROC, SA, selecionado de acordo com as Normas do ITIE para 2016, e que contém informações importantes associadas à transparência dos setores do petróleo e minerais, bem como o anexo de modelos de recolha de dados financeiros adaptados a cada tipo de instituição.

Com este relatório, o MSWG abordou de forma considerável os desafios sentidos na implementação dos critérios do ITIE, o qual demonstra a aplicação das melhores práticas através da divulgação de informação desagregada ao reportar entidades, categorias de receitas e reporte do nível do projeto.

7. Comentários aos Resultados Financeiros



As demonstrações financeiras auditadas e consolidadas do grupo TIMOR GAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 encontram-se definidas *infra*. Trata-se do nono período de operações do grupo. A TIMOR GAP

adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ou IFRS) de modo a assegurar que o respetivo reporte é realizado com base num enquadramento de renome.

7.1 Subvenções

Durante o corrente exercício, o Governo atribuiu uma subvenção de \$15,227,966 (\$16,900,000 em 2019) para financiar as operações da companhia em 2020, incluindo

a realização de estudos associados à avaliação dos ativos e transações de apoio ao Estudo das Reservas do Greater Sunrise.

7.2 Receitas

O subsídio/subvenção do Governo consiste, desde o início das operações da TIMOR GAP, na principal fonte de rendimento da companhia. À semelhança dos exercícios anteriores, o subsídio do Governo no valor de \$15,227,966 (\$16,900,000 em 2019) constitui a maioria das receitas da TIMOR GAP no exercício de 2020. Embora a companhia dependa do subsídio do Governo para cobrir as despesas operacionais e não operacionais de projetos, a companhia registou igualmente rendimentos gerados internamente derivados do negócio de comercialização de combustível, cujas vendas de combustível totalizam \$147,914 (\$226,983 em 2019). A redução no volume de vendas do negócio de comercialização de combustível deve-se, principalmente, aos confinamentos decretados em Timor-Leste nos meses de março a maio de 2020, devido à pandemia da Covid-19.

O grupo procedeu à liquidação de uma das suas associadas, GAP-MHS Aviation, Lda., a qual foi dissolvida com efeitos à data de 22 de janeiro de 2020, e obteve o Certificado de Dissolução da Companhia pela Agência de Serviços. Todos os ativos físicos foram depreciados até atingir um valor nulo para efeitos comerciais e de tributação, e a titularidade desses ativos físicos transferida para a TIMOR GAP. Uma vez que a GAP-MHS Aviation, Lda. foi dissolvida, os remanescentes ativos foram distribuídos pelos acionistas na proporção da sua participação no capital próprio. Consequentemente, a TIMOR GAP recebeu um dividendo no valor de \$121,059, o qual foi contabilizado nas demonstrações financeiras individuais.

7.3 Contrato 1/2012

O Contrato 1/2012 diz respeito aos estudos de pré-viabilidade anteriormente concluídos e às opções de pre-*Front End Engineering Design* (pre-FEED) para o *design* das instalações marítimas de Beaço, Município de Viqueque, como parte do projeto de GNL. Em consulta com a SERN (Secretaria de Estado dos Recursos Naturais), a configuração do porto costeiro foi selecionada para o FEED ou a fase de projeto. O projeto será parte da Fábrica de GNL planeada e oferece-nos uma instalação marítima padronizada, a qual

inclui uma ponte-cais, instalação de carregamento de produtos, instalação de descarregamento de materiais, e um pontão de apoio aos gasodutos de transporte do GNL até ao equipamento de carregamento e um quebra-mar. Para além do projeto, foram realizados estudos meteo-oceanográficos para determinar o ambiente físico circundante, tanto do ponto de vista meteorológico como oceanográfico. O contrato foi concluído em 2019 e não tem impacto nas demonstrações financeiras do exercício de 2020.

7.4 Contrato 2/2012

O Contrato 2/2012 diz respeito ao estudo das instalações da refinaria, nomeadamente, o FEED da refinaria de Betano. O objetivo deste projeto corrobora a visão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo de Timor-Leste na obtenção de um maior valor acrescentado a partir do petróleo produzido.

- Estudo de Impacto Ambiental e Avaliação de Impacto Social da refinaria de Betano;
- Estudos do terreno;
- Estudos e trabalhos no terreno;
- Estudo de mercado.

O contrato é constituído por cinco principais componentes que incluem o seguinte:

- FEED da refinaria de Betano – que inclui o ISBL e o OSBL, oleoduto, a estrutura da ponte-cais que auxiliará o funcionamento das infraestruturas da refinaria (precisão de 15%-20%);

No exercício corrente não foram recebidos fundos adicionais do Governo de Timor-Leste para estes projetos, uma vez que o valor total do contrato, com a respetiva dedução dos impostos de retenção na fonte, foi recebido em 2012 e 2013. Durante 2020, não foi incorrido qualquer custo com os projetos.

A comissão contratual fixa por serviços do projeto é apenas reconhecida como um rendimento com base na percentagem dos custos incorridos até à data comparando com o custo total estimado. Contudo, uma vez que ambos os projetos estão atualmente concluídos, um rendimento ou *unearned income* de \$56,810 reportado no exercício finan-

ceiro de 2019, é agora reconhecido como rendimento nas demonstrações financeiras durante o exercício de 2020.

No final do exercício, o remanescente dos fundos no valor de \$835,233 (\$891,983 em 2019) foi registado como passivo sob outros passivos correntes.

7.5 Despesas com Projetos

Os principais projetos com os quais a TIMOR GAP incorreu em despesas durante este período incluem:

- ACDP & Negociações do Greater Sunrise
- Otimização do TLNG Greater Sunrise
- Otimização do Projeto da Refinaria de Betano
- Desenvolvimento dos recursos humanos para o TLNG
- Projeto de re-desenvolvimento do Bayu-Undan
- Outras subsidiárias de negócios no *upstream*
- Projeto de terras & propriedades de Beaçó
- Projeto do posto de abastecimento de combustível - estudos
- Projeto da Refinaria
- Base Logística do Suai
- Projeto do Aeroporto do Suai
- Gestão de dados & infraestruturas de TI do *upstream*
- Projeto de avaliação dos ativos e transações de apoio
- Posto de abastecimento de combustível de venda a retalho
- Fornecimento e comercialização de combustível

Estes projetos foram apresentados em detalhe nas Secções 2 a 5 do presente relatório.

7.6 Resultados Financeiros

7.6.1 Lucro/Perda do Exercício

O lucro/perda operacional da companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ascendeu a um montante de \$6,290,538 (\$215,919 em 2019) e o total do lucro/perda da TIMOR GAP é de \$5,457,910 (\$181,637 em 2019). O ligeiro aumento no lucro operacional da companhia no exercício financeiro de 2020 é devido à redução dos custos com despesas de projetos, particularmente para os projetos do Greater Sunrise, ao contrário do que se verificou nos exercícios anteriores.

Na base do grupo, o lucro/perda operacional para o exercício findo a 31 de dezembro de 2020 foi de -\$698,142,082 (-\$4,401,657 em 2019), diminuído pelo lucro/(perda) em venda/dissolução de empreendimento conjunto no resultado de -\$6,012 (-\$74,955 em 2019), o que resultou num lucro/(perda) antes de impostos de -\$698,148,094 (-\$4,476,612 em 2019) na base do grupo. O lucro/(perda) na base do grupo é ainda diminuído pelo total das despesas fiscais, incluindo gastos com o imposto

sobre o rendimento e custos com impostos diferidos, no valor de -\$832,628 (-\$2,609,168 em 2019). A companhia descapitalizou os seus ativos intangíveis em desenvolvimento com base no método de avaliação de fluxos de caixa descontados ao mercado justo, o que resultou em perdas no exercício financeiro de 2020.

A companhia apresenta agora um capital próprio de \$15,990,736 (\$10,532,826 em 2019) e ao nível do grupo o capital próprio é de -\$702,064,682 (-\$3,083,960 em 2019). No decorrer do exercício, os outros rendimentos gerados pela companhia através do negócio de comercialização de combustível no Suai ajudaram ligeiramente a exceder as despesas operacionais da companhia. Os resultados acumulados da companhia em 31 de dezembro de 2020 são de \$13,490,736 (\$8,032,826 em 2019).

As principais categorias de despesas operacionais incorridas encontram-se definidas *infra*.

7.6.1.1 Despesas de Imparidades

No decorrer do exercício corrente, o valor contabilístico dos ativos intangíveis em desenvolvimento das Companhias Subsidiárias (Grupo Greater Sunrise) foi avaliado pela Administração, através de um avaliador independente, com o objetivo de determinar a existência de qualquer in-

dicação de imparidade. De acordo com a norma IAS 36 – Imparidade de Ativos, a quantia recuperável de um ativo é a mais alta entre o seu Justo Valor, menos os Custos de Alienação e o seu Valor de Uso. Se o valor contabilístico do ativo exceder a sua quantia recuperável, o ativo é reduzido

à sua quantia recuperável e uma perda por imparidade é reconhecida na Demonstração de Resultados.

As perdas por imparidade para o exercício financeiro de 2020 foram desencadeadas por incertezas associadas ao regime fiscal e regulatório do Regime Especial do Greater Sunrise, incertezas dos Parceiros da *Joint Venture* quanto ao conceito de desenvolvimento necessário ao desenvolvimento comercial dos campos do Greater Sunrise, revisão dos preços do petróleo/gás a médio e longo prazo, margem de refinação que reflete os efeitos esperados do ambiente macroeconómico, pandemia da COVID-19 e princípios fundamentais da oferta e procura do mercado energético. As perdas por imparidade reconhecidas na demonstração de resultados totalizam \$673,566,114.

Para efeitos do teste de imparidade, os respetivos valores contabilísticos dos ativos intangíveis foram comparados com o seu valor de uso, uma vez que o Justo Valor menos o Custo de Alienação não pode ser determinado dada a ausência de qualquer transação equiparável no atual cenário económico pós-COVID-19. As projeções dos fluxos de caixa utilizados na determinação do valor de uso foram realizadas recorrendo-se às estimativas da Administração

para os preços de *commodity*, recursos contingentes, produção, mercado da oferta e procura, potenciais custos associados com as margens operacionais do produto, incluindo estimativa das margens de refinação e volume de produção previsto. Valores Presentes Líquidos são descontados a um Custo Médio Ponderado de Capital (*Weighted Average Cost of Capital* ou WACC) estimado de 13.55% por ano, a vários níveis de incerteza, em 31 de dezembro de 2020. Isto resultou em um Valor Presente Líquido negativo e, portanto, o montante total do ativo intangível está em imparidade.

Os pressupostos relativos aos preços do petróleo e gás aplicados no teste de imparidade foram revistos e, quando necessário, ajustados numa base periódica. As revisões incluem a comparação com as previsões e dados de mercado disponíveis que refletem os desenvolvimentos na procura, tais como, crescimento económico mundial, eficiência tecnológica, medidas políticas e, na oferta, a consideração do potencial de investimentos e de recursos, o custo do desenvolvimento de novas ofertas, e o comportamento dos principais detentores de recursos. Preços foram ajustados para prémios e descontos, com base na natureza e qualidade do produto.

7.6.1.2 Despesas com Depreciações e Amortizações

Durante o período, a TIMOR GAP efetuou benfeitorias em imóveis arrendados no valor de \$47,060 (\$0 em 2019) conforme estabelecido na Nota 10, e acréscimos de \$280,545 (\$147,293 em 2019) em *software* informático conforme estabelecido na Nota 10 das demonstrações financeiras. A TIMOR GAP adotou a IFRS 16 relativa às normas de contabilização de locações que prevê um único modelo de contabilização para o locatário e exige que o mesmo reconheça os ativos e passivos para todas as locações com um prazo superior a 12 meses, exceto se o ativo subjacente for um ativo de baixo valor. A TIMOR GAP, na qualidade de locatária, deve reconhecer o direito de uso do ativo representando o seu direito de usar o ativo locado subjacente e o passivo de locação que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos de renda. O valor inscrito para o direito de uso de ativo foi registado a \$2,004,407 em 31 de

dezembro de 2020.

Tal como estabelecido nas políticas contabilísticas, a TIMOR GAP adotou a depreciação e amortização pelo método das quotas constantes durante o período de vida útil do ativo desde o momento em que foram adquiridos e preparados para a primeira utilização. Durante 2020, a depreciação dos ativos tangíveis ascendeu o valor de \$157,226 (\$179,692 em 2019), e para o *software* informático a amortização para o exercício foi de \$285,590 (\$242,913 em 2019) e para o direito de uso de ativos foi de \$572,390 (\$496,626 em 2019). Os custos de amortização incorridos devem-se à capitalização parcial da licença de *software* no exercício de 2020, adquirida para a Unidade de Pesquisa & Produção em 2019.

7.6.1.3 Custos/Despesas com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2020, a TIMOR GAP contava com 134 colaboradores no seu quadro de pessoal (131 colaboradores em 2019). Os custos com o pessoal aumentaram de \$2,962,659 em 2019 para \$4,422,850 no exercício financeiro de 2020. A companhia reconheceu a provisão da Compensação por Tempo de Serviço, em conformidade com o disposto no artigo 56º da Lei do Trabalho de Timor-Leste, que estipula que, “*em caso de cessação do con-*

trato de trabalho, o trabalhador tem direito a uma compensação por tempo de serviço no valor correspondente a 1 mês de salário por cada período de 5 anos de trabalho ao serviço do empregador”.

Isto resultou num aumento dos custos com pessoal no exercício financeiro de 2020, comparativamente ao exercício financeiro de 2019.

7.6.1.4 Despesas com Projetos

As despesas da companhia com projetos foram maioritariamente para cobrir honorários de consultoria acumulados para projetos, tais como, consultoria técnica e jurídica para Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP) e Negociações do Greater Sunrise, otimização do TLNG Greater Sunrise e otimização do projeto da Refinaria de Betano, nova área residen-

cial de Holbelis, projeto da autoestrada e do aeroporto do Suai, os quais são parte integrante do Projeto Tasi Mane. Além disso, as despesas com projetos estão igualmente previstas para o desembolso de despesas gerais de projetos e ligação com a comunidade no âmbito do Projeto Tasi Mane e de projetos da refinaria.

7.6.1.5 Outras Despesas

As “outras despesas” da companhia mais significativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, incluem os seguintes itens:

Especificação	Companhia	
	2020	2019
Despesas de formação & desenvolvimento profissional	73,548	107,410
Despesas com a renda do escritório	96,974	73,357
Despesas de telefone & internet	101,540	91,007
Viagens & despesas	94,916	136,445
Despesas associadas a reuniões do Conselho de Administração	2,500	24,310
Reparações & manutenção	347,529	411,375
Manutenção do escritório	55,102	100,640
Despesas gerais	148,443	128,511
Honorários de consultoria	1,425,242	1,992,987
Taxa de Superfície	-	-
Total	2,345,794	3,066,042

Os honorários de consultoria do exercício financeiro de 2019, incluídos como despesas de projetos nesse exercício, foram redefinidos como outras despesas no exercício financeiro de 2020. Os honorários de consultoria do exercício financeiro de 2020 ascenderam a \$1,425,242 (\$1,992,987 em 2019), concernentes a consultores internos a prestar serviços no âmbito das operações gerais da companhia e referentes a consultores e contraentes da companhia não associados a projetos.

Viagens & despesas incluem despesas relacionadas com a participação em viagens de campo realizadas no âmbito da gestão e administração dos projetos do Tasi Mane. Estas viagens incluem atividades como ligação com a comunidade, apuramento

de títulos de terras e propriedades pela equipa interministerial, etc. Adicionalmente, a rubrica Viagens & despesas cobre igualmente várias atividades de desenvolvimento de competências, participação em *workshops* e conferências, reuniões, assim como outras solicitações oficiais do Governo para fins específicos. As Despesas Gerais dizem respeito a despesas com eletricidade, contratação de serviços externos, equipamentos menores, promoção da organização e outras despesas diversas.

Em linha com o mandato da TIMOR GAP para criar atividades de negócio, os custos da Companhia Nacional de Petróleo na persecução do desenvolvimento da indústria do petróleo e gás são muitas vezes imprevisíveis.

7.7 Tributação

A TIMOR GAP está sujeita à Lei Tributária de 2008. No exercício de 2020, a companhia estimou gastos com impostos sobre o rendimento no valor de \$755,917 (\$189,248 em 2019).

No decurso do exercício, a companhia pagou atempadamente à Autoridade Tributária de Timor-Leste os impostos retidos na fonte no valor de \$723,660 (\$915,688 em 2019), principalmente deduzidos dos salários e vencimentos pagos aos colaboradores, pagamentos da renda e pagamentos a fornecedores não-residentes, de acordo com as taxas aplicáveis mencionadas no Decreto-Lei de Timor-Leste. A companhia reconheceu um imposto retido na fonte devido no valor de \$51,121 (\$143,586 em 2019), o qual foi deduzido após o fecho do exercício de 2020. As contribuições não pagas para a segurança social são reconhecidas

como passivos no valor de \$321,431 no exercício de 2020. O grupo não pagou os impostos sobre o rendimento anual do exercício financeiro de 2017 até ao exercício financeiro de 2020. Este imposto sobre o rendimento em dívida é reconhecido como provisão sob o passivo corrente no balanço auditado no valor de \$1,587,773 a nível do grupo e no valor de \$1,392,039 ao nível da companhia, tal como é igualmente mencionado na tabela 23 das notas às demonstrações financeiras (Provisão para Imposto sobre o Rendimento). O grupo tenciona reavaliar as responsabilidades com o pagamento do imposto sobre o rendimento anual devido à Autoridade Tributária e pagar todos os impostos sobre o rendimento anual devidos no exercício financeiro de 2021, juntamente com quaisquer juros ou penalizações aplicáveis.

7.8 Demonstrações da Posição Financeira

7.8.1 Ativos Intangíveis em Desenvolvimento

O grupo celebrou, em 2019, um contrato com a ConocoPhillips e a Shell, da Austrália, com o propósito de adquirir os seus respetivos interesses participativos, totalizando um interesse participativo de 56.56% nos campos de petróleo do Greater Sunrise, por um valor total de \$651,677,390. O valor contabilístico dos ativos intangíveis em desenvolvimento das Companhias Subsidiárias (Grupo Greater Sunrise) foi avaliado pela Administração, através de um avaliador independente, com o objetivo de determinar a existência de qualquer indicação de imparidade. De acordo com a norma IAS 36 – Imparidade de Ativos, a quantia recuperável de um ativo é a mais alta entre o seu Justo Valor, menos os Custos de Alienação e o seu Valor de Uso. Se o valor contabilístico do ativo exceder a sua quantia recuperável, o ativo é reduzido à sua quantia recuperável e uma perda por imparidade é reconhecida na

Demonstração de Resultados. Em conformidade com o exposto anteriormente, as perdas por imparidade para o exercício financeiro de 2020 foram desencadeadas por incertezas associadas ao regime fiscal e regulatório do Regime Especial do Greater Sunrise, incertezas dos Parceiros da *Joint Venture* quanto ao conceito de desenvolvimento necessário ao desenvolvimento comercial dos campos do Greater Sunrise, revisão dos preços do petróleo/gás a médio e longo prazo, margem de refinação que reflita os efeitos esperados do ambiente macroeconómico, pandemia da COVID-19 e princípios fundamentais da oferta e procura do mercado energético. As perdas por imparidade reconhecidas na demonstração de resultados totalizam \$673,566,114 e, consequentemente, não foi efetuada qualquer capitalização no exercício financeiro de 2020.

7.8.2 Ativos Correntes

Os ativos correntes incluem os montantes que se esperam que sejam recebidos no prazo de um ano após a data do balanço. Os ativos correntes da companhia totalizam \$3,472,469 (\$940,020 em 2019) e incluem pré-pagamentos de \$35,736 (\$76,810 em 2019) e contas a receber de \$606,822 (\$332,387 em 2019), o depósito da renda e outros depósitos reembolsáveis no valor de \$158,606 (\$151,828 em 2019). No final do exercício de 2020, o depósito

bancário e o dinheiro em caixa totalizam \$2,535,903 (\$284,902 em 2019).

Conforme descrito na Nota 30, as demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade, o que pressupõe a realização de ativos e a satisfação de passivos no decurso normal de atividade.

7.8.3 Custos de Empréstimos Obtidos

Para mitigar a sua exposição ao risco de liquidez, o Grupo obteve, em 2019, um empréstimo de \$650,000,000 junto do Fundo Petrolífero de Timor-Leste com um período de moratória mais longo, prevendo gerar receitas até lá para cumprir a sua obrigação. O empréstimo não tem garantia e tem uma taxa de juro de 4.5%, com capitalização anual. O prazo do empréstimo é de 18 anos, cujo primeiro reembolso anual é devido em 9 de abril de 2028. Em conformidade com a *International Accounting Standard* (IAS 23), “Custos de empréstimos obtidos”, os custos de

empréstimos obtidos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis estão incluídos nos custos desses ativos e não são imputados à demonstração de resultados, pelo que estes custos de empréstimos obtidos foram integralmente capitalizados no balanço como passivo financeiro não corrente no exercício financeiro de 2020. No exercício financeiro de 2020, foram registados custos de empréstimos obtidos no valor de \$701,350,000 (\$671,612,500 em 2019).

7.8.4 Resultados e Capital Próprio

A companhia incorreu num lucro líquido de \$5,457,910 (\$181,637 em 2019), (Perda do Grupo: -\$698,980,722; -\$7,085,780 em 2019) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento da perda líquida no exercício financeiro de 2020 deve-se, principalmente, às perdas por imparidade reconhecidas em conformidade com a norma IAS 36.

A companhia tem o capital próprio de \$15,990,736 (\$10,532,825 em 2019), enquanto o capital próprio do grupo é de -\$702,064,682 (-\$3,083,960 em 2019). A diminuição do capital próprio deve-se principalmente ao reconhecimento das perdas por imparidade

dos ativos intangíveis do Greater Sunrise, as quais são totalmente descapitalizadas e revertidas no exercício financeiro de 2020.

A TIMOR GAP encontra-se dependente dos subsídios do governo para sustentar as suas operações até ao momento que a companhia registre um crescimento nas suas atividades comerciais de modo a se tornarem suficientemente autossustentáveis. Nesta fase de desenvolvimento de negócio, a despesa pode ser menos previsível na busca de oportunidades em linha com a visão que Timor-Leste e a TIMOR GAP têm para a indústria do petróleo e gás no país.

8. Demonstrações Financeiras



Demonstração de Resultados e Outro Rendimento Integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores em USD

Especificação	Notas	Grupo		Companhia	
		Exercício findo em 31 dez. 20	Exercício findo em 31 dez.19	Exercício findo em 31 dez. 20	Exercício findo em 31 dez. 19
Receitas					
Receitas de contratos com clientes	4	178,111	406,983	147,914	226,983
Outros rendimentos	5	15,291,544	16,965,012	15,494,724	16,991,773
Receitas (A)		15,469,655	17,371,995	15,642,638	17,218,756
Despesas com projetos		1,388,684	13,793,284	1,388,684	9,724,012
Compra de <i>Stock</i> de Combustível		116,663	205,625	116,663	205,625
(Aumento)/redução em inventários	6	(41,318)	(964)	(41,318)	(964)
Custos com pessoal	7	4,745,081	3,241,034	4,422,850	2,962,659
Custos financeiros	8	29,841,722	126,232	104,221	126,232
Despesas de imparidades	11	673,566,114	-	-	-
Despesas de depreciação e amortizações	10	1,027,368	930,222	1,015,206	919,231
Outras despesas	9	2,967,423	3,478,219	2,345,794	3,066,042
Total de despesas (B)		713,611,737	21,773,652	9,352,100	17,002,837
Lucro operacional/ (Perda) (C)=(A-B)		(698,142,082)	(4,401,657)	6,290,538	215,919
Participação em lucro de					
Empreendimento Conjunto/Associada (D)		-	(74,955)	-	-
Lucro/(Perda) em Venda/Dissolução de Empreendimento Conjunto (D)		(6,012)			
Lucro/(Perda) antes de impostos (E) = (C+D)		(698,148,094)	(4,476,612)	6,290,538	215,919
Despesa fiscal					
Gastos com impostos sobre o rendimento		755,917	189,248	755,917	-
Gastos com impostos sobre o rendimento (exercícios anteriores)		76,133		76,133	
Custos com impostos diferidos/(Crédito) (<i>Vide</i> Nota 19)		578	2,419,920	578	34,282
Total da despesa fiscal (F)		832,628	2,609,168	832,628	34,282
Lucro/(Perda) depois de impostos (G)= (E-F)		(698,980,722)	(7,085,780)	5,457,910	181,637
Outro Rendimento Integral (H)		-	-	-	-
Total do Outro Rendimento Integral (H)		-	-	-	-
Total do Lucro Abrangente/(Perda) (I)= (G+H)		(698,980,722)	(7,085,780)	5,457,910	181,637
Total do Lucro/(Perda) atribuível a:					
TIMOR GAP, E.P.		(698,983,047)	(7,289,461)	-	-
Interesses Minoritários		2,325	203,681	-	-
Total do Lucro Abrangente/(Perda) atribuível a:		(698,983,047)	(7,289,461)	-	-
TIMOR GAP, E.P.		(698,983,047)	(7,289,461)	-	-
Interesses Minoritários		2,325	203,681	-	-

As demonstrações *supra* devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas 1- 38.

Balanço em 31 de dezembro de 2020
Valores em USD

Especificação	Notas	Grupo		Companhia	
		Em 31 dez. 20	Em 31 dez. 19	Em 31 dez. 20	Em 31 dez.19
ATIVO					
Ativo não-corrente					
Ativos tangíveis	10	1,519,369	1,576,789	1,472,890	1,521,015
Direitos de uso de ativos	10	2,004,407	2,576,797	2,004,407	2,576,797
Imobilizações em curso		187,224	159,869	187,224	159,869
Ativos intangíveis	10	348,559	353,604	348,559	353,604
Ativos intangíveis em desenvolvimento	11	-	673,290,100	-	-
Ativos financeiros		-	-	-	-
Participações financeiras	12	-	127,071	791,831	365,370
Empréstimos concedidos	13	-	-	15,433,632	13,607,025
Total do ativo não-corrente		4,059,559	678,084,230	20,238,543	18,583,680
Ativo Corrente					
Inventários	14	135,402	94,084	135,402	94,084
Ativos financeiros		-	-	-	-
Clientes	15	210,197	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	16	3,336,833	1,178,119	2,535,903	284,902
Outros ativos financeiros	17	176,161	478,406	765,428	484,225
Outros ativos correntes	18	35,736	79,155	35,736	76,810
Total do ativo corrente		3,894,329	1,829,764	3,472,469	940,020
Total do ativo		7,953,888	679,913,993	23,711,012	19,523,700
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
Passivo					
Passivo não-corrente					
Passivo por impostos diferidos (líquido)	19	34,860	-	34,860	34,282
Passivos financeiros					
Empréstimos obtidos	20	701,350,000	671,612,500	-	-
Responsabilidades por locações		1,568,978	2,093,144	1,568,978	2,093,144
Provisões	21	1,379,127	5,550	1,379,127	5,550
Total do passivo não-corrente		704,332,965	673,711,194	2,982,965	2,132,976
Passivo corrente					
Passivo financeiro					
Fornecedores	22	2,203,123	6,093,195	1,569,308	3,922,782
Responsabilidades por locações		524,167	501,144	524,167	501,144
Provisões	23	1,595,899	1,307,461	1,400,165	1,111,737
Outros passivos correntes	24	1,362,416	1,384,960	1,243,671	1,322,236
Total do passivo corrente		5,685,605	9,286,760	4,737,311	6,857,898
Total do passivo		710,018,570	682,997,953	7,720,276	8,990,874
Capital próprio					
Capital social	25	2,500,000	2,500,000	2,500,000	2,500,000
Resultados acumulados	25	(704,785,299)	(5,802,252)	13,490,736	8,032,826
Interesses Minoritários		220,617	218,292	-	-
Total do capital próprio		(702,064,682)	(3,083,960)	15,990,736	10,532,826
Total do capital próprio e passivo		7,953,888	679,913,993	23,711,012	19,523,700

As demonstrações *supra* devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas 1-38.

Demonstrações das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores em USD

A. Capital Social

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Capital Social no início do exercício	2,500,000	2,500,000	2,500,000	2,500,000
Recebido durante o exercício		-	-	-
Capital Social no final do exercício	2,500,000	2,500,000	2,500,000	2,500,000

B. Resultados Acumulados

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Balanço no início do exercício	(5,802,252)	1,487,209	8,032,826	7,851,189
Lucro/(Perda) no exercício	(698,983,047)	(7,289,461)	5,457,910	181,637
Outro rendimento integral	-	-	-	-
Total do rendimento integral no exercício	(698,983,047)	(7,289,461)	5,457,910	181,637
Balanço no final do exercício	(704,785,299)	(5,802,252)	13,490,736	8,032,826

C. Interesses Minoritários

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Balanço no início do exercício	218,292	-	-	-
Na reclassificação de associadas em subsidiárias #	-	43,164	-	-
Dividendos pagos	-	(28,553)	-	-
Total do rendimento integral no exercício	2,325	203,681	-	-
Balanço no final do exercício	220,617	218,292	-	-

Durante o exercício financeiro de 2019, os interesses do grupo na TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda e South Horizon Offshore Services, Unipessoal, Lda foram considerados interesses que controlam e consolidados rubrica a rubrica (*line-to-line basis*).

As demonstrações *supra* devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas 1-38.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Valores em USD

Especificação	Grupo		Companhia	
	Exercício findo em 31 dez. 20	Exercício findo em 31 dez. 19	Exercício findo em 31 dez. 20	Exercício findo em 31 dez.19
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro Operacional / (Perda)	(698,148,094)	(4,476,612)	6,290,538	215,919
Ajustamentos para:				
Despesas de depreciação	1,027,368	930,222	1,015,206	919,231
Despesas de imparidade	673,566,114	-	-	-
Ajustamentos de despesas com juros	29,737,500	-	-	-
Custos financeiros de direitos de uso de passivos	104,221	126,232	104,221	126,232
Dívidas incobráveis / Provisões para dívidas incobráveis	603	15,377	603	15,377
Lucro na venda de ativos tangíveis	-	(39,620)	-	(39,620)
Proveitos derivados de juros	(6,768)	(25,392)	(88,889)	(52,153)
Perda derivada de participações financeiras em associadas	6,012	74,955	-	-
Aumento / (redução) em fornecedores	(3,890,072)	4,168,205	(2,353,473)	2,009,635
Aumento / (redução) em outros passivos financeiros correntes	-	(3,000)	-	(2,014)
Aumento / (redução) em outros passivos correntes	(22,544)	211,147	(78,565)	160,560
Aumento / (redução) em provisões	829,955	170,717	829,955	170,717
(Aumento) / redução em clientes	(210,197)	3,203	(603)	3,560
(Aumento) / redução em empréstimos	-	-	(1,826,607)	(4,280,879)
(Aumento) / redução em outros ativos financeiros	302,245	(92,309)	(281,203)	8,937
(Aumento) / redução em inventários	(41,318)	(964)	(41,318)	(964)
(Aumento) / redução em outros ativos correntes	43,419	(79,155)	41,072	(20,864)
Imposto sobre o rendimento pago	-	-	-	-
Fluxos de caixa líquidos derivados de (usados em) atividades operacionais (A)	3,298,443	983,005	3,610,938	(766,326)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos para ativos tangíveis e ativos intangíveis	(386,180)	(482,239)	(417,000)	(428,440)
Rendimentos de participações financeiras em associadas	-	-	(426,461)	(319,370)
Proveitos derivados de juros	6,768	-	88,889	-
Lucro da dissolução de participações financeiras	121,059	-	-	-
Lucro da venda de ativos tangíveis	-	39,620	-	39,620
Fluxos de caixa líquidos derivados de (usados em) atividades de investimento (B)	(258,352)	(442,619)	(754,574)	(708,190)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Proveitos de empréstimos obtidos a longo prazo	-	(1,677,600)	-	-
Despesas com empréstimos obtidos	(276,014)	-	-	-
Pagamentos de responsabilidades por locação	(605,364)	(605,369)	(605,364)	(605,369)
Fluxos de caixa líquidos derivados de (usados em) atividades de financiamento (C)	(881,378)	(2,282,969)	(605,364)	(605,369)
Aumento líquido na caixa e equivalentes de caixa (A+B+C)	2,158,713	(1,742,583)	2,251,000	(2,079,885)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1,178,119	2,822,389	284,902	2,364,787
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício de associadas classificadas como subsidiárias	-	98,313	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3,336,832	1,178,119	2,535,902	284,902

As demonstrações *supra* devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas 1-38.

Notas às Demonstrações Financeiras
(Valores expressos em USD)

Estas notas são uma parte integral e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras.

1. Informação sobre a Companhia e o Grupo

a) Informação sobre a Companhia

A TIMOR GAP, E.P. (“a Companhia”, “a Sociedade-Mãe”) é uma sociedade por quotas constituída e estabelecida na República Democrática de Timor-Leste, com sede no Timor Plaza, 3º Andar, Rua Presidente Nicolau Lobato, Comoro, Díli, Timor-Leste.

A TIMOR GAP, E.P. é constituída com o objeto de pesquisar e desenvolver recursos de hidrocarbonetos através de subsidiárias e da comercialização de produtos petrolíferos. As demonstrações financeiras consolidadas da TIMOR GAP, E.P. e das suas subsidiárias (coletivamente designadas de Grupo) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram emitidas após autorização nos termos da deliberação dos diretores em 14 de setembro de 2021.

b) Informação sobre o Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Subsidiárias:

Firma	Principais atividades	Local de constituição	Participação na titularidade	
			2020	2019
Timor Gap PSC 11-106, Unipessoal Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logística, Unipessoal, Lda	Serviços de logística e apoio	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda	Serviços de perfuração	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.*	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.*	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.*	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.*	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
South Horizon Offshore Services, Lda	Serviços de apoio	República Democrática de Timor-Leste	51%	51%
TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda	Serviços de Levantamento Sísmico	República Democrática de Timor-Leste	60%	60%

* Designadas de Grupo Greater Sunrise

Acordo conjunto no qual a Companhia é uma empreendedora conjunta

O Grupo detém uma participação de 60% na GAP-MHS Aviation, Lda. (2019 – 60%). Contudo, esta associada foi dissolvida, com efeitos a partir de 22 de janeiro de 2020. Para mais detalhes, *vide* Nota 34.

2. Sumário das principais políticas contabilísticas

a) Bases de elaboração e consolidação

Bases de elaboração:

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) e as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* aplicáveis às companhias que apresentam o relato financeiro ao abrigo das IFRS.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando referido em contrário nas políticas contabilísticas *infra*.

A elaboração das demonstrações financeiras nos termos das IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas cruciais. Requer igualmente que a administração faça os seus juízos no processo de aplicação das políticas contabilísticas. As áreas envolvem um elevado grau de juízo ou complexidade, ou áreas onde os pressupostos e as estimativas têm o impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Bases de Consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2020. O controlo é obtido quando o Grupo está exposto, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos através do seu poder sobre a participada. Em especial, o Grupo controla uma participada quando, e apenas se tiver:

- Poder sobre a participada (isto é, os direitos existentes que lhe conferem a efetiva capacidade de dirigir as atividades relevantes da participada)
- Exposição, ou direitos, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada
- A capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para influenciar o seu rendimento.

Em geral, pressupõe-se que a maioria dos direitos de votos resulta em controlo. A fim de apoiar este pressuposto e quando o Grupo tem menos do que uma maioria de voto ou direitos semelhantes de uma participada, o Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se tem poder sobre a participada, incluindo:

- Acordo(s) com os demais titulares de direitos de voto na participada
- Os direitos decorrentes de outros acordos
- Os direitos de voto e os direitos de voto potenciais do Grupo.

O Grupo reavalia se detém ou não o controlo de uma participada se os factos e as circunstâncias indicarem alterações em um ou mais dos três elementos de controlo. A consolidação de uma subsidiária começa quando o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária e cessa quando o Grupo perde o controlo da subsidiária. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controlo e até à data em que o Grupo deixa de controlar a subsidiária.

Os resultados e cada componente do Outro Rendimento Integral (ORI) são atribuídos aos acionistas da sociedade-mãe do Grupo e a interesses minoritários, mesmo que daí resulte um saldo negativo para os interesses minoritários. Quando necessário, ajustamentos são realizados às demonstrações financeiras das subsidiárias de modo a harmonizar as suas políticas contabilísticas com as políticas contabilísticas do Grupo. Todos os ativos e passivos do intragrupo, capital próprio, rendimentos, despesas, transações, ganhos e perdas não realizados resultantes de transações intragrupo, dividendos e fluxos de caixa relacionados com as transações entre membros do Grupo são eliminados por completo na consolidação.

Uma alteração na percentagem da titularidade de uma subsidiária, que não implique a perda de controlo, é contabilizada como uma transação de titularidade.

Investimento em associada:

Uma associada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participação nas decisões de política financeira e operacional da sociedade objeto do investimento, mas não se trata de controlo ou controlo conjunto dessas políticas. O investimento do Grupo na associada é contabilizado segundo o método de equivalência patrimonial.

Segundo o método de equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é inicialmente reconhecido como custo. O valor contabilístico do investimento é ajustado para reconhecimento das alterações nas participações do Grupo no ativo líquido da associada ou no empreendimento conjunto desde a data da aquisição. O *trespasse (Goodwill)* respeitante à associada ou empreendimento conjunto é incluído no valor contabilístico do investimento e não é amortizado, nem é individualmente testado quanto à imparidade.

b) Classificação corrente versus não-corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos na demonstração da posição financeira com base na classificação corrente/não-corrente. Um ativo é corrente quando:

- Se antecipa que seja realizado, vendido ou consumido no decurso do ciclo operacional normal
- É detido essencialmente com a finalidade de ser negociado
- Se antecipa que seja realizado num prazo de doze meses após o período de reporte

Ou

- Quando se trata de caixa ou equivalentes de caixa, exceto caso existam restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo durante um prazo de, no mínimo, doze meses após o período de reporte

Todos os outros ativos são classificados como não-correntes.

Um passivo é corrente quando:

- Se antecipa que seja liquidado no decurso do ciclo operacional normal
- É detido essencialmente com a finalidade de ser negociado
- Se antecipa que seja liquidado num prazo inferior a doze meses após o período de reporte

Ou

- Quando não existe qualquer direito incondicional para diferir a liquidação do passivo num prazo de, no mínimo, doze meses após o período de reporte

Os termos do passivo que poderão, por opção da contraparte, resultar na sua liquidação através da emissão de um instrumento de capital próprio não afetam a sua classificação.

A Companhia classifica os restantes passivos como não-correntes.

Ativos e passivos por impostos diferidos são classificados como passivos e ativos não-correntes.

c) (i) Receitas resultantes de contratos com clientes

As receitas provenientes da produção de hidrocarbonetos, nas quais o grupo detém uma participação com outros contratantes, são reconhecidas com base no interesse participativo da Companhia no Contrato de Partilha de Produção.

As receitas provenientes da venda de produtos petrolíferos são reconhecidas quando as obrigações contratuais são cumpridas. As obrigações contratuais são cumpridas quando o controlo dos bens é transferido para o comprador, normalmente com a entrega dos mesmos.

As receitas provenientes da prestação de serviços sísmicos e de perfuração são reconhecidas ao longo do tempo por referência à fase de conclusão da atividade, num montante que reflete a contraprestação à qual a Companhia tem direito pelo fornecimento desses bens ou serviços.

A receita é reconhecida no montante que reflete a contraprestação à qual a Companhia tem direito pelo fornecimento desses bens ou serviços.

As receitas provenientes de comissões contratuais fixas por serviços são reconhecidas por referência à fase de conclusão do contrato como uma percentagem do valor total do contrato da despesa efetivamente incorrida com o projeto.

(ii) Outros rendimentos

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que o subsídio será recebido e que todas as condições conexas serão cumpridas. Quando o subsídio se refere a um item de despesa, é reconhecido como rendimento numa base sistemática durante os períodos em que os custos relacionados, pelos quais se pretende compensar, são lançados. Quando o subsídio se refere a um ativo, é reconhecido como receita em montantes iguais ao longo da vida útil esperada do respetivo ativo.

d) Tributação

Imposto sobre o rendimento corrente

O imposto sobre o rendimento de ativos e passivos correntes é calculado sobre o montante que se estima recuperável junto das, ou pago pelas autoridades tributárias. As taxas de imposto e as leis fiscais usadas para calcular o montante são as aprovadas ou substantivamente aprovadas, à data do reporte em Timor-Leste onde a companhia opera e gera rendimento tributável.

O imposto sobre o rendimento corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no capital próprio é reconhecido no capital próprio e não na demonstração de resultados. A administração avalia periodicamente as posições adotadas nas declarações fiscais no que respeita a situações em que as leis fiscais estão sujeitas a interpretação e estabelece provisões, conforme apropriado.

Imposto diferido

O imposto diferido é calculado de acordo com o método da responsabilidade de balanço com base nas diferenças temporárias entre as bases de tributação dos ativos e passivos e os seus valores contabilísticos para finalidades de reporte financeiro à data de reporte. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, o reporte de créditos fiscais não utilizados e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos até ao limite que seja provável a obtenção de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis, e o reporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

O valor contabilístico do ativo por impostos diferidos é revisto à data de cada relatório e deduzido até ao limite que deixe de ser provável que suficiente lucro tributável fique disponível para permitir que toda ou parte do ativo por impostos diferidos possa ser utilizado. Ativos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada relatório e reconhecidos até ao limite que seja provável que lucros tributáveis futuros permitam que o ativo por impostos diferidos seja recuperado.

O imposto diferido relativo a itens reconhecidos fora dos resultados, é reconhecido fora dos resultados. Os itens por impostos diferidos são reconhecidos em correlação a transações subjacentes, quer no ORI ou diretamente no capital próprio.

e) Moeda Estrangeira

A administração determinou que o ambiente económico principal em que a Companhia opera, isto é, a moeda funcional, é o dólar dos Estados Unidos da América. As demonstrações financeiras são apresentadas em dólares dos Estados Unidos da América.

Transações e balanços

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registadas pelas entidades da companhia na moeda funcional na respetiva taxa de câmbio à vista (*spot*) em vigor na data na qual a transação se qualifica inicialmente para reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a taxa de câmbio à vista vigente na data do relatório.

As diferenças resultantes da liquidação ou conversão de itens monetários são reconhecidas nos resultados.

Os itens não monetários que estejam mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira devem ser transpostos usando a taxa de câmbio da data da transação inicial. Os itens não monetários que estejam mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira devem ser transpostos usando as taxas de câmbio da data em que o justo valor foi determinado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão dos itens não monetários mensurados ao justo valor são tratados de acordo com o reconhecimento do ganho ou perda na alteração a justo valor do item (isto é, diferenças de conversão nos itens cujo justo valor do ganho ou perda é reconhecido no ORI ou nos resultados são também reconhecidos no ORI ou nos resultados, respetivamente). Na determinação da taxa de câmbio à vista a utilizar no reconhecimento inicial do respetivo ativo, despesa ou rendimento (ou parte dele) no desreconhecimento de um ativo ou passivo não monetário relativo à retribuição antecipada (*advance consideration*), a data de uma transação é a data em que a companhia inicialmente reconhece o ativo ou passivo não monetário resultante da retribuição antecipada. Caso existam múltiplos pagamentos ou recebimentos em adiantado, a companhia determina a data de transação para cada pagamento ou recebimentos da retribuição antecipada.

f) Ativos tangíveis

As construções em desenvolvimento são declaradas pelo custo, líquido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas, caso existam. As instalações e equipamentos são declarados pelo custo líquido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, caso existam. Estes custos incluem o custo de substituição de partes das instalações e equipamentos e os custos de empréstimos obtidos para projetos de construção a longo prazo, caso os critérios de reconhecimento sejam cumpridos. Quando é necessária a substituição a intervalos regulares de partes significativas de instalações e equipamentos, a companhia procede à sua depreciação em separado com base na vida útil específica dos mesmos. Do mesmo modo, quando é realizada uma inspeção significativa, o seu custo é reconhecido como uma substituição no valor contabilístico da instalação e equipamento, caso os critérios do reconhecimento sejam cumpridos. Todos os outros custos de reparação e manutenção são reconhecidos nos resultados, conforme incorridos. O valor presente da estimativa dos custos de desmantelamento para um ativo após a sua utilização, está incluído no custo do respetivo ativo, caso os critérios do reconhecimento para a provisão sejam cumpridos.

A depreciação é calculada com base no método linear durante a vida útil esperada dos ativos. Durante o exercício financeiro de 2019, a vida útil foi determinada com base numa estimativa técnica e harmonizada com a Decisão Pública emitida pelo Ministério das Finanças, da República Democrática de Timor-Leste, do seguinte modo:

Classe dos Ativos	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Edifício	20	20%
Benfeitorias em Imóveis Arrendados	7	20%
Máquinas & Equipamento	10	20%
Móveis & Acessórios	8	NULO
Veículos a Motor	6	20%
<i>Hardware</i> Informático	3	NULO
<i>Software</i> Informático	3	NULO
Equipamento de Escritório	4	NULO
Outros Ativos Intangíveis	4	NULO

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação de ativos tangíveis são revistos no final de cada exercício financeiro e ajustado de forma prospetiva, caso aplicável.

Um item de ativos tangíveis, e qualquer parte significativa inicialmente reconhecida, é desconsiderado no momento da alienação (isto é, a data em que o destinatário obtém o controlo) ou quando não são expectáveis quaisquer benefícios futuros com sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou prejuízo resultante do desreconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contabilístico do ativo) é incluído na demonstração de resultados quando o ativo é desreconhecido.

g) Locações

A companhia avalia no início do contrato se este constitui, ou contém, uma locação. Isto é, se o contrato transfere o direito de controlar o uso do ativo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma contrapartida.

Companhia como locatária

A companhia aplica uma abordagem de reconhecimento e mensuração única para todas as locações, exceto locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor, isto é, inferiores a USD 5,000. A companhia reconhece passivos de locações para efetuar pagamentos de rendas e direitos de uso de ativos representando o direito de uso do ativo subjacente.

i) Direitos de uso de ativos

A companhia reconhece um direito de uso de um ativo na data de início do contrato de arrendamento (isto é, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O direito de uso do ativo é mensurado ao custo, menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade, e ajustado por quaisquer remensurações da responsabilidade de locação. O custo do direito de uso do ativo inclui o valor da responsabilidade de locação reconhecido, custos diretos iniciais incorridos, pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, deduzido de quaisquer incentivos de locação recebidos. O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no mais baixo de entre o prazo de locação e da vida útil estimada do ativo.

ii) Responsabilidade por locações

Na data de início do contrato de locação, a companhia reconhece a responsabilidade por locações mensurada pelo valor presente dos pagamentos de rendas a serem realizados ao longo do prazo da locação. Estes pagamentos de locação incluem os pagamentos fixos (incluindo os pagamentos fixos em substância), menos quaisquer incentivos à locação a receber; pagamentos variáveis de locação que dependam de um índice ou taxa, e quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, a companhia utiliza a sua taxa juro incremental na data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita na locação não pode ser facilmente determinada. Após a data de início, o montante da responsabilidade da locação é aumentado para refletir o acréscimo da taxa e reduzida nos pagamentos de locação efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado caso existam modificações, alterações no prazo de locação, alterações nos pagamentos da locação (por ex.: alterações em futuros pagamentos derivadas da alteração no índice ou taxa utilizado na determinação desses pagamentos) ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

O sumário dos expedientes práticos selecionados na aplicação inicial é, de seguida, apresentado:

1. Aplicada uma taxa de desconto única a uma carteira de locações de ativos semelhantes, num contexto económico semelhante e com um prazo semelhante.
2. Aplicada a isenção de não reconhecer o direito de uso dos ativos e passivos de locações com ativos de baixo valor e um prazo inferior a 12 meses a contar da data de aplicação inicial.
3. Excluídos os custos diretos iniciais da mensuração do ativo sob direito de uso à data de aplicação inicial.
4. Aplicado o expediente prático no que respeita à avaliação anterior de contratos que são, ou contêm, locação (“*grandfathering*”). Em conformidade, a IAS 16 é apenas aplicada a contratos que eram previamente identificados como locações ao abrigo da IAS 17.
5. Utilizada a análise retrospectiva para determinar se o prazo da locação dispõe de opções de renovação ou rescisão da locação.

h) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos atribuídos diretamente à aquisição, construção e produção de um ativo que necessariamente demora um período de tempo substancial a ficar preparado para a pretendida utilização ou venda, são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os outros custos de empréstimos obtidos são registados como gastos no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimos obtidos consistem em juros e outros custos que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de fundos.

i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos em separado são calculados no reconhecimento inicial enquanto custo. O custo dos ativos intangíveis adquiridos numa concentração de atividades empresariais é o seu justo valor à data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são transportados enquanto custo menos qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e a despesa associada é refletida nos resultados do exercício no qual a despesa é incorrida.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada em finita e indefinida. Os ativos intangíveis com vida finita são amortizados sobre a vida económica útil e avaliados para imparidades quando exista uma indicação de que o ativo intangível possa originar imparidade. O período de amortização e o método de amortização de um ativo intangível com vida finita são revistas, pelo menos, no final do exercício de cada período de reporte. Um ativo intangível com vida útil indefinida não é amortizado. O ativo intangível com vida útil indefinida é testado quando à imparidade ao abrigo do IAS 36 através da comparação anual da sua quantia recuperável com o seu valor contabilístico e quando exista qualquer indicação de que o ativo intangível possa originar imparidade. A vida útil de um ativo intangível que não seja amortizado é revista a cada período de reporte para determinar se os eventos e circunstâncias continuam a apoiar a avaliação da vida útil indefinida para esse ativo. Caso isso não se verifique, a alteração da avaliação da vida útil de indefinida para finita é contabilizada como alteração numa estimativa contabilística de acordo com IAS 8.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação (isto é, a data em que o destinatário obtém o controlo) ou quando não são expectáveis quaisquer benefícios futuros com sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou prejuízo resultante do desreconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contabilístico do ativo) é incluído na demonstração de resultados.

Custos de Exploração e Avaliação, Desenvolvimento e Produção

(i) Custos de pré-aquisição

As despesas incorridas antes da obtenção do(s) direito(s) de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são registadas como gastos do exercício, quando incorridos.

(ii) Custos de aquisição

Os custos de aquisição abrangem todos os custos incorridos com a compra, aluguer ou de outro modo incorridos com a aquisição de propriedade ou direito de minerais provados ou não provados, no caso da aquisição de interesses participativos num ativo de petróleo ou gás e são contabilizados do seguinte modo:

Fase de exploração e desenvolvimento

Os custos de aquisição relativos a projetos em exploração e desenvolvimento são inicialmente contabilizados como Ativos Intangíveis em Desenvolvimento ou Imobilizações em Curso - ativos de petróleo e gás, respetivamente. Tais custos são contabilizados através da transferência de ativos de petróleo e gás (Ativos Tangíveis) quando o poço de um campo/projeto estiver pronto para dar início à produção comercial. Em caso de abandono, estes custos são anulados.

Fase de Produção

Os custos de aquisição dos ativos de produção de petróleo e gás são capitalizados sob os ativos de petróleo e gás (Ativos Tangíveis) e amortizados utilizando o método das unidades de produção sobre as reservas prováveis dos ativos subjacentes.

(iii) Custos de pesquisa

Os custos das atividades de pesquisa e prospeção conduzidas na procura de petróleo e gás são registados como gastos de exploração no exercício em que são incorridos.

(iv) Ativos de petróleo e gás em desenvolvimento – Poços de desenvolvimento em curso

Todos os custos associados a poços de desenvolvimento são inicialmente capitalizados como poços de desenvolvimento em curso (Imobilizações em curso) e transferidos para ativos de petróleo e gás (Ativos Tangíveis) após a sua conclusão.

(v) Custos de produção

Os custos de produção incluem as despesas antes e depois da cabeça do poço, incluindo a depreciação e os custos operacionais aplicáveis ao equipamento e instalações de apoio.

j) Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade.

i) Ativos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração**

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao justo valor por resultado integral e ao justo valor por resultados.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócios que a companhia utiliza na sua gestão. À exceção dos clientes, que não contêm uma componente financeira significativa ou para os quais a companhia aplicou o expediente prático, a companhia inicialmente mensura um ativo financeiro pelo justo valor, acrescentando os custos das transações, caso o ativo financeiro não seja mensurado ao justo valor por resultados. Os Clientes que não contêm uma componente financeira significativa ou para os quais a companhia aplicou o expediente prático, são mensurados ao preço da transação conforme divulgado na secção Receitas de contratos com clientes.

Para que o ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor por resultado integral, necessita de originar fluxos de caixas “exclusivamente para pagamentos de capital e juros” (SPPI) no montante de capital em dívida. Esta avaliação é designada de teste SPPI e executada a nível do instrumento. Os ativos financeiros com fluxos de caixa que não são considerados SPPI, são classificados e mensurados ao justo valor por resultados, independentemente do modelo de negócios.

O modelo de negócios da companhia aplicado na gestão de ativos financeiros refere-se ao modo com os ativos financeiros são geridos a fim de gerarem fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa irão resultar na obtenção de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros, ou ambos. Os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são detidos no modelo de negócios com o objetivo de deter o ativo financeiro a fim de obter fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao justo valor por resultado integral são detidos no modelo de negócios com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais e para venda.

Mensuração subsequente

Para efeitos de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)
- Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral com reciclagem de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida)
- Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral sem reciclagem de ganhos e perdas acumuladas após o desreconhecimento (instrumentos de capital próprio)
- Ativos financeiros ao justo valor por resultados

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método da taxa de juro efetiva e estão sujeitos a imparidade. Os ganhos e perdas são reconhecidos nos resultados quando o ativo é desreconhecido, transferido ou está em imparidade.

Os ativos financeiros ao custo amortizado da companhia incluem clientes, empréstimo a associada e empréstimo a diretores, incluído sob outros ativos financeiros não-correntes.

As restantes três categorias de mensuração subsequente de ativos financeiros não são aplicáveis a qualquer ativo financeiro da companhia.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um ativo financeiro semelhante da companhia) é primariamente desreconhecido (isto é, retirado da demonstração da posição financeira) quando o ativo financeiro é transferido e a companhia transfere substancialmente todos os riscos e prémios da titularidade do ativo para outra parte, e quando os direitos a receber fluxos de caixa do ativo tenham expirado.

Imparidade dos ativos financeiros

O Grupo aplica a “abordagem simplificada” no reconhecimento das perdas de crédito por imparidade para as contas a receber. A aplicação da abordagem simplificada não requer que o Grupo monitorize as alterações no risco de crédito. Por sua vez, reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil em cada data de relato, imediatamente a partir do seu reconhecimento inicial. As perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil consistem nas perdas de crédito esperadas resultantes de todas as situações de *default* prováveis ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Os 12 meses das perdas de crédito esperadas é uma proporção da vida útil das perdas de crédito esperadas que resulta de situações de *default* prováveis que aconteçam no prazo de 12 meses após o final do exercício.

As perdas de crédito esperadas é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos ao grupo em conformidade com o contrato e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber (por ex.: todos os défices), descontados com base no método da taxa de juro efetiva inicial. Na estimativa dos fluxos de caixa, é requerido que a entidade considere todos os termos contratuais do instrumento financeiro (incluindo pré-pagamentos, extensões, etc.) ao longo da vida útil expectável do instrumento financeiro.

ii) Passivos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor por resultados, empréstimos concedidos e empréstimos obtidos, contas a pagar, ou como derivados designados de instrumentos de cobertura numa cobertura eficaz, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, no caso de empréstimos concedidos e empréstimos obtidos e contas a pagar, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, responsabilidades por locação e empréstimos obtidos.

Mensuração subsequente

Para efeitos de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao justo valor por resultados (não aplicável a qualquer instrumento financeiro da companhia)
- Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos concedidos e empréstimos obtidos)

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos concedidos e empréstimos obtidos)

Esta é a categoria de maior relevo para a companhia. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos concedidos e empréstimos obtidos com taxas de juros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos nos resultados, quando os passivos são desreconhecidos, assim como através do processo de amortização com base no método da taxa de juro efetiva.

O custo amortizado é calculado pela contabilização de qualquer desconto ou prémio na aquisição e tarifas ou custos que sejam parte integral do método da taxa de juro efetiva. A amortização pelo método da taxa de juro efetiva é incluída como custo financeiro na demonstração de resultados. Esta categoria aplica-se geralmente a empréstimos concedidos e empréstimos obtidos com taxas de juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação ao abrigo do passivo for cumprida ou cancelada ou caducar.

k) Imparidade dos ativos não-financeiros

A companhia avalia, em cada data de reporte, se há alguma indicação de que o ativo possa originar imparidade. Se existe qualquer indicação de imparidade, ou quando é necessário realizar o teste de imparidade anual para um ativo, a companhia estima a quantia recuperável do ativo.

A quantia recuperável de um ativo é o maior de entre o justo valor de um ativo ou da Unidade Geradora de Caixa (UGC), menos os custos de alienação e o seu valor de uso. A quantia recuperável é determinada para um ativo individual, exceto se o ativo não originar influxos de caixa que sejam maioritariamente independentes daqueles de outros ativos ou ativos da companhia. Quando o valor contabilístico de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é superior à sua quantia recuperável, o ativo é considerado como imparidade e reduzido à sua quantia recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são anualmente testados para imparidade ao nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC), conforme apropriado, ou quando as circunstâncias indicam que o valor contabilístico possa estar em imparidade.

A Companhia estima o valor recuperável das reservas de hidrocarbonetos em conformidade com os princípios apresentados no enquadramento do *Petroleum Resources Management Reporting System* (PRMS).

A Companhia avalia, a cada data de relato, se qualquer perda por imparidade reconhecida anteriormente pode ser total ou parcialmente revertida, se existe qualquer indicação de reversão, nomeadamente, certeza do regime fiscal e regulatório do Regime Especial do Greater Sunrise, certeza do conceito de desenvolvimento acordado e aprovado pelo Conselho de Supervisão do Regime Especial do Greater Sunrise, fatores macroeconómicos favoráveis, subida dos preços de *commodity*, etc. Nesse caso, a Companhia formalmente estima a quantia recuperável dos ativos e reconhece os ativos ao valor recuperável / reverte a imparidade anterior. Existem restrições relativamente à quantia da reversão de uma perda por imparidade que pode ser reconhecida. A reversão está limitada ao menor de:

- quantia recuperável
- valor contabilístico do ativo, líquido de amortização ou depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida

A reversão de uma perda por imparidade de um ativo mensurado ao custo é reconhecida nos resultados. Em contrapartida, a reversão de uma perda por imparidade para um ativo mensurado à quantia de revalorização (tal como ativos tangíveis mensurados pelo justo valor) é reconhecida como uma reversão de um decréscimo de revalorização.

l) Caixa e depósitos a curto prazo

A caixa e depósitos a curto prazo apresentados na demonstração da posição financeira abrange o dinheiro em depósitos bancários e em caixa, e depósitos de elevada liquidez a curto prazo com uma maturidade igual ou inferior a três meses, que são facilmente convertidos para uma determinada quantia conhecida de dinheiro e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

m) Inventários

Os inventários incluem mercadorias transacionadas e são avaliados ao mais baixo do custo e valor realizável líquido.

O custo de inventários inclui o custo de aquisição, custos de frete e outros custos incorridos com o transporte do inventário para a sua atual localização e condição. O custo das mercadorias transacionadas é determinado com base na média ponderada.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda numa transação normal de negócios, deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização. A comparação entre o custo e o respetivo valor realizável líquido é realizada item por item.

n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou contratual) em resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação e pode ser feita uma estimativa credível do montante da obrigação. Quando a companhia espera que algumas ou todas as provisões sejam reembolsadas, como por exemplo, ao abrigo de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso é praticamente certo. A despesa associada à provisão é apresentada na demonstração de resultados, líquida de quaisquer reembolsos.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa antes de impostos atual que reflita, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando é utilizado o desconto, o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

o) Benefícios do pessoal

i) Obrigações a curto prazo

As responsabilidades por remunerações e salários, incluindo benefícios não monetários estimados que sejam liquidados na totalidade no prazo de 12 meses após o final do exercício no qual os empregados prestam os respetivos serviços, são reconhecidas relativamente aos serviços prestados pelos empregados até ao final do exercício e são mensuradas à quantia prevista que seja paga quando as responsabilidades são liquidadas. As responsabilidades são apresentadas no balanço como obrigações correntes com benefícios de pessoal.

ii) Outras obrigações com benefícios a longo prazo de pessoal

a. Plano de contribuição definida

Segurança Social: a contribuição para a segurança social é efetuada à autoridade reguladora, onde o grupo e a Companhia não detêm nenhuma outra obrigação. Estes benefícios são classificados como Esquema de Contribuição Definida na medida que a Companhia não possui quaisquer outras obrigações, exceto as contribuições efetuadas mensalmente, que são apresentadas na demonstração de resultados.

b. Outros benefícios a longo prazo

Ausências remuneradas: as ausências remuneradas acumuladas, que se espera que sejam aproveitadas ou pagas no prazo de 12 meses após o final do exercício, são tratadas como benefícios a curto prazo do pessoal. A responsabilidade com as mesmas é mensurada pelo custo esperado da acumulação de ausências permitidas como a quantia adicional que se espera que seja paga, em resultado do direito não utilizado no final do exercício.

As ausências remuneradas acumuladas, que se espera que sejam aproveitadas ou pagas num prazo superior a 12 meses após o final do exercício, são tratadas como outros benefícios a longo prazo do pessoal. A responsabilidade da Companhia é determinada actuarialmente (usando o método da Unidade de Crédito Projetada ou *Projected Unit Credit*) no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos na demonstração de resultados no exercício em que são incorridos.

As licenças apenas podem ser pagas em caso de descontinuação do serviço por parte do empregado.

Compensação por Tempo de Serviço (*Long Term Remuneration Service*): A companhia tem um plano de benefício definido. Cada empregado que tenha completado cinco ou mais anos de serviço, tem direito a uma Compensação pelo Tempo de Serviço. Este é um plano sem fundo constituído.

p) Mensuração do justo valor

O justo valor é definido como o preço a ser recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo numa transação regular entre os participantes do mercado à data de mensuração. A mensuração do justo valor é baseada no pressuposto que a transação da venda do ativo ou transferência do passivo ocorre quer:

- ▶ No mercado principal do ativo ou passivo, ou
- ▶ Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo acessível à Companhia.

Todos os ativos e passivos cujo justo valor é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados na hierarquia do justo valor, descrita infra, com base no nível de input mais baixo significativo para a mensuração do justo valor como um todo:

- ▶ Nível 1 – O justo valor é determinado com base em cotações do preço de mercados (não ajustado) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos
- ▶ Nível 2 - O justo valor é determinado com recurso a técnicas de avaliação, cujo input de nível mais baixo significativo para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável no mercado
- ▶ Nível 3 - O justo valor é determinado com recurso a técnicas de avaliação, cujo input de nível mais baixo significativo para a mensuração do justo valor não é observável no mercado.

q) Alterações às políticas contabilísticas e divulgação

Novas e alteradas normas e interpretações

As novas normas adotadas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, mas que não tiveram um efeito significativo na Companhia são as seguintes:

1. Definição de negócio (Alterações à IFRS 3)
2. Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 (Alterações à IFRS 16)
3. Reforma das taxas de juro de referência – fase 2 (Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16)
4. Definição de material (Alterações à IAS 1 e IAS 8)

r) Juízos contabilísticos significativos, estimativas e pressupostos

A elaboração das demonstrações financeiras da companhia exige à administração que faça juízos, estimativas e elabore pressupostos que tenham impacto no reporte dos montantes da companhia, despesas, ativos e passivos, e as respetivas divulgações, e a divulgação de passivos contingentes. A incerteza relativa a estes pressupostos e estimativas podem dar origem a resultados que exijam um ajustamento substancial em exercícios futuros do valor contabilístico dos ativos ou passivos afetados.

Juízos

As áreas que requerem juízos e estimativas mais significativos na elaboração das demonstrações financeiras são: valor contábilístico recuperável dos ativos; provisões e contingências; benefícios pós-emprego e imparidade dos ativos financeiros, onde uma estimativa apresenta um risco significativo de resultar num ajustamento substancial em exercícios futuros do valor contábilístico dos ativos ou passivos.

3. Normas alteradas emitidas, mas não efetivas

Novas e alteradas normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não são efetivas até à data de emissão das demonstrações financeiras da companhia, são divulgadas *infra*. A companhia pretende adotar estas novas e alteradas normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornem efetivas.

1. Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato (Alterações à IAS 37)
2. Ativos tangíveis: Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento (Alterações à IAS 16)
3. Ciclo anual de melhorias das normas IFRS para 2018-2020 (Alteração à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41)

Adicionalmente, em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que clarifica os critérios utilizados para determinar a classificação de passivos como correntes ou não correntes. Estas alterações clarificam a classificação como corrente ou não corrente em função dos direitos que uma entidade tem, no final de cada período de relato, de diferir o seu pagamento durante pelo menos doze meses após o período de relato. É efetuada uma clarificação adicional relativamente à 'liquidação' de um passivo, que passa a incluir a transferência de caixa, bens, serviços, ou de instrumentos de capital próprio, exceto caso a obrigação de transferir instrumentos de capital próprio resulte de uma característica de conversão classificada como um instrumento de capital próprio separadamente da componente do passivo de um instrumento financeiro composto. Inicialmente, as alterações teriam data de aplicação efetiva para os períodos financeiros anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. Contudo, em maio de 2020, a data de aplicação efetiva foi diferida para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023. Atualmente, a Companhia não prevê que as alterações à IAS 1 tenham um impacto significativo na classificação dos seus passivos.

A administração está, de momento, a avaliar o impacto destas novas normas contábilísticas e alterações.

Notas às Demonstrações Financeiras
(Valores expressos em USD)

4. Receitas de contratos com clientes

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Rendimento gerado pelo negócio de comercialização de combustível	147,914	226,983	147,914	226,983
Rendimento gerado pela prestação de serviços sísmicos	30,197	180,000	-	-
	178,111	406,983	147,914	226,983

5. Outros rendimentos

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Subsídio recebido do Governo	15,227,966	16,900,000	15,227,966	16,900,000
Receitas de dividendos	-	-	121,059	-
Lucro sobre a venda de ativos tangíveis	-	39,620	-	39,620
Proveitos derivados de juros	6,768	25,392	88,889	52,153
Outros rendimentos	56,810	-	56,810	-
	15,291,544	16,965,012	15,494,724	16,991,773

6. (Aumento) / redução em inventários

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Stock de combustível inicial	94,084	93,120	94,084	93,120
Stock de combustível final	135,402	94,084	135,402	94,084
	(41,318)	(964)	(41,318)	(964)

7. Custos com pessoal

Especmificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Os custos com pessoal (incluindo diretores) abrangem:				
Vencimentos e salários	3,799,553	2,863,063	3,495,356	2,600,523
Custos da contribuição definida para pensões	210,788	182,842	192,754	167,132
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	690,136	170,013	690,136	170,013
Benefícios/direitos extrassalariais (<i>Staff Welfare</i>)	44,604	25,116	44,604	24,991
	4,745,081	3,241,034	4,422,850	2,962,659

8. Custos financeiros

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Custos com juros*	29,737,501	-	-	-
Custos financeiros de responsabilidades por locações	104,221	126,232	104,221	126,232
	29,841,722	126,232	104,221	126,232

* Em 2019, os custos com juros incorridos com empréstimos obtidos para aquisição de ativos do Greater Sunrise foram capitalizados. Em 2020, uma vez que os ativos intangíveis em desenvolvimento estão totalmente em imparidade, os custos com juros foram registados na demonstração de resultados.

9. Outras despesas

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Despesas de formação & desenvolvimento de pessoal	73,548	122,456	73,548	107,410
Despesas com renda do escritório	96,974	73,357	96,974	73,357
Despesas de telefone & internet	101,640	91,698	101,540	91,007
Viagens & despesas	109,467	251,259	94,916	136,445
Despesas associadas a reuniões do Conselho de Administração	24,000	84,270	2,500	24,310
Reparações & manutenção	350,537	420,761	347,529	411,375
Manutenção do escritório	56,576	107,716	55,102	100,640
Outras despesas gerais	173,588	223,345	148,443	128,511
Honorários de consultoria	1,870,723	1,992,987	1,425,242	1,992,987
Taxa de Superfície	110,370	110,370	-	-
Total	2,967,423	3,478,219	2,345,794	3,066,042

10. Ativos tangíveis
Grupo

Especificação	Tangíveis										Intangíveis		
	Benfeitorias em imóveis arrendados	Máquinas & equipamento	Veículos a motor	Edifícios	Equipamento de escritório	Utensílios e acessórios	Hardware de TI	Total de Tangíveis	Software de TI	Total de Intangíveis	Direitos de uso #		
Valor Bruto													
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2020	492,403	810,632	667,690	547,503	233,177	439,988	869,794	4,061,186	1,703,933	1,703,933	3,073,423		
Acréscimos	47,060	-	-	-	13,866	25,135	25,907	111,968	280,545	280,545	-		
Deduções/ajustamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Balanço em 31 de dezembro de 2020	539,463	810,632	667,690	547,503	247,043	465,123	895,701	4,173,154	1,984,478	1,984,478	3,073,423		
Depreciação acumulada/amortização/imparidade													
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2020	492,403	81,422	466,363	87,407	183,542	418,805	754,455	2,484,397	1,350,329	1,350,329	496,626		
Encargos no exercício	4,745	37,606	19,656	11,375	21,236	4,934	69,836	169,388	285,590	285,590	572,390		
Deduções/ajustamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Balanço em 31 de dezembro de 2020	497,148	119,028	486,019	98,782	204,778	423,739	824,291	2,653,785	1,635,919	1,635,919	1,069,016		
Valor Contabilístico Líquido:													
31 de dezembro de 2020	42,315	691,604	181,671	448,721	42,265	41,384	71,410	1,519,369	348,559	348,559	2,004,407		

Especificação	Tangíveis										Intangíveis		
	Benfeitorias em imóveis arrendados	Máquinas & equipamento	Veículos a motor	Edifícios	Equipamento de escritório	Utensílios e acessórios	Hardware de TI	Total de Tangíveis	Software de TI	Total de Intangíveis	Direitos de uso		
Valor Bruto													
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2019	492,403	91,156	739,540	547,503	186,701	423,797	741,043	3,222,142	1,556,640	1,556,640	-		
Acréscimos	-	719,476	53,000	-	46,476	16,191	128,751	963,894	147,293	147,293	3,073,423		
Deduções/ajustamentos	-	-	124,850	-	-	-	-	124,850	-	-	-		
Balanço em 31 de dezembro de 2019	492,403	810,632	667,690	547,503	233,177	439,988	869,794	4,061,186	1,703,933	1,703,933	3,073,423		
Depreciação acumulada/amortização/imparidade													
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2019	492,403	60,599	536,821	73,075	173,837	414,684	667,145	2,418,564	1,107,416	1,107,416	-		
Encargos no exercício	-	20,823	54,392	14,332	9,706	4,120	87,310	190,683	242,913	242,913	496,626		
Deduções/ajustamentos	-	-	124,850	-	-	-	-	124,850	-	-	-		
Balanço em 31 de dezembro de 2019	492,403	81,422	466,363	87,407	183,542	418,805	754,455	2,484,397	1,350,329	1,350,329	496,626		
Valor Contabilístico Líquido													
31 de dezembro de 2019	-	729,210	201,327	460,096	49,634	21,184	115,339	1,576,789	353,605	353,604	2,576,797		

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, ativos resultantes de locações nos quais o Grupo é locatário foram contabilizados ao abrigo da IFRS 16. O Grupo aluga os espaços destinados aos escritórios. O prazo de locação inicial para os mesmos é de 5 anos com uma cláusula de renovação.

Companhia

Especificação	Tangíveis										Intangíveis		
	Benfeitorias em imóveis arrendados	Máquinas & equipamento	Veículos a motor	Edifícios	Equipamento de escritório	Utensílios e acessórios	Hardware de TI	Total de Tangíveis	Software de TI	Total de Intangíveis	Direitos de uso #		
Valor Bruto													
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2020	492,403	810,632	614,690	547,503	232,277	438,361	850,294	3,986,160	1,703,933	1,703,933	3,073,423		
Acréscimos	47,060	-	-	-	10,999	25,135	25,907	109,101	280,545	280,545	-		
Deduções/ ajustes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Balanço em 31 de dezembro de 2020	539,463	810,632	614,690	547,503	243,276	463,496	876,201	4,095,261	1,984,478	1,984,478	3,073,423		
Depreciação acumulada/amortização/imparidade													
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2020	492,403	81,422	461,770	87,407	183,037	418,426	740,680	2,465,145	1,350,329	1,350,329	496,626		
Encargos no exercício	4,745	37,606	12,590	11,375	16,344	4,731	69,836	157,226	285,590	285,590	572,390		
Deduções/ ajustes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Balanço em 31 de dezembro de 2020	497,148	119,028	474,360	98,782	199,381	423,157	810,516	2,622,371	1,635,919	1,635,919	1,069,016		
Valor Contabilístico Líquido:													
31 de dezembro de 2020	42,315	691,604	140,330	448,721	43,895	40,339	65,685	1,472,890	348,559	348,559	2,004,407		

Especificação	Tangíveis										Intangíveis		
	Benfeitorias em imóveis arrendados	Máquina s & equipam ento	Veículos a motor	Edifícios	Equipam ento de escritóri o	Utensílio s e acessóri os	Hardwar e de IT	Total de Tangíveis	Software de TI	Total de Intangíveis	Direitos de uso		
Valor Bruto													
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2019	492,403	91,156	739,540	547,503	185,801	422,970	721,543	3,200,916	1,556,640	1,556,640	-		
Acréscimos	-	719,476	-	-	46,476	15,391	128,751	910,094	147,293	147,293	3,073,423		
Deduções/ ajustes	-	-	124,850	-	-	-	-	124,850	-	-	-		
Balanço em 31 de dezembro de 2019	492,403	810,632	614,690	547,503	232,277	438,361	850,294	3,986,160	1,703,933	1,703,933	3,073,423		
Depreciação acumulada/amortização/imparidade													
Balanço inicial em 1 de janeiro de 2019	492,403	60,599	536,821	73,075	173,537	414,470	659,398	2,410,303	1,107,416	1,107,416	-		
Encargos no exercício	-	20,823	49,799	14,332	9,500	3,956	81,282	179,692	242,913	242,913	496,626		
Deduções/ ajustes	-	-	124,850	-	-	-	-	124,850	-	-	-		
Balanço em 31 de dezembro de 2019	492,403	81,422	461,770	87,407	183,037	418,426	740,680	2,465,145	1,350,329	1,350,329	496,626		
Valor Contabilístico Líquido													
31 de dezembro de 2019	-	729,210	152,920	460,096	49,240	19,935	109,614	1,521,015	353,604	353,604	2,576,797		

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, ativos resultantes de locações nos quais a Companhia é locatária foram contabilizados ao abrigo da IFRS 16. A Companhia aluga os espaços destinados aos escritórios. O prazo de locação inicial para os mesmos é de 5 anos com uma cláusula de renovação.

Notas às Demonstrações Financeiras

(Valores em USD)

11. Ativos intangíveis em desenvolvimento

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Custo				
Balanço inicial	673,290,100	-	-	-
Despesas durante o exercício (<i>Vide</i> Nota-32)	276,014	651,677,600	-	-
Custos de empréstimos obtidos capitalizados	-	21,612,500	-	-
Balanço final	673,566,114	673,290,100	-	-
Imparidade Acumulada				
Balanço inicial	-	-	-	-
Concedido durante o exercício	673,566,114	-	-	-
Balanço final	673,566,114	-	-	-
Valor Contabilístico	-	673,290,100	-	-
	-	673,290,100	-	-

Os custos de aquisição correspondem a custos pela aquisição de propriedade ou direitos minerais de reservas de petróleo e gás provadas ou não provadas que estão atualmente em fase de Pesquisa / Desenvolvimento; tais custos serão transferidos para ativos de petróleo e gás após o início da produção comercial do projeto ou são anulados em caso de abandono do projeto de exploração.

Cálculo e Teste de Imparidade

O valor contabilístico dos ativos intangíveis em desenvolvimento das Companhias Subsidiárias (Grupo Greater Sunrise) foi avaliado pela Administração, através de um avaliador independente, com o objetivo de determinar a existência de qualquer indicação de imparidade. De acordo com a norma IAS 36 – Imparidade de Ativos, a quantia recuperável de um ativo é a mais alta entre o seu Justo Valor, menos os Custos de Alienação e o seu Valor de Uso. Se o valor contabilístico do ativo exceder a sua quantia recuperável, o ativo é reduzido à sua quantia recuperável e uma perda por imparidade é reconhecida na Demonstração de Resultados.

As perdas por imparidade para o exercício financeiro de 2020 foram desencadeadas por incertezas associadas ao regime fiscal e regulatório do Regime Especial do Greater Sunrise, incertezas dos Parceiros da *Joint Venture* quanto ao conceito de desenvolvimento necessário ao desenvolvimento comercial dos campos do Greater Sunrise, revisão dos preços do petróleo/gás a médio e longo prazo, margem de refinação que reflita os efeitos esperados do ambiente macroeconómico, pandemia da COVID-19 e princípios fundamentais da oferta e procura do mercado energético. As perdas por imparidade reconhecidas na demonstração de resultados totalizam \$673,566,114.

Para efeitos do teste de imparidade, os respetivos valores contabilísticos dos ativos intangíveis foram comparados com o seu valor de uso, uma vez que o Justo Valor menos o Custo de Alienação não pode ser determinado dada a ausência de qualquer transação equiparável no atual cenário económico pós-COVID-19. As projeções de fluxos de caixa utilizados na determinação do valor de uso foram realizadas recorrendo-se às estimativas da administração para os preços de *commodity*, recursos contingentes, produção, mercado de oferta e procura, potenciais custos associados com as margens operacionais do produto, incluindo estimativa das margens de refinação e volume de produção previsto. Valores Presentes Líquidos são descontados a um Custo Médio Ponderado de Capital (*Weighted Average Cost of Capital* ou WACC) estimada de 13.55% por ano, a vários níveis de incerteza, em 31 de dezembro de 2020. Isto resultou em um Valor Presente Líquido negativo e, portanto, o montante total do ativo intangível está em imparidade.

Os pressupostos relativos aos preços do petróleo e gás aplicados no teste de imparidade foram revistos e, quando necessário, ajustados numa base periódica. As revisões incluem a comparação com as previsões e dados de mercado disponíveis que refletem os desenvolvimentos na procura, tais como, crescimento económico mundial, eficiência tecnológica, medidas de políticas e, na oferta, a consideração do potencial de investimentos e de recursos, o custo do desenvolvimento de novas ofertas, e o comportamento dos principais detentores de recursos. Preços foram ajustados para prémios e descontos, com base na natureza e qualidade do produto. Os pressupostos relativos aos preços de *commodity* a curto prazo aplicados no teste de imparidade em 2020, são os seguintes:

Tabela 11.1 – Preços previstos de petróleo Brent

Pressupostos Brent (\$/bbl)	2021	2022	2023	2024
Real (Constante \$, 2021)	50	53	55	56
Nominal (\$ do dia)	50	54	58	60

Tabela 11.2 – Preços previstos de GNL

Pressupostos do preço de GNL (US\$/MMBtu)	2021	2022	2023	2024
Real (Constante, 2021)	7.00	7.36	7.60	7.72
Nominal (\$ do dia)	7.36	7.75	8.03	8.19

Para os períodos após o exercício financeiro de 2024, os pressupostos dos preços a longo prazo aplicados em termos reais foram de \$56 por barril (\$/bbl) para o petróleo *Brent* e de \$ 7.72 por milhão de unidades térmicas britânicas (US\$/MMBtu) para o GNL, ambos em termos reais de 2021.

Análise de Sensibilidade

Dado que o Valor de Uso é negativo, as sensibilidades não têm qualquer impacto na imparidade para o exercício corrente.

12. **Investimentos**

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Investimento em subsidiárias, avaliado ao custo de				
TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda	-	-	5,000	5,000
TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics, Unipessoal, Lda	-	-	5,000	5,000
TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda	-	-	3,000	3,000
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda (SPV)	-	-	5,000	5,000
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-	-	5,000	5,000
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda	-	-	5,000	5,000
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C	-	-	5,000	5,000
TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda	-	-	5,000	5,000
TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda	-	-	5,000	5,000
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2	-	-	5,000	5,000
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL	-	-	5,000	5,000
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19	-	-	5,000	5,000
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20	-	-	5,000	5,000
Investimento em subsidiárias contabilizado pelo justo valor *				
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-	-	327,201	299,370
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda (SPV)	-	-	401,630	-
Investimento em associadas, avaliado ao custo de				
GAP - MHS Aviation, Lda	-	127,071	-	3,000
	-	127,071	791,831	365,370

* A sociedade-mãe concedeu um empréstimo à TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda e à TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda (Sociedade Veículo ou *Special Purpose Vehicle*). O empréstimo está isento de juros e é reembolsável quando estas subsidiárias começarem a gerar receitas a partir do bloco *onshore* e *offshore*, respetivamente. Portanto, o investimento é efetuado pela contabilidade da avaliação do justo valor do empréstimo concedido.

13. **Empréstimos concedidos**

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos a subsidiárias	-	-	15,702,586	13,875,979
Menos: Imparidade para empréstimos	-	-	(268,954)	(268,954)
	-	-	15,433,632	13,607,025

O movimento da imparidade para empréstimos é o seguinte:

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Provisão inicial para imparidade de empréstimos	-	-	268,954	268,954
Mais: Aumento durante o exercício	-	-	-	-
Menos: Reversão durante o exercício	-	-	-	-
Provisão final para imparidade de empréstimos	-	-	268,954	268,954

14. Inventários

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Inventário – Combustível	135,402	94,084	135,402	94,084
	135,402	94,084	135,402	94,084

15. Clientes (ao custo amortizado)

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Clientes	210,800	4,615	603	4,615
Menos: Provisões para imparidade de clientes	(603)	(4,615)	(603)	(4,615)
	210,197	-	-	-

O movimento da imparidade de clientes é o seguinte:

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Provisão inicial para imparidade de clientes	4,615	-	4,615	-
Mais: Aumento /(redução) durante o exercício	(4,012)	4,615	(4,012)	4,615
Provisão final para imparidade de clientes	603	4,615	603	4,615

16. Caixa e equivalentes de caixa

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Dinheiro em caixa	4,768	7,485	3,028	4,870
Depósitos bancários	3,332,065	1,170,634	2,532,875	280,032
	3,336,833	1,178,119	2,535,903	284,902

17. Outros ativos financeiros

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Outras contas a receber	17,555	146,562	606,822	332,387
Depósitos reembolsáveis - Outros	158,606	151,844	158,606	151,838
Ativos resultantes de contratos – receitas não faturadas	-	180,000	-	-
	176,161	478,406	765,428	484,225

Vide divulgação de entidades relacionadas.

Outras contas a receber são geralmente recebidas à vista e não vencem juros.

18. Outros ativos correntes

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Despesas pré-pagas	35,736	79,155	35,736	76,810
	35,736	79,155	35,736	76,810

19. Ativos /(Passivos) por Impostos Diferidos

O imposto diferido é calculado na totalidade sobre as diferenças temporárias com base no método da responsabilidade do balanço, utilizando uma taxa de tributação de 10%.

O balanço inclui diferenças temporárias atribuíveis a:

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Passivos por Impostos Diferidos:				
-Valor líquido dos ativos tangíveis	182,145	-	182,145	321,158
-Outros	13,540	-	13,540	-
	195,685	-	195,685	321,158
Ativos por Impostos Diferidos				
- Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	(231,143)
- Provisões	(138,725)	-	(138,725)	(55,733)
- Outros	(22,100)	-	(22,100)	-
	(160,825)	-	(160,825)	(286,876)
		-		
Ativos /(Passivos) por Impostos Diferidos	34,860	-	34,860	34,282

O Grupo não reconheceu os ativos por impostos diferidos no valor de \$190,299,527 nos prejuízos fiscais incorridos no exercício corrente, numa base prudente. Estes prejuízos fiscais não utilizados no valor de \$711,338,205, podem ser reportados por um período indefinido, de acordo com a lei tributária do imposto sobre o rendimento em vigor, para compensação contra lucros tributáveis futuros.

Reconciliação da despesa com imposto sobre o rendimento e lucro contabilístico multiplicado pela taxa de imposto da Companhia:

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes de impostos	(698,148,094)	(4,476,612)	6,290,538	215,919
Taxa de tributação aprovada em Timor-Leste	10%	10%	10%	10%
Cálculo do imposto estimado a pagar	-	-	629,054	21,592
Mais: Despesas não autorizadas ao abrigo da Lei Tributária do Imposto sobre o Rendimento	-	-	96,969	68,356
Mais: Diferença entre a depreciação fiscal e a depreciação contabilística	-	-	62,556	(321,158)
Depreciação fiscal em excesso que origina uma perda tributável	-	-	-	231,210
Mais: Lucro da Sociedade-Mãe/Subsidiária incluído na perda do grupo sujeito a tributação	755,917	189,248	-	-
Mais: Outros	-	-	(32,662)	-
Despesa com imposto sobre o rendimento	755,917	189,248	755,917	-

20. Empréstimos obtidos (ao custo amortizado)

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos do Banco Central de Timor-Leste (BCTL)*	701,350,000	671,612,500	-	-
	701,350,000	671,612,500	-	-

*O empréstimo é obtido através do Banco Central de Timor-Leste (BCTL), em nome do Fundo Petrolífero de Timor-Leste, com o objetivo de adquirir os interesses participativos e direitos no campo de petróleo e gás do Greater Sunrise, conforme devidamente explicado na Nota 32. O empréstimo não tem garantia e tem uma taxa de juro de 4.5%, com capitalização anual. O prazo do empréstimo é de 18 anos, cujo primeiro reembolso anual é devido em 9 de abril de 2028.

21. Provisões

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para benefícios a longo prazo dos empregados	1,379,127	5,550	1,379,127	5,550
	1,379,127	-	1,379,127	5,550

22. Fornecedores

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores	2,203,123	6,093,195	1,569,308	3,922,782
	2,203,123	6,093,195	1,569,308	3,922,782

Fornecedores são geralmente pagáveis à vista e não vencem juros.

23. Provisões

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para benefícios a longo prazo dos empregados	8,126	551,748	8,126	551,748
Provisão para imposto sobre o rendimento	1,587,773	755,713	1,392,039	559,989
	1,595,899	1,307,461	1,400,165	1,111,737

24. Outros passivos correntes

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Proveitos diferidos (<i>Vouchers</i> pré-pagos)	35,886	72,681	35,886	72,681
Montantes devidos ao Governo	491,297	420,297	372,552	357,573
Adiantamentos recebidos do Governo para trabalhos de projetos	835,233	891,982	835,233	891,982
	1,362,416	1,384,960	1,243,671	1,322,236

25. Capital social e resultados acumulados

O capital social e resultados acumulados são apresentados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

26. Passivo contingente

Não há passivo contingente a registar em 31 de dezembro de 2020 e correspondente ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2019.

27. Gestão de Risco de Instrumentos Financeiros**Grupo**

Os ativos financeiros do Grupo compreendem clientes e outras contas a receber, investimentos e caixa & equivalentes de caixa. Os passivos financeiros compreendem empréstimos obtidos, responsabilidades por locações, fornecedores e outras contas a pagar. O Grupo está exposto a riscos de crédito e riscos de liquidez.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro ou de uma obrigação contratual, conduzindo a uma perda financeira. Até à data, o Grupo não espera qualquer perda contabilizada por perda de crédito.

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não cumprir as suas obrigações. Para mitigar a sua exposição ao risco de liquidez, o Grupo obteve um empréstimo junto do Fundo Petrolífero de Timor-Leste com um período de moratória mais longo, prevendo gerar receitas até lá para cumprir a sua obrigação. O Grupo também recebe apoio do Governo de Timor-Leste para financiar as suas operações e espera continuar a receber o seu apoio no futuro. A tabela *infra* apresenta a calendarização das saídas de caixa relacionadas com responsabilidades por locações e empréstimos obtidos:

Companhia

Os ativos financeiros da Companhia compreendem clientes, outras contas a receber, empréstimos concedidos, investimentos e caixa & equivalentes de caixa. Os passivos financeiros compreendem responsabilidades por locações, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia está exposta a riscos de crédito e riscos de liquidez.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro ou de uma obrigação contratual, conduzindo a uma perda financeira. A Companhia concede empréstimos unicamente a subsidiárias e outras contas a receber são igualmente devidas pelas subsidiárias. Outras contas a receber incluem igualmente ativos resultantes de contratos e adiantamentos concedidos a empregados. A Companhia monitoriza regularmente as operações das subsidiárias a fim de mitigar o risco. Até à data, a Companhia não espera qualquer perda contabilizada por perda de crédito.

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não cumprir as suas obrigações. A Companhia recebe apoio do Governo de Timor-Leste para financiar as suas operações e espera continuar a receber este apoio no futuro. A tabela *infra* apresenta a calendarização das saídas de caixa relacionadas com responsabilidades por locações:

Período	Grupo		Companhia
	Responsabilidades por Locações	Empréstimos Obtidos	Responsabilidades por Locações
No 1º ano	524,167	-	524,167
Do 2º ano até ao 5º ano	1,568,978	-	1,568,978
Do 9º ano até ao 18º ano (por ano)	-	116,820,209	-

28. Locações em que o Grupo e a Companhias são locatários

(ia) Alterações no valor contabilístico dos direitos de uso de ativos

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Balço inicial	2,576,797	3,073,423	2,576,797	3,073,423
Mais: Acréscimos	-	-	-	-
Menos: Anulação	-	-	-	-
Menos: Depreciação	(572,390)	(496,626)	(572,390)	(496,626)
Balço final	2,004,406	2,576,797	2,004,406	2,576,797

(ib) Alterações nas Responsabilidades por Locações

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Balço inicial	2,594,288	3,073,423	2,594,288	3,073,423
Mais: Custos com juros	104,221	126,232	104,221	126,232
Menos: Pagamentos de locação	(605,365)	(605,367)	(605,365)	(605,367)
Balço final	2,093,143	2,594,288	2,093,143	2,594,288

(ii) Segregação dos passivos por locação correntes e não-correntes

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Passivos por locações correntes	524,167	501,144	524,167	501,144
Passivos por locações não-correntes	1,568,978	2,093,144	1,568,978	2,093,144
Total	2,093,143	2,594,288	2,093,143	2,594,288

(iii) Montantes reconhecidos na demonstração de resultados

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Juros de responsabilidades por locações	104,221	126,232	104,221	126,232
Gastos com locações de baixo valor	96,974	73,357	96,974	73,357

29. Hierarquia de justo valor

- i) A tabela seguinte apresenta o valor contabilístico e o justo valor dos ativos e passivos financeiros do Grupo, incluindo os seus níveis na hierarquia de justo valor:

31 de dezembro de 2020	Justo Valor			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Clientes	-	-	210,197	210,197
Caixa e equivalentes de caixa	3,336,833	-	-	3,336,833
Empréstimos concedidos	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	176,161	176,161
	3,336,833	-	386,358	3,723,191
Passivos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos obtidos	-	-	701,350,000	701,350,000
Responsabilidades por locações	-	-	2,093,145	2,093,145
Fornecedores	-	-	2,203,123	2,203,123
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
	-	-	705,646,268	705,646,268

31 de dezembro de 2019	Justo Valor			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Clientes	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	1,178,119	-	-	1,178,119
Empréstimos concedidos	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	478,406	478,406
	1,178,119	-	478,406	1,656,525
Passivos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos obtidos	-	-	671,612,500	671,612,500
Responsabilidades por locações	-	-	2,594,288	2,594,288
Fornecedores	-	-	6,093,195	6,093,195
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
	-	-	680,299,983	680,299,983

- ii) A tabela seguinte apresenta o valor contábilístico e o justo valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo os seus níveis na hierarquia de justo valor:

31 de dezembro de 2020	Justo Valor			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Clientes	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	2,535,903	-	-	2,535,903
Empréstimos concedidos	-	-	15,433,632	15,433,632
Outros ativos financeiros	-	-	765,428	765,428
	2,535,903	-	16,199,060	18,734,964
Passivos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos obtidos	-	-	-	-
Responsabilidades por locações	-	-	2,093,145	2,093,145
Fornecedores	-	-	1,569,308	1,569,308
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
	-	-	3,662,454	3,662,454

31 de dezembro de 2019	Justo Valor			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Clientes	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	284,902	-	-	284,902
Empréstimos concedidos	-	-	13,607,025	13,607,025
Outros ativos financeiros	-	-	490,865	490,865
	284,902	-	14,097,890	14,382,792
Passivos Financeiros				
a) Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos obtidos	-	-	-	-
Responsabilidades por locações	-	-	2,594,288	2,594,288
Fornecedores	-	-	3,922,783	3,922,783
	-	-	6,517,070	6,517,070

Os investimentos de capital próprio em subsidiárias e associadas incluídos na nota nº 10 são contabilizados pelo custo de acordo com a IAS 27 "Demonstrações Financeiras Separadas" e, portanto, não é necessária a sua divulgação de acordo com a IFRS 7 "Divulgação de Instrumentos Financeiros". Portanto, os mesmos não foram divulgados na tabela *supra*.

30. Continuidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas numa base de continuidade, que pressupõe a realização de ativos e a satisfação de passivos durante o decurso normal de atividade.

O Grupo atua no negócio do desenvolvimento de reservas de hidrocarbonetos, que detêm um longo período de gestação e comercialização do produto petrolífero. Algumas das suas reservas de hidrocarbonetos encontram-se em fase avançada de exploração, avaliação e desenvolvimento do bloco de hidrocarbonetos.

A capacidade do Grupo em desenvolver a sua atividade numa base de continuidade depende do apoio recebido/ a ser recebido pelo Governo da República Democrática de Timor-Leste, para continuar as suas operações e satisfazer os seus passivos. Considerando o apoio contínuo recebido/ previsto ser recebido por parte do Governo, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas numa base de continuidade.

31. Relato por Segmentos

O Grupo está organizado por unidades de negócio definidas com base no tipo de produtos vendidos e serviços prestados e detém dois segmentos de relato como segue:

- i. Hidrocarbonetos – Desenvolvimento de reservas de hidrocarbonetos e produção de hidrocarbonetos
- ii. Comercialização (*trading*) de combustível

Não se registam relatos por segmentos geográficos, uma vez que todos os negócios são conduzidos em Timor-Leste.

Especificação	Hidrocarbonetos		Outros		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receitas						
Receitas do Segmento	15,321,741	17,145,012	147,914	226,983	15,469,655	17,371,995
Menos: Intersegmentos	-	-	-	-	-	-
Total das receitas	15,321,741	17,145,012	147,914	226,983	15,469,655	17,371,995
Despesas do Segmento	713,536,391	21,447,835	75,345	204,661	713,611,737	21,652,496
Menos: Intersegmentos	-	-	-	-	-	-
	713,536,391	21,447,835	75,345	204,661	713,611,737	21,652,496
Resultados do Segmento	(698,214,650)	(4,302,823)	72,569	22,322	(698,142,081)	(4,280,501)
Participação na perda de associada	-	(77,968)	-	-	-	(74,955)
Lucro/(perda) em venda/dissolução de Empreendimento Conjunto	-	-	-	-	(6,012)	-
Despesas fiscais (incluindo imposto diferido)	-	-	-	-	(832,628)	(2,609,168)
Lucro líquido	(698,214,650)	(4,380,792)	72,569	22,322	(698,980,721)	(6,964,624)
Ativos do Segmento	6,678,161	678,630,604	1,275,727	1,283,390	7,953,888	679,913,994
Passivos do Segmento	7,918,003	679,841,313	35,886	72,681	7,953,888	679,913,994

32. Aquisição de interesses participativos nos campos de petróleo do Greater Sunrise

Em 2018, o grupo celebrou um contrato com a ConocoPhillips e a Shell, da Austrália, com o propósito de adquirir os seus respetivos interesses participativos, totalizando um interesse participativo de 56.56% nos campos de petróleo do Greater Sunrise, por um valor total de \$651,677,600. A transação foi concluída durante o exercício financeiro de 2019, com a data de entrada em vigor em 16 de abril de 2019.

33. Gestão de Capital

Para efeitos da gestão do capital do Grupo, o capital inclui o capital emitido e todas as outras reservas de capital próprio atribuíveis a acionistas da sociedade-mãe. O principal objetivo da gestão de capital do Grupo é:

- Salvar a sua capacidade em desenvolver a sua atividade numa base de continuidade, de modo a proporcionar continuamente um retorno aos acionistas e benefícios para outras partes interessadas (*stakeholders*), e
- Manter uma estrutura de capital ótima para reduzir o custo do capital.

O Grupo gere a sua estrutura de capital e realiza ajustamentos em conformidade com alterações na condição económica e nos requerimentos de acordos financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, retorno de capital aos acionistas ou emitir novas ações. O Grupo inclui a dívida líquida, empréstimos concedidos e empréstimos obtidos que vençam juros, fornecedores e outras contas a pagar, menos caixa e depósitos a curto prazo.

Não foram registadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

34. Investimento em Associada

O Grupo detém um interesse participativo de 60% na GAP-MHS Aviation, Lda, envolvida no negócio da prestação de serviços de aviação comercial de apoio à indústria *offshore* e *onshore* do petróleo e gás a operar no Mar de Timor e em Timor-Leste. A participação do Grupo na GAP-MHS Aviation, Lda. é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas. Contudo, a GAP-MHS Aviation, Lda. foi dissolvida, com efeitos à data de 22 de janeiro de 2020 e obteve o Certificado de Dissolução da Companhia pela Agência de Serviços. Todos os ativos físicos foram depreciados até atingir um valor nulo para efeitos comerciais e de tributação, e a titularidade desses ativos físicos transferida para a TIMOR GAP, E.P. Uma vez que a GAP-MHS Aviation, Lda. foi dissolvida, os remanescentes ativos foram distribuídos pelos acionistas na proporção da sua participação no capital próprio. Consequentemente, a TIMOR GAP, E.P. recebeu um dividendo no valor de \$121,059, o qual foi contabilizado nas demonstrações financeiras individuais. A tabela seguinte ilustra as informações financeiras resumidas do investimento do Grupo na GAP-MHS Aviation, Lda:

Especificação	2020	2019
Ativos Não-Correntes	-	-
Ativos Correntes	-	211,787
Passivos Não-Correntes	-	-
Passivos Correntes	-	-
Capital Próprio	-	211,787
Participação do Grupo no Capital Próprio - 60% (2019: 60%)	-	127,071
Valor contabilístico do investimento do Grupo (Nota 10)	-	127,071

Especificação	2020	2019
Receitas	-	24,837
Despesas com benefícios dos empregados	-	63,105
Outras despesas	-	86,657
Perda antes de impostos	-	(124,925)
Despesas fiscais	-	-
Perda depois de impostos	-	(124,925)
Outro Rendimento Integral	-	-
Total do Rendimento Integral	-	(124,925)
Participação do Grupo na perda	-	(74,955)

A associada não tem passivo contingente a registar em 22 de janeiro de 2020 ou correspondente ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2019.

35. Benefícios dos Empregados

A Companhia tem um plano de benefício definido. Cada empregado que tenha completado cinco ou mais anos de serviço, tem direito a uma Compensação por Tempo de Serviço (*Long Term Service Remuneration*). Este é um plano sem fundo constituído.

Detalhes do benefício de gratificação são apresentados *infra*.

(i) As alterações no valor presente das Obrigações de Benefícios Definidos são as seguintes:

Especificação	Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Balanco inicial		
Custo dos serviços correntes	123,288.81	-
Custo de juros	-	-
Custo dos serviços passados	762,436.39	-
(Ganhos)/Perdas atuariais de pressupostos financeiros		
(Ganhos)/Perdas atuariais de pressupostos demográficos	-	-
(Ganhos)/Perdas atuariais de pressupostos de experiência	-	-
Benefícios pagos	(10,000.00)	(10,000.00)
Balanco Final	875,725.20	(10,000.00)

(ii) Alterações no justo valor dos ativos do plano

Considerando que a obrigação de Gratificação da companhia não dispõe de um fundo constituído, divulgações associadas aos ativos do plano e sua reconciliação com o valor presente das obrigações de benefícios definidos não são aplicáveis.

(iii) Despesas reconhecidas na demonstração de resultados

Especificação	Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
a. Custo dos serviços correntes	123,288.81	-
b. Custo de juros	-	-
c. Custo dos serviços passados	762,436.39	-
Custo dos benefícios (despesas reconhecidas na demonstração de resultados)	885,725.20	-

(iv) Pressupostos atuariais

Especificação	Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
a. Taxa de desconto (por ano) %	1.45%	-
b. Taxa de crescimento salarial esperada %	5.00%	-
c. Média dos serviços futuros esperados (remanescente vida de trabalho) em anos		
d. Taxa de rescisão (até 40 anos)	10	-
e. Taxa de rescisão (igual ou superior a 40 anos)	Nulo	-

(v) A base dos vários pressupostos utilizados nas avaliações atuariais e respetivas análises de sensibilidade quantitativa é apresentada *infra*:

Especificação	Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Impacto de variações na taxa de desconto		
Valor presente das obrigações no final do exercício		
a) Impacto devido ao aumento de 0.25 %	828,961	-
b) Impacto devido à redução de 0.25 %	925,666	-
Impacto de variações no crescimento salarial		
Valor presente das obrigações no final do exercício		
a) Impacto devido ao aumento de 0.25 %	923,805	-
b) Impacto devido à redução de 0.25 %	830,388	-
Impacto de variações na taxa de rescisão		
Valor presente das obrigações no final do exercício		
a) Impacto devido ao aumento de 50%	844,216	-
b) Impacto devido à redução de 50 %	910,297	-
Impacto de variações na taxa de mortalidade		
Valor presente das obrigações no final do exercício		
a) Impacto devido ao aumento de 10%	873,127	-
b) Impacto devido à redução de 10 %	878,347	-

(vi) Fluxos de caixa estimados (não descontados) em anos subsequentes

Especificação	Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Menos de um ano	5,274	-
Entre 1 e 2 anos	5,622	-
Entre 2 e 5 anos	19,506	-
Entre 6 e 10 anos	67,853	-
Mais de 10 anos	1,117,649	-

36. Divulgação de entidades relacionadas**Informação sobre subsidiárias**

Firma	Principal Atividade	Local de Constituição	Participação na titularidade	
			2020	2019
TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics, Unipessoal, Lda	Serviços de Apoio e Logística	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
South Horizon Offshore Services, Lda	Serviços de Apoio	República Democrática de Timor-Leste	51%	51%
TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda	Serviços de Levantamentos Sísmicos	República Democrática de Timor-Leste	60%	60%
TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda	Serviços de perfuração	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%
TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	Exploração de hidrocarbonetos	República Democrática de Timor-Leste	100%	100%

Acordo conjunto em que a Companhia é uma empreendedora conjunta

A Companhia detém um interesse participativo de 60% na GAP - MHS Aviation, Lda (2019: 60%).

Contudo, a GAP-MHS Aviation, Lda. foi dissolvida, com efeitos a partir de 22 de janeiro de 2020.

Pessoal-chave da administração:

Nome	Designação do Cargo
António José Loiola de Sousa	Presidente do Conselho de Administração e da Direção Executiva (nomeado em 14.07.2020) & Diretor-Geral da Unidade de Finanças (nomeado em 24.07.2020). Vice-Presidente (cessação em 24.07.2020)
José M. M. da Conceição	Vice-Presidente (nomeado em 24.07.2020)
José da Costa Tilman	Diretor-Geral da Unidade de Negócios <i>Upstream</i> (nomeado em 24.07.2020)
Francelino Marcos Tomé Boavida	Membro do Conselho de Administração (nomeado em 20.07.2020) & Diretor-Geral da Unidade de Negócios <i>Downstream</i> (nomeado em 24.07.2020)
Francisco Ferreira	Diretor-Geral da Unidade do Tasi Mane (nomeado em 24.07.2020)
Amandio Gusmão Soares	Membro do Conselho de Administração (nomeado em 20.07.2020)
Gabriel Gaspar Aparício de Oliveira	Membro do Conselho de Administração (nomeado em 20.07.2020)
Carlito Gama, L.Ec M.AP	Membro do Conselho de Administração (nomeado em 17.09.2020)
Francisco da Costa Monteiro	Presidente do Conselho de Administração e da Direção Executiva (cessação em 13.07.2020)
Domingos Lequi Siga	Diretor da Unidade de Negócios de Gás (cessação em 24.07.2020)
Luis Martins	Diretor da Unidade de Desenvolvimento de Infraestruturas de Negócios (cessação em 24.07.2020)
Vicente Pinto	Diretor da Unidade da Refinaria e Serviços Petrolíferos (cessação em 24.07.2020)
Vicente Lacerda	Diretor da Unidade de Pesquisa & Produção (cessação em 24.07.2020)
Henrique Monteiro	Diretor da Unidade de Finanças (cessação em 24.07.2020)
Jacinta Paula Bernardo	Diretora da Unidade dos Serviços Corporativos (cessação em 24.07.2020)
Dino Gandara Rai	Membro do Conselho de Administração (demitiu-se do cargo em 10.07.2020)
Norberta Soares da Costa	Membro do Conselho de Administração (demitiu-se do cargo em 10.07.2020)

Transações com entidades relacionadas

As seguintes transações ocorreram com entidades relacionadas:

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos concedidos a subsidiárias				
- TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-	-	1,665,877	1,700,000
- TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda	-	-	-	150,000
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda	-	-	-	361,201
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda	-	-	-	117,265
- TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda	-	-	-	-
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.	-	-	-	641,028
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	-	-	-	815,859
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.	-	-	-	333,196
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	-	-	-	12,307
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-	-	160,730	449,478
Investimentos em subsidiárias				
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.	-	-	-	5,000
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	-	-	-	5,000
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.	-	-	-	5,000
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	-	-	-	5,000
Pagamentos efetuados em nome de subsidiárias				
- TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda	-	-	-	210
- TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-	-	-	-
- TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda	-	-	14,069	-
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-	-	-	-
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	-	-	36,626	-
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.	-	-	30,521	-
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.	-	-	196,556	-
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	-	-	132,629	-
- TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda	-	-	4,406	-
Proveitos por juros obtidos de subsidiárias				
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-	-	47,678	44,570
- TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-	-	34,443	-
Pagamentos recebidos de subsidiárias contra outras contas a receber				
- TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda	-	-	-	82
Pagamentos efetuados a subsidiárias contra outras contas a pagar				
-TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda	-	-	-	3,000
Despesas incorridas por subsidiárias em nome da Companhia				
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	-	-	-	986
Pagamentos a pessoal-chave da administração	355,809	710,343	355,809	710,343

Balancos em dívida decorrentes da venda/compra de bens e serviços

Os seguintes são balanços em dívida no final do período de reporte relativos a transações com entidades relacionadas:

Especificação	Grupo		Companhia	
	2020	2019	2020	2019
Outras contas a receber				
- TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-	-	-	20,633
- TIMOR GAP Oil & Gas Marine and Logistics, Unipessoal, Lda	-	-	5,500	5,500
- South Horizon Offshore Services, Lda	-	-	31,869	31,869
- TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda	-	-	78,465	64,396
- TIMOR GAP Seismic Services, Unipessoal, Lda	-	-	410	410
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-	-	74,710	75,536
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	-	-	36,626	-
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.	-	-	30,521	-
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.	-	-	196,556	-
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	-	-	132,629	-
- TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda	-	-	4,406	-
Outras contas a pagar				
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda	-	-	5,000	5,000
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda	-	-	5,000	5,000
- TIMOR GAP Drilling & Services, Unipessoal, Lda	-	-	2,500	2,500
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	-	-	986	986
Empréstimos concedidos				
- TIMOR GAP OFFSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-	-	11,375,877	9,710,000
- TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal Lda	-	-	800,116	800,116
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK, Unipessoal, Lda	-	-	1,195,737	1,035,007
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK B, Unipessoal, Lda	-	-	361,201	361,201
- TIMOR GAP ONSHORE BLOCK C, Unipessoal, Lda	-	-	117,265	117,265
- TIMOR GAP Chuditch, Unipessoal, Lda	-	-	50,000	50,000
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL2, Unipessoal, Lda.	-	-	641,028	641,028
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE RL, Unipessoal, Lda.	-	-	815,859	815,859
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-19, Unipessoal, Lda.	-	-	333,196	333,196
- TIMOR GAP GREATER SUNRISE 03-20, Unipessoal, Lda.	-	-	12,307	12,307

Termos e condições relativos a transações com entidades relacionadas

As transações com entidades relacionadas são efetuadas em termos equivalentes às que prevalecem nas transações entre entidades independentes. Os balanços em dívida no final do exercício não têm garantia, estão isentos de juros e a liquidação ocorre em dinheiro. Não foram prestadas ou recebidas garantias em relação a qualquer conta a pagar ou a receber de entidades relacionadas.

37. Nota sobre a Pandemia Mundial da Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou uma emergência mundial de saúde devido a um novo tipo de coronavírus (o "surto COVID-19") e aos riscos para a comunidade internacional, à medida que o vírus se propagou a nível mundial, além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto da COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição a nível mundial.

O Grupo está completamente dependente do apoio do Governo para financiar as suas atividades e do apoio técnico dos parceiros dos projetos. Os desenvolvimentos como o distanciamento social, diretivas relativas ao confinamento e iniciativas do Governo para apoiar os meios de subsistência no país, podem surtir impacto no apoio contínuo recebido pelo grupo por parte do Governo e nos projetos em curso do grupo. Embora se antecipe que sejam temporárias, perturbações prolongadas no apoio do Governo podem ter um impacto negativo nos projetos em curso do grupo e na liquidez geral.

A Administração avaliou o impacto da COVID-19 nas operações, desempenho e posição financeira da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e concluiu que, à exceção dos impactos já considerados, nomeadamente a imparidade dos ativos intangíveis em desenvolvimento, explicada em detalhe na Nota 11, não há impactos adicionais que sejam necessários reconhecer nas demonstrações financeiras. O impacto total do surto da COVID-19 continua a evoluir a partir da data destas demonstrações financeiras. Como tal, a magnitude total que a pandemia terá na condição financeira, liquidez e resultados futuros das operações da Companhia, é incerta. A Administração está a monitorizar ativamente o impacto da situação global na sua condição financeira, liquidez, operações, fornecedores, indústria e força de trabalho. Dada a evolução diária do surto da COVID-19 e as respostas mundiais para conter a sua propagação, a Companhia não é capaz de estimar os efeitos do surto da COVID-19 nos seus resultados de operações, situação financeira ou liquidez para o ano fiscal de 2021.

38. Os valores do exercício anterior foram reclassificados/reagrupados, sempre que aplicável, para os tornar comparáveis.

ANEXO 1

ACRÓNIMOS

ACDP	Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero
ANPM	Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais
Bpd	Barris por dia
CEO	<i>Chief Executive Officer</i> (Presidente da Direção Executiva)
CPP	Contrato de Partilha de Produção
DNCPIA	Direção Nacional de Controlo de Poluição e Impacto Ambiental
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
E&P	<i>Exploration & Production</i> (Pesquisa & Produção)
FEED	<i>Front End Engineering Design</i>
GIIP	<i>Gas-Initial-In-Place</i>
GNL	Gás Natural Liquefeito
GPL	Gás de Petróleo Liquefeito
ICAO	<i>International Civil Aviation Organization</i> (Organização de Aviação Civil Internacional)
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> (Normas Internacionais de Relato Financeiro)
ISO	<i>International Organization for Standardization</i> (Organização Internacional de Normalização)
ITIE	Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas
JV	<i>Joint Venture</i> (Empreendimento Conjunto)
MPM	Ministério do Petróleo e Recursos Minerais)
PIIP	<i>Petroleum-Initial-In-Place</i>
Pre-FEED	<i>Pre-Front End Engineering Design</i>
QHSE	<i>Quality, Health, Safety and Environment</i> (Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente)
SAP	Sistema, Aplicação e Produto
SSB	<i>Suai Supply Base</i> (Base Logística do Suai)
Tcf	<i>Trillion Cubic Feet</i> (biliões de pés cúbicos)
TIMOR GAP	Timor Gás e Petróleo
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TLNG	Timor LNG (GNL em Timor)





Level 3, Timor Plaza, Suite 301 - 314
Rua Presidente Nicolao Lobato, Comoro
P.O.Box No. 553
Dili, Timor-Leste

Tel : +670 3310953
Fax: +670 3310952
E-mail : info@timorgap.com

www.timorgap.com